Diário de Lisboa

Novembro 1977
Sexta-feira
18
ANO 57.º
N.º 19 509
6 escudos

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

GOVERNO PS AO FIM DE UM ANO DE CONTÍNUA CRISE

TREZE DIAS CERTOS E FUTURO INCERTO

O futuro do Governo joga-se nos próximos treze dias, depois de Mário Soares ter colocado ontem a Oposição parlamentar perante a alternativa: ou acordo (ou acordos) até final de Novembro, ou apresentação de uma moção de confiança à Assembleia da República que, rejeitada, arrastará a demissão do Executivo (ver separata de quatro páginas nesta edição).

Ou empréstimos ou venda de ouro, foi uma das alternativas postas à Oposição por Mário Soares. Entre as duas, colocam-se as exigências do FMI. Carlos Brito criticou a estratégia económica que tal alternativa contém. Salgado Zenha remeteria a crise para o quadro europeu

Na primeira alternativa, o Primeiro-Ministro admite a constituição de um novo Governo (o segundo constitucional) ou a reestruturação do actual com apenas uma objecção: discutir a sua estrutura, mas não a sua composição nem as pessoas que o venham a integrar, «que haverão de resultar da escolha do Primeiro-Ministro a propor ao Presidente da República».

A menos de duas semanas de expirar o prazo dado pelo Primeiro-Ministro à Oposição, as possibilidades de acordo apresentam-se remotas dado que o documento-plataforma proposto aos partidos contém, em si mesmo, algumas barreiras difíceis de transpor (onde avulta a decisão de ceder às exigências do FMI). E isto permite colocar desde já uma interrogação: está Mário Soares interessado na queda do seu Governo, tendo já negociada a situação que se lhe seguirá?

Nos corredores de S. Bento (sem exclusão de alguns membros da bancada socialista) dava-se ontem significativa importância aos rumores sobre esta eventualidade, apontando-se para um II Governo constitucional com socialistas e independentes que, além da concordância de Belém, disporia já do apoio parlamentar necessário (com a esquerda? com a direita?).

Da parte dos principais partidos parlamentares, as primeiras reacções à plataforma proposta pelo Primeiro-Ministro caracterizavam-se pela prudência, não se excluindo ajustamentos no texto proposto que venham a facilitar um acordo ou acordos com um ou mais partidos. Treze dias para negociar tão delicada questão é, todavia, prazo demasiado curto. O Primeiro-Ministro estava disso seguro antes de subir ontem à tribuna de S. Bento. E isto parece reforçar o que de verdade possa haver nos rumores que entretanto circulam.

III CONGRESSO DO PAIGC

Plano económico conjunto para Guiné e Cabo Verde

BISSAU, 18 — (Por Daniel Reis, nosso enviado especial) — Um plano económico conjunto para a Guiné e Cabo Verde, como forma a dinâmica de caminhar para a unidade política entre os dois países foi anunciado anteontem em Bissau pelo secretário-geral do PAIGC, Aristides Pereira, na sessão inaugural do congresso que está a decorrer na capital guineense com a participação de 300 delegados e uns 150 convidados nacionais e estrangeiros.

Aristides Pereira continuou a leitura do relatório do Conselho Superior da Luta, que havia principiado na tarde de terça-feira e ocupara as duas primeiras sessões do III Congresso do PAIGC.

O relatório para além de tracar uma perspectiva geral da vida do Partido deste o II Congresso realizado no leste do país em Julho de 1973, pormenoriza as actividades governativas nos dois estados independentes dirigidos pelo mesmo Partido: o PAIGC. E aponta as metas económico-sociais para os quatro próximos anos, data em que segundo os novos regulamentos deve efectuar-se novo Congresso. Acentuando que o problema maior nos dois países é ultrapassar o atraso social, provocado pelo colonialismo, Aristides Pereira, opinou no relatório que essa superação só será possível se forem tomadas medidas concretas para acabar com a exploração do homem pelo homem, devendo para isso o Partido apoiar-se na força principal dos dois países: as massas camponesas. Seria, aliás, afirmado no relatório ainda não distribuido aos jornalistas, que a Guiné e Cabo Verde vão tomar a agricultura como base do desenvolvimento e a industrialização como dinamizadora. A leitura do relatório ocupou praticamente todo o tempo até agora gasto com o III Congresso do PAIGC.

Aristides Pereira, secretário-geral do PAIGC

Exceptuam-se apenas uma saudação aos congressistas por parte da Comissão Organizadora, e a cargo de Vasco Cabral e uma curta intervenção de Luís Cabral, presidente eleito do Congresso. Anteontem à noite, Aristides Pereira não tinha ainda tratado das relações externas, mas no tocante a Portugal já havia referido a promissora cooperação no domínio das pescas e o facto de o comércio com Portugal ser largamente maioritário, atingindo índices da ordem dos 70 por cento, como no caso das exportações para o nosso país. Aristides Pereira manifestou esperanças de que este ano as exportações cubram 60 por cento das importações e que a pesca venha a contribuir largamente para o almejado equilíbrio na balança de pagamentos: foi anunciado que até 1979 a Guiné terá ao serviço 20 barcos, de pesca contra os seis actuais dos quais só quatro trabalham

MANUEL ALEGRE RECORDA AMÍLCAR

A cidade de Bissau, está revestida de letreiros, pinturas murais, flores e panos garri-

Continua na pág. 20

CONTRA O DESEMPREGO

Porto e Lisboa fazem manifestações maciças

A população dos distritos do Porto, Lisboa e Setúbal vai manifestar-se esta tarde e amanhã, naquela cidade nortenha e na capital, em desfiles que, a avaliar pelo elevado número de adesões e documentos de apoio, se adivinham estar entre os maiores já realizados no País.

Somam já um total de 600 os documentos de solidariedade e apoio, bem como de apelos à participação massiva na manifestação que ao fim da tarde de hoje decorrerá no Porto. Entre eles destaca-se o do Sindicato dos Seguros do Norte, afecto à «Carta Aberta». Comissões de moradores, de trabalhadores, organismos sindicais, grupos de trabalhadores, pequenos e médios comerciantes e industriais expressaram até agora o seu apoio aos organizadores da manifestação, promovida pela União dos Sindicatos do Porto.

Também amanhã à tarde, milhares de trabalhadores (e a população em geral) se concentrarão na Praça Marquês de Pombal, às 15 e 30, desfilando em seguida até ao Terreiro do Paço na manifestação promovida por várias estruturas suas representantes contra o desemprego e a recuperação capitalista, em defesa da economia nacional.

A comissão organizadora da manifestação de amanhã reafirmou hoje em conferência de Imprensa que não há qualquer alteração ao projecto inicialmente entregue às entidades oficiais, desmentindo-se assim os boatos tendenciosos de que os promotores da manifestação pensavam prolongar o desfile até Belém.

Trezentas e cinco moções, abaixo-assinados e documentos de apoio foram recebidos pela comissão organizadora, só no distrito de Lisboa, tendo aderido à manifestação, até agora, 71 sindicatos, 360 CT's e c. sindicais, 91 plenários de empresa, 41 comissões e conselhos de moradores, entre outras organizações.

(Pág. 9)

D.L. PLATAFORMA DO GOVERNO É "PONTE" PARA 1980

Treze dias para acordo com a oposição moção de confiança ou eleições antecipadas

Um destacável sobre o texto do Governo PS está incluído no "D.L." de hoje

Madrid aprova substituição do Pacto Ibérico

(Pág. 20)

MIRN, CDS e PSD activos na manifestação a Pires Veloso (Pág. 4)

post-scriptum

As duas faces da Reforma Agraria

A Reforma Agrária constitui, sem sombra de dúvida, a conquista maior dos trabalhadores portugueses; na sequência da Revolução dos Capitães de Abril. Se outros motivos de peso não existissem para o comprovar, bastaria o feroz encarniçamento com que as forças reaccionárias do país — encabeçadas pelas da social-democracia; que também usam o nome de «socialistas» — lutam para a destruir, usando de todos os meios ao seu dispôr, como é do conhecimento geral. Porém, a grande maioria dos trabalhadores, e todos os homens amantes da democracia, têm consciência perfeita do que a Reforma Agrária representa para o país, e por isso a defendem com igual encarniçamento.

Se se fizer uma ampla análise à sua contextura concluir-se-á, forçosamente que a Reforma Agrária apresenta duas faces distintas, embora interdependentes: uma de natureza predominantemente económica e a outra fundamentalmente social. Se economicamente a Reforma Agrária se consubstancia no aumento global da produção dos cereais, da pecuária, da cortiça, dos produtos hortículos, etc. — com os consequentes benefícios para o país — no social ela traduz a eliminação da miséria, da fome, da exploração e da opressão dos trabalhadorés rurais.

Os reflexos da Reforma Agrária no domínio do social atingem tal amplitude que bem podemos afirmar que a sua realização constitui um acto de justiça social do mais alto significado.

Quando se compara a força moral que da Reforma Agrária se desprende, com os monstruosos e iníquos processos — jurídicos ou não — que as forças da burguesia vêm usando, na vã tentativa da sua destruição, não poderá deixar de se pensar que a História julgará impiedosamente aqueles que foram dos principais arquitectos da nossa bela Constituição e que hoje a estão traindo da forma mais ignominiosa.

José Ferreira
— GAIA

A droga no Rossio

Sempre que vou a Lisboa, passo pelo Rossio. E não sei se por coincidência, de todas as vezes que passo em frente de determinados cafés, aparecem uns tantos jovens à procura de droga. Perguntando às pessoas se a têm, quando não estão já drogados!

Vejo agentes da autoridade perto, mas na realidade não percebo o que se passa, visto que muitas vezes a liamba e outras drogas passam de mão em mão, compram-se. vendem-se. E nada acontece.

Aqui recordo-me da manifestação do dia 4 do corrente, convocada pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa. Os manifestantes ao chegarem a S. Bento depararam com dezenas de polícias a «guardarem» o palácio...

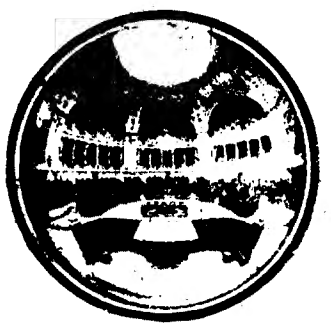
Ora os professores lutavam por direitos consagrados na Constituição e foram encontrar agentes prontos a intervir...

Pergunto se não seria melhor dar maior combate ao tráfico da droga na baixa lisboeta, em lugar de se utilizarem agentes para «intimidar» trabalhadores que se batem pelos seus direitos.

uciano dos Santos
— PORTO

DÊ-NOS NOTÍCIAS PELO TELEFONE 36 87 40

Contacte a Redacção do «Diário de Lisboa» através do nosso serviço automático de gravação de telefonemas, ao seu dispor entre as 21 horas e as 8 da manhã.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

À espera do Primeiro-Ministro protestos do PSD entretêm o Parlamento

Até se chegar ao ponto, já no período da ordem do dia, em que o dr. Salgado Zenha garantiu que a «realidade existe», depois de ter evocado, já não sei a que propósito, o «6.º Governo Constitucional» e lamentado que o dr. Freitas do Amaral só aparecesse em S. Bento quando lá vai o Primeiro-Ministro, não houve nada de particularmente relevante na sessão de ontem da Assembleia da República, exceptuando, claro está, a ida de Mário Soares ao hemiciclo para apresentar o documento-base que constitui uma proposta expressando os pontos de vista do Governo sobre uma solução para os problemas políticos nacionais.

Desse acontecimento, e do diálogo entabulado pelo Primeiro-Ministro com os grupos parlamentares dos partidos da oposição, damos desenvolvida notícia noutro local da nossa edição de hoje.

No período antes da Ordem do Dia, foi aprovado por unanimidade um voto de protesto do PSD contra «todos os actos de violência praticados na Região Autónoma da Madeira». Em declaração de voto, o grupo parlamentar comunista afirmou que, embora aprovasse o voto apresentado pelo PSD, não aceitava os considerandos expostos pelo partido proponente, já que «omitem pura e simplesmente, duma maneira flagrante, a responsabilidade do Governo Regional da Região Autónoma da Madeira (Governo PSD) nos acontecimentos graves ali ocorridos (...) como se o clima ali criado e vivido não fosse consequência também da sua passividade ante tais actos terroristas».

Foi depois aprovado um segundo voto apresentado também pelo PSD, no qual este partido protestava contra a nova modalidade de fixação do montante das taxas da RDP.

Votaram a favor o PSD e o CDS. O PCP absteve-se e o PS votou contra. Em declaração de voto, o PC classificaria de «expediente eleiçoeiro» o protesto social-democrata, já que em nada iria alterar a portaria que regula o pagamento das taxas.

Foram, entretanto, apresentados à mesa, pelo PSD e pelo CDS, os projectos de lei 80/1 e 81/1, respectivamente, sobre o Regime Jurídico dos Avales do Estado e sobre o Pluriemprego na Comunicação Social.

O Governo apresentou um pedido para a concessão de prioridade e urgência no debate da proposta de lei que fixa a taxa de juro de alguns empréstimos públicos em função da taxa de desconto do Banco de Portugal.

A Metalúrgica da Longra e outras empresas apresentaram uma petição, sugerindo que a Banca nacionalizada seja compelida a conceder uma moratória imediata que cubra todo o movimento bancário em que intervenham a Torralta ou a AC, de modo a serem saneados os encargos financeiros aos seus subempreiteiros e fornecedores. Foi remetida à 6.ª Comissão.

Hoje, com início às 14 horas, prossegue o dabate sobre os projectos de lei relacionados com o artigo 46.º da Constituição da República, que não consente organizações que perfilhem a ideologia fascista.

.S.

Nos corredores de S. Bento

Ângelo Correia (PSD) monopolizou o chefe da Casa Civil do Presidente da República, Henrique Granadeiro, durante a maior parte do intervalo parlamentar — sto depois de, com os seus colegas de bancada, ter permanecido sentado quando a figura do Presidente da República foi aplaudida pelos restantes deputados dos outros três partidos (única excepção: António Rebelo de Sousa, que, sozinho, acompanhou os aplausos do hemiciclo). No entanto, a figura de Henrique Granadeiro foi solicitadíssima. Ainda durante o diálogo com Ângelo Correia abordaram o par, entre outros, Jorge Miranda, (Comissão Constitucional) e António Gueterres (PS). Paciente, Basílio Horta, secretário-geral do CDS, esperou que a sessão recomeçasse para trocar impressões com Henrique Granadeiro.

Mário Soares no intervalo da sessão de ontem, foi dos mais difíceis de fotografar. Sempre que o repórter-fotográfico do «DL» se aproximava, o Primeiro-Ministro mudava de posição, irrequieto. Na foto, com António Macedo, presidente do PS, aponta para a objectiva, sorridente, recordando provavelmente outros encontros com a mesma câmara

Amaro da Costa (CDS) e Veiga de Oliveira (PCP): Ainda por cima «o PCP está sempre a insultar-nos» — lamento do vice-presidente «centrista» a um jornal brasileiro

●

Soares, pensativo, nos corredores de S. Bento: novo Governo ou eleições gerais, eis a questão. O resto, foram os projectores e os «flash» da Informação espanhola, ontem em peso no hemiciclo parlamentar — a Espanha interessada em saber se o interlocutor para 1978 será o mesmo do próximo dia 21?

FOLHA OFICIAL

O «Diário da República», I Série, n.º 267, com data de hoje, publica a seguinte legislação:

Presidência do Conselho de Ministros: Resolução n.º 295/77: Estabelece normas relativas aos processos ainda pendentes na Comissão Nacional de Inquérito, bem como ao pessoal que ali prestou serviço.

Ministério da Justiça: Portaria n.º 710/77: Aumenta o quadro do pessoal auxiliar do Cartório Notarial de Paredes de Coura.

Ministério das Finanças: Despacho Normativo n.º 224/77: Autoriza a Caixa Económica Comercial e Industrial e a Caixa Económica de Angra do Heroísmo a participarem no sistema de poupança-crédito criado pelo Decreto-Lei n.º 540/76, de 9 de Julho; Decreto Regulamentar n.º 77/77: Altera a redacção do § 6.º do artigo 364.º do Decreto n.º 31 730, de 15 de Dezembro de 1941 (Regulamento das Alfândegas); Decreto n.º 154/77: Abre no Ministério das Finanças créditos especiais no montante de 181 357 867$50, destinados a reforçar verbas insuficientemente dotadas.

Ministério dos Negócios Estrangeiros: Aviso: Torna público ter o Governo das Baamas depositado o instrumento de adesão à Convenção e Protocolo Relativos ao Imposto do Selo em Matéria de Letras e Livranças.

Região Autónoma dos Açores: Decreto de 1 de Outubro de 1977: Nomeia Américo Natalino Pereira de Viveiros Secretário Regional do Comércio e Indústria; Decreto de 2 de Novembto de 1977: Exonera a seu pedido João Vasco da Cruz Botelho de Paiva do cargo de Subsecretário Regional Adjunto da Presidência do Governo.

Em ALVERCA o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na TABACARIA FERREIRA Rua Manuel Maria Vieira.

O SEU VELHO TELEVISOR VALE MUITO DINHEIRO
na troca de um
LOEWE OPTA

CONSULTE-NOS

RAIO DE SOL
LARGO DE D. ESTEFÂNIA 12-D · TEL. 548856 · LISBOA

GALERIA TRIANGULO
AV. ALMIRANTE REIS 166-A · TEL. 571978 · LISBOA

ponto a ponto

O rei Juan Carlos poderá visitar Portugal no início do próximo ano, de acordo com fontes do Ministério dos Negócios Estrangeiros espanhol. A confirmar-se a notícia, será a primeira visita do monarca espanhol ao nosso País desde que sucedeu ao ditador Franco.

Sá Carneiro e Barbosa de Melo solicitaram ontem à Assembleia da República a suspensão por seis meses dos seus mandatos de deputados. Sá Carneiro foi substituído por Valentim Vilar e Barbósa de Melo por Barata Portugal.

Duas «lógicas» opostas — a do FMI e a da CEE — foram focadas por Medeiros Ferreira num colóquio ontem promovido pela SEDES sobre a «nova ordem internacional». Para o ex-ministro, Portugal terá de se decidir entre as teses retractoras da economia do Fundo e as teses desenvolvimentistas da CEE que se contrariam, mas não se anulam...

Rocha Vieira, chefe do EME, prossegue a sua deslocação aos EUA tendo já visitado a Academia Militar de West Point, a 4.ª Divisão de Infantaria Mecanizada e a 1.ª Brigada de Instrução. Nas suas visitas, o CEME assistiu a várias demonstrações entre as quais as de mísseis anticarro TOW que podem vir a equipar a nossa primeira brigada mista independente.

DIREITOS DO HOMEM NO RDM

PEDRO GONÇALVES

..O Militar é um Homem e um Cidadão. A qualidade de militar não lhe pode retirar os direitos, liberdades e garantias que recebe como Homem, pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, e como cidadão, pela Constituição da República.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, adoptada e proclamada pela Assembleia Gefal das Nações Unidas na sua resolução 217 A (III), de 10 de Dezembro de 1948, afirma não seu artigo 8:

..«Toda a pessoa tem direito a recurso efectivo aos tribunais nacionais contra os actos que lhe violem os seus direitos fundamentais, reconhecidos pela Constituição ou pela lei».

Para bem se atingir a amplitude deste diteito, poderá considerar-se o desenvolvimento que recebeu no artigo 5.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, cinco anos mais tarde. Declara esta:

..«Toda a pessoa tem direito à liberdade e segurança. Ninguém pode ser privado de sua liberdade, salvo nos casos seguintes e de acordo com o procedimento determinado pela lei».

Seguem-se seis alíneas, as três primeiras recacionadas com a actividade judicial, a quarta com medidas educativas para menores, a quinta com doentes perigosos e a sexta com estrangeiros entrados clandestinamente, expulsos ou a extraditar. Acrescenta-se:

..4. Toda a pessoa privada da sua liberdade mediante prisão ou detenção tem direito a apresentar recurso ante um tribunal, a fim de que este se pronuncie em breve prazo acerca da legalidade da detenção dela e ordene que a libertem se a sua detenção é ilegal.»

..A Constituicão da República é clara e peremptória no seu artigo 27.º, aliás em conformidade com os textos citados que foram suas fontes. Diz:

..«1. Todos têm direito à liberdade e à segurança.

«2. Ninguém pode ser privado de liberdade a não ser em consequência de sentença judicial condenatória pela prática de acto punido por lei com pena de prisão ou de aplicação judicial de medida de segurança.

«3. Exceptua-se deste princípio a privação da liberdade, pelo tempo e nas condições que a lei determinar, nos casos seguintes:

.. a) Prisão preventiva em flagrante delito ou por fortes indícios de prática de crime doloso a que corresponda pena maior;

.. b) Prisão ou detenção de pessoa que tenha penetrado irregularmente no território nacional ou contra a qual esteja em curso processo de extradição ou expulsão.

«4. Toda a pessoa privada de liberdade deve ser informada, no mais curto prazo, das razões da sua prisão ou detenção.»

..Em aberta oposição com estes direitos fundamentais, o actual RDM, copiando o seu antecessor de 1929, permite a um capitão aplicar às praças penas de prisão sem as mínimas garantis.

A repressão disciplinar, no âmbito castrense, faz-se com a violação dos direitos que como Homem e como Cidadão, o militar recebe.

A dituação é tanto mais grave quanto é certo que falta disciplinar pode ser a mais inocente acção ou omissão. Basta dizer que são consideradas infracções disciplinares, quaisquer acções ou omissões de que resulte a falta de cumprimento das leis, ordens e regulamentos militares: não dedicar ao serviço toda a sua inteligência, zelo e aptidão; não se conservar pronto para o serviço, evitando qualquer acto imprudente que possa prejudicar-lhe o vigor ou aptidão física ou intelectual; nao ser moderado na linguagem, murmurar das ordens de serviço, descuti-las ou referir-se a outros militares por qualquer forma que denote falta de resoeito; não zelar pela boa convivência, não procurando assegurar a solidariedade e camaradagem entre os militares, sem desrespeito pelas regras de disciplina e da honra, e não manter toda a correcção nas reacções com os camaradas, evitando rixas, contendas ou discussões prejudiciais à harmonia que deve existir nas forças armadas; não usar de toda a correcção nas suas relações com a sociedade civil, tratando com as atenções devidas todas as pessoal; não transgredir qualquer preceito em vigor no lugar em que se encontrar; não cuidar da sua boa apresentação; não infringir os regulamentos e ordens das autoridades policiais e da Administração Pública; não manter hábitos de higiene; etc...

Isto significa que, por exemplo, se o seu superior considera que é mais inteligente do que é efectivamente; se se descuida e usa linguagem mais livre; se apanha uma corrente de ar e se constipa; se se zanga com um camarada; se manda um dichote a uma moça; se atravessa a rua fora da passagem para peões; se não se penteou devidamente ou não lavou os dentes... comete uma infracção disciplinar que é discricionàriamente punida. Efectivamente, não há uma tabela que relacione a gravidade da falta com a pena a aplicar. Apenas se manda atender à natueza do serviço, à categoria e posto do infractor, aos resultados perturbadores da disciplina e, em geral, a todas as circunstâncias em que a infracção tiver sido cometida (n.º 1 do artigo 70.º). Tudo muito vago...

E de lamentar que, quando a Sociedade Internacional de Direito Penal Militar e do Direito da Guerra faz um esforço no sentido de defender as garantias dos direitos individuais no âmbito da repressão disciplinar, em Portugal, onde as Forças Armadas recebem como missão histórica permitir a transição pacífica e pluralista para a democracia e do socialismo (n.º 4 do artigo 273.º da Constituição), se faça uma nova edição só formalmente diferente do RDM imposto pelo regime fascista, em que as mais elementares garantias são olvidadas. Quando se proclama a necessidade de aproximar a legislação penal e disciplinar castrense da ligislação civil, de jurisdicionalizar as penas de prisão e de coexistir paralela à cadeia de comando uma orgânica disciplinar diferenciada, quando na pròpria República Rederal da Alemanha as penas disciplinares de prisão estão sujeitas a confirmação por um juiz, ainda entre nós se faz sair um RDM mais retrógado que aquele datado de 1911.

Porém, a acusaçao mais grave a fazer reside na sua inconstitucionalidade. As boas intenções declaradas no relatório preambular ficaram-se na eluminação dos quartos de sentinela, guardas e patrulhas como medidas punitivas (de que até nem vinha grande mal...). Efectivamente, as soluções adoptadas não se intregam no contexto constitucional, ao invés do que se diz.

O já transcrito artigo 27.º da Constituição é bem claro ao exigir uma sentença judicial para que um cidadão possa ser privado da liberdade. O RDM permite que um capitão ou oficial de maior graduação aplique penas de prisão. Como a dexisão do oficial não pode considerar-se uma sentença judicial, logo há desconformidade com o texto contitucional, há inconstitucionalidade.

A não ser que se pretenda que um militar não é um cidadão, que a lei constitucional não lhe é aplicável...

Os desmandos do RDM em matéria de garantias não ficam por aqui.

Continua na pág. 4

política

de A a Z

QUEM QUISER OUVIR, QUE OUÇA

Na Assembleia da República, o Primeiro-Ministro, a seu pedido, discursou. Com clareza falou. Com clareza apresentou a sua proposta. Para todos nós foi claro que não tinha em conta no fundamental, as posições e os argumentos dos seus opositores. Explicou-se, não explicou uma política que é objecto de críticas de «direita» e de «esquerda». Não explicou, igualmente, o que se passa «no interior da área do Poder».

Nestes dias divididos e difíceis: governar é trabalhar. Trabalhar afincadamente, honestamente, com seriedade, dando provas de competência, dando exemplo de austeridade. As palavras..Se constituem um discurso coerente, melhor. Se são agradáveis no estilo e no tom, melhor. Mas com palavras nada se resolverá. A **política** não é apenas um **discurso ideológico**, nem será só uma **proposta programática**, é uma **prática**. Em democracia terá que ser uma **prática participada**.

A **democracia pluralista** não poderá configurar-se como a **governação de um partido** a que os outros partidos e forças políticas, assistem. Criticando livremente, é certo. Contestando livremente, ninguém o nega. Mas sem uma participação real. O **contra-discurso** na Assembleia da República não é, efectivamente, uma participação directiva e gestionária.

O «Governo minoritário», tal como o seria um «Governo maioritário», mas neste caso com maior legitimidade, não é uma garantia de **pluralismo participativo**.

Falamos de «entendimento» para «vencer a crise». Falamos de «mobilização patriótica». Reconhecemos (há quem reconheça) que «nenhuma força isoladamente» poderá prevalecer-se do «entendimento» e poderá arrogar-se, por si própria, exclusivamente, a capacidade de «mobilização». Mas não se descobre vontade de tirar das premissas que se enunciam, as lógicas conclusões.

Entendamo-nos, porém: há forças constitucionalistas e há forças anticonstitucionalistas; há forças democráticas e forças antidemocráticas. A **participação pluralista** não poderá ser compreendida em termos de autodestruição do sistema democrático, não poderá ser levada ao extremo de introduzir na «área do Poder» os adversários, jurados e confessos, das instituições democráticas.

Mas, por outro lado, é necessário eliminar o exclusivo partidário, a **partidarite**, o rótulo partidário como elemento de currículo, o critério da filiação partidária como selectivo no recrutamento e na promoção. Uma coisa será a fidelidade democrática, o respeito da Constituição, a garantia do passado político, outra coisa a filiação partidária, a selecção por critério partidário ou por afinidades políticas, familiares, regionais. O Estado deverá estar acima e defendido do **clientelismo**.

Um «governo partidário» não é, por definição, impossível em democracia. Mas as condições políticas que lhe permitem exercer **o poder**, não poderão ser confundidas com condições que favorecem a **exclusividade do Poder**.

O poder político exclusivo de um partido, mesmo democrático, não é **poder democrático participado**. E, nesse caso, falar de **pluralismo democrático** é um voto piedoso, uma intenção, uma imagem. De modo algum a **prática política** no quotidiano cumprida.

A partilha dos trabalhos e das responsabilidades nao deverá mesmo ser considerada uma reivindicação abusiva, ou irrealista. Bem sabemos que, na presente situação portuguesa, certas reivindicações de «partilha do Poder» são acompanhadas da intenção de **rever** a Constituição e contrariar a marcha para alcançarmos as metas constitucionais. Não é essa participação, contra-revolucionária e anticonstitucional, que, para defesa das instituições democráticas, importará promover. A **participação** que interessa promover é aquela que, defendendo a Democracia, **despartidarize o Estado**.

E não pense o leitor, apressadamente, que se concebe **um neutro Estado de Direito**. Não é o caso. Mas o **Estado**, na Democracia em marcha para o Socialismo, que a Constituição prefigura, não pode deixar de ser o resultado de **um compromisso histórico**. O **Estado** deste «Portugal em mudança», não é **neutro**, é um aparelho de administração, de intervenção, de coerção, que tem conotações de classe e que serve um projecto nacional (português) de **sociedade de transição** que a Constituição descreve.

Que o **Estado** deverá ser defendido, como promotor do projecto constitucional, dos adversários jurados e confessos da Constituição, parece-nos evidente. Mas daí não deverá concluir-se que a legitimidade democrática (a maioria conquistada nas urnas ou obtida por coligação) consinta que o Governo partidarize o Estado.

O **exercício exclusivo do Poder** poderá ser uma habilidosa **estratégia partidária**, mas não é consentâneo com o empenhamento que se solicita. Sabe-se que **sem** os trabalhadores não poderá ser ganha a batalha da «crise». Sabe-se, também, que a «mobilização patriótica» exige um entendimento, ou, minimanente, um apaziguamento político.

As alternativas à actual fórmula de Governo, respeitada que seja a Constituição, não serão muitas. Já, nestas notas, algumas foram indicadas. O discurso do Primeiro-Ministro viabiliza uma outra: a de um segundo «Governo Constitucional» com um programa de **plataforma política**, composto por socialistas e independentes, e no qual os partidos — PS, PCP, PSD e CDS — estivessem representados por ministros de Estado. Com uma condição: a da máquina ser severamente reduzida a proporções operacionais.

O que é necessário e o que é urgente é ultrapassar esta fase de expectativa (e de decomposição), de discussão (e de surdez). O diálogo de surdos não leva a parte alguma. Temos de ter a coragem das opções e a audácia das iniciativas.

A autoridade do Presidente da República deverá cauccionar uma iniciativa para vencer **esta crise** reafirmando, como sempre tem feito, que a Constituição é para cumprir.

Pub

A UNIÃO DOS SINDICATOS DE SANTARÉM MANIFESTA-SE CONTRA AS AGRESSÕES ÀS CONQUISTAS DE ABRIL

O Secretariado da U.S.S. reunido em 15/11/77 para análise da actual situação Social, Nacional e Distrital, onde as Forças Conservadoras e Reaccionárias tentam impôr, através da Intimidação, Despedimentos, Violação sistemática por parte das entidades patronais da Legislação em Vigor e C.C.T. colocando centenas de Trabalhadores em situação muito difícil com a agravante do aumento do custo de vida, decidiu levar a efeito, grandes acções de massas no Distrito, nomeadamente em Samora Correia e Tramagal, no dia 26/11/77, pelas 15.30 horas.

O Secretariado apela para a participação activa e consciente de todos os Trabalhadores e Forças Interessadas na Defesa e Consolidação das Conquistas de Abril.

CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA;
CONTRA O DESEMPREGO;
CONTRA OS DESPEDIMENTOS;
CONTRA A REPRESSÃO;
PELO DIREITO AO TRABALHO;
PELAS LIBERDADES SINDICAIS;
PELA DEFESA DAS CONQUISTAS ALCANÇADAS;
PELA RECUPERAÇÃO ECONÓMICA AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES;
PELA INDEPENDÊNCIA NACIONAL;

UNIÃO DOS SINDICATOS DE SANTARÉM
Lisboa, 16/11/77

Depart. de Inform. da CGTP — Intersindical Nacional

Pub

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS DE CELULOSE, PAPEL CARTONAGEM E AFINS – ZONA SUL

COMUNICADO

Considerando o avanço das forças fascistas, reaccionárias e imperialistas;

Considerando que este avanço só pode ser possível derivado às cedências do Governo dito Socialista;

Considerando que a actual política não serve os interesses dos Trabalhadores;

Considerando que só Unidos podemos pôr em Portugal uma política que sirva os Portugueses;

Considerando que é necessário e dever dos explorados deste País participar na Grande Manifestação do dia 19/11/77.

Por isso este Sindicato apela à participação massiva de todos os seus associados bem como de todos os Trabalhadores em geral.

14/11/77

Pel'A DIRECÇÃO
António Alves

Pub

FOTOCÓPIAS

EXECUTAMOS A PREÇO DE 1$50
AV. 5 DE OUTUBRO, 201-2.º Dt.º
TEL.: 77 11 79 - 77 41 55 — LISBOA

MIRN, CDS e PSD/PPD activos na manifestação a Pires Veloso

PORTO, 18 — Enquanto aumenta o número de organizações que se associaram à jornada de luta convocada pelos sindicatos para hoje, na Praça General Humberto Delgado, mantém-se a convocação, para amanhã, de uma «homenagem» a Pires Veloso; a comissão organizadora desta «homenagem» está instalada na sede do CDS na Avenida da Boavista, e tem sido insistentemente acusada, por diferentes sectores políticos, de estar a promover uma iniciativa claramente reaccionária.

Acompanhando o despacho do general Melo Egídio que indefere o pedido do Pires Veloso de estar presente à «homenagem», um informador do Estado-Maior do Exército explicou à ANOP que o indeferimento da pretensão se deve a «princípios de disciplina militar e à salvaguarda da figura do requerente como militar».

De entre os comunicados que nos têm sido enviados por diferentes movimentos e organizações a propósito da «homenagem» ao ex-comandante da Região Militar do Norte, salientamos o de um grupo de pequenos e médios comerciantes, no qual se repudia a iniciativa.

Também a Comissão Distrital do MDP apela para a população do Norte no sentido de «dizer não à manifestação fascista» e de apoiar a «grande jornada unitária de luta» convocada pelos sindicatos para amanhã.

Por sua vez, a Comissão Distrital da UDP afirma que «entre os organizadores (da manif. de sábado) contam-se alguns cabecilhas da manifestação do dia 5, lado a lado com o ex-governador civil do PPD, com o advogado dos patrões sabotadores da Facar, com o reaccionário director do matutino estatizado «Comércio do Porto» e outros conhecidos agentes da reacção nortenha».

Também o secretariado da Assembleia Popular de Gondomar e a Comissão Coordenadora da FEPU repudiam a manifestação de sábado, apoiando a de hoje, tal como a Fraternidade Operária. Esta associação de cultura socialista afirma que a manifestação do dia 5 foi «um balão de ensaio das forças da extrema-direita fascista ao nível da movimentação de massas».

Dezenas de professores subscreveram um documento no qual sublinham que a comissão organizadora da manifestação do dia 19 «está sugestivamente instalada na sede do CDS, na Avenida da Boavista e que é constituída em boa parte por pessoas que estiveram na base da manifestação do passado dia 5, de carácter claramente reaccionário», apelando à participação massiça da classe na jornada de hoje.

Também num apelo à manifestação de hoje vários antifascistas de longa data, como Rui Luís Gomes, Vítor Sá, Virgínia Moura, Óscar Lopes, Rui Polónio Sampaio, Ilídio Sardoeira, Dinis Jacinto e José Morgado, entre outros, salientam que «quando as forças da reacção e do fascismo conspiram e manobram contra a democracia», a manifestação convocada pelos sindicatos será uma «grande jornada de unidade em defesa do regime democrático e das conquistas de Abril».

Por sua vez, a DORN do PCP emitiu um comunicado no qual começa por dizer: «intensificando a propaganda antidemocrática e subversiva procedendo a recolhas de assinaturas e de dinheiro com processos mais ou menos abertos de coacção, pressão e ludíbrio, procurando criar um clima anticomunista fantasmagórico, incutindo a ideia de que os socialista (mesmo o Governo) «são submarinos comunistas», regionalizando o significado da mudança do comandante da Região Militar do Norte — são, de facto, os fascistas os obreiros da manifestação do Porto no dia 19. Ela é óbvia e inegavelmente a continuação e o prolongamento da manifestação do passado dia 5. Pretende apresentar-se como um «pronunciamento popular» em moldes tipicamente fascistas contra a saída do coronel Pires Veloso de comandante da RMN e contra a ordem e a legalidade democráticas e constitucionais».

Depois, de realçar o facto da tal manifestação ter sido anunciada no «Comércio do Porto» em confronto com a manifestação promovida em Lisboa por organizações sindicais e de trabalhadores, o PCP afirma que o facto de «alguns poucos militantes do PS estarem na comissão promotora da manif. não altera em nada o seu conteúdo fascista, mas apenas revela as ambiguidades, os compromissos, as hesitações e as contradições do próprio OS». Acentua o documento que «a movimentação do próprio PS». Acentua o documento que «a movimentação das últimas semanas no Porto e Norte da direita reaccionária, nomeadamente através de acções de propaganda do MIRN e em torno da transferência do coronel Pires Veloso está intimamente ligada aos esforços do PPD e CDS para forçarem o Governo PS à capitulação completa perante as suas exigências e imporem uma saída fascizante e anticonstitucional à crise política».

Salientando que esta movimentação «só é possível no quadro de uma crise económica, financeira e política provocada pela ofensiva do Governo PS dirigida contra as fundamentais conquistas da Revolução», o PCP apela para a participação na jornada de hoje alertando para «os perigos de quaisquer actuações esquerdistas, aventureiros e irresponsáveis». Desta forma, «condena quaisquer tentativas provocatórias de contra-manifestação à manifestação fascista do dia 19, assim como alerta para qualquer armadilha ou acção provocatória em relação às forças armadas ou militarizadas».

«SÉRIO E CORAJOSO»

A «manifestação a Pires Veloso», marcada para as 15 e 30 de sábado, na Praça Gen. Humberto Delgado, tem sido convocada através de anúncios nos jornais e de tarjetas que têm sido difundidas aos milhares. Uma das tarjetas inclui mesmo uma fotografia do ex-comandante da RMN sobre duas tarjas com as cores da bandeira nacional. De acordo com o texto dos panfletos distribuídos, Pires Veloso é «exemplo de patriota, democrata, cidadão e militar».

Como palavras de ordem inscritas nesses panfletos avultam estas: «Veloso e Portugal — independência nacional», «Sério e corajoso é o Veloso», «Veloso e a democracia — são a nossa democracia».

ESTRANHA PRESENÇA

Para além do MIRN, CDS e PSD-PPD, as organizações mais activas na preparação da «homenagem» a Pires Veloso, outra há que se afigura, pelo menos, estranha. Trata-se dos ex-comandos da 33.ª companhia que, em circular datada do Regimento de Comandos da Amadora, propõem um jantar de confraternização para amanhã, à noite, mas escolhendo como ponto de encontro, a Praça Humberto Delgado, às 15 horas, tempo e local da citada manifestação...

O dr. Rui Oliveira (CDS) membro da comissão promotora da «homenagem», disse, ontem, esperar que a manifestação seja «a maior de sempre» no Porto após o 25 de Abril, e enumerou algumas das excursões que estão a ser organizadas fora do Porto. Assim, segundo ele, virão por exemplo 50 camionetas da Guarda, 58 de Famalicão, 20 de Vale de Cambra, etc.

O filho do coronel Veloso receberá um «espada de honra», em prata, e a mulher dirigirá palavras aos manifestantes! O ex-comandante da RMN ficará no interior da sua residência, instalada no QG, ouvindo os gritos e palavras de ordem.

Pub

JORNADA DE LUTA

de 19 de Novembro de 1977

Os sindicatos abaixo designados convidam os trabalhadores que representam a incorporar-se na manifestação marcada para o próximo sábado, 19 do corrente, em Lisboa, que constituirá uma jornada de luta contra os despedimentos e pelo direito ao trabalho, pelas liberdades sindicais, contra o aumento do custo de vida, pela defesa das conquistas alcançadas com o 25 de Abril, pela recuperação económica e pela independência nacional.

O desfile terá início na Praça Marquês de Pombal, às 15,30, devendo os trabalhadores representados por estes sindicatos concentrarem-se às 14,30, na esquina da Avenida Duque de Loulé (edifício da Marconi).

Lisboa, 17 de Novembro de 1977

CONTRA OS DESPEDIMENTOS
PELO DIREITO AO TRABALHO

Sindicato da Actividade Cinematográfica
Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos
Sindicato dos Músicos
Sindicato das Telecomunicações

Os Direitos do Homem no RDM

Continuação da pág. 3

. . O artigo 82.º proíbe a constituição de advogado ou a representação por terceiro, contra a própria tradição germânica que informou a legislação disciplinar militar continental (com o «Vertrauensmanner» e na Áustria, o «Soldatenvertreter»). Em vez de se presumir a inocência do delinquente, o n.º 1 do art. 91.º institui a presunção de culpa quando a parte seja dade por oficial. Só há recurso hierárquico, mesmo assim dependente de prévia reclamação e sem que se proíba a «reformatio in pejus» (alteração de pena para mais), salvo das decisões do Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas e dos Chefes dos Estados Maiores dos diversos ramos, casos em que apenas cabe recurso contencioso.

. . Porém, e aqui surge outro grave atentado contra as garantias individuais, o recurso contencioso a interpôr para o Supremo Tribunal Militar limita-se a conhecer da legalidade da decisão. Ora, dado o carácter extremamente vago dos deveres militares enunciados no art.º 4, a discricionaridade das penas e a ausência de formalismo do processo (artigo 80.º), tal limitação quanto ao âmbito do recurso inutiliza-o praticamente. Os Chefes dos Estados-Maiores podem aplicar penas de prisão, inactividade, reserva compulsiva, reforma compulsiva ou separação do serviço sem apelo nem agravo. A intervenção dos Conselhos Superiores de Disciplina é meramente decorativa, já por serem nomeados pelo próprios Chefe do Estado-Maior respectivo e por um ano, já por terem funções meramente consultivas. Enfim, o mesmo sistema de antigamente, o célebre sistema da «tinta verde» de triste memória, destruidor de personalidades, satisfazendo-se com verbalismo, sem desenvolver a dignidade, a firmeza de zaracter e a iniciativa esclarecida que devem se4r apanágio do Militar.

KOL
MAPLES
NOVOS MODELOS
A PREÇOS SOCIAIS
ABERTO ATÉ ÀS 23 H
Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 87-89
Tel. 77 96 43 - Lisboa

O "DL", a Informação e a Contra-Informação

1 — Não podemos obrigar os mais distraídos e no reaccionarismo os mais obstinados a pautarem-se pela prudente atitude de só criticarem este jornal se quotidianamente o acompanham. Não se nos adiantou voz alguma quando referenciamos as coincidências que permitiam concluir que existia uma mesma inspiração, uma coordenação centralizada, uma «central de contra-informação».

2 — De Lisboa, de um local semipúblico, fez-se um telefonema para o Porto. De cá pergunta-se qual a razão de certa notícia não ter saído. De lá dá-se a explicação. De cá foi um militar que falou. De lá foi um jornalista que respondeu. A bom entendedor.

DOIS DOCUMENTOS E UM COMUNICADO

3 — Comunicados do Conselho de Redacção do «Jornal de Notícias» que ainda não foram divulgados:

«Os jornalistas do Conselho de Redacção reuniram 12/11 para apreciar assuntos do seu âmbito, estando presentes António Matos, António Pina, Fernanda Gomes, Jorge Cordeiro, Pereira Pinto e Serafim Ferreira.

«Os jornalistas do C.R. estiveram longo período sem reunirem em virtude dos seguintes motivos:

. a) Mapa de férias

b) Deslocações ao exterior

c) Desmotivação e inércia dos seus elementos decorrente de um processo de marginalização sistemática a que foram votadas pela Direcção.

«Constatou-se que ao longo da sua actuação as deliberações dos jornalistas do C.R. só eram cumpridas na generalidade desde que coincidentes com a Direcção. A título exemplificativo recorde-se que a Direcção ignorou na prática as desiões como a de obrigatoriedade da assinatura da «Nota» e de outros textos de opinião e interpretação da actualidade político-militar. Se necessário outros textos de opinião e interpretação da actualidade político-militar. Se necessário outros exemplos relacionados com a orientação do jornal poderão ser dados.

«Os jornalistas do C.R. tomaram conhecimento, na qualidade de leitores do «JN» que, por instância superior da República foi mandado instaurar um inquérito ao Jornal de Notícias com base em noticiário inserido nos últimos dias e classificado de «falso».

«Os jornalistas do C.R. são alheios a este noticiário, bem como a generalidade dos jornalistas do «JN». Os jornalistas do C.R. vão solicitar à Direcção elementos esclarecedores sobre tal assunto.

«Os jornalistas do C.R., perante os factos enunciados em 2. c) pensaram já demitir-se. No entanto, não o fizeram nem o fazem, para que não se crie um vazio e também para que a Redacção não fique despojada do seu órgão representativo. Chama a atenção para o facto de que até ao fim do ano terem que efectuar-se eleições para o C.R.»

Assinaturas
12/11/77

«O C.R. reuniu no dia 14/11 para apreciar assuntos do seu âmbito e, tal como o constante do último comunicado, se esclarecer acerca de um inquérito mandado instaurar ao «JN».

O Director do «JN» esclareceu alguns pormenores acerca do inquérito e das formas como ele surgiu — chamado na sua qualidade de gestor desta empresa do Estado à Secretaria de Estado da Comunicação Social onde lhe foi dito que o noticiário sobre matéria político-militar, mormente o comunicado no passado dia 10, era «desestabilizador para a Presidência da República e para a Democracia». Segundo o Director do «JN» não se trata de um inquérito mas, pelo contrário, da elaboração de um relatório pela Comissão Administrativa a apresentar ao Sec. de Estado da Comunicação Social no prazo de 8 dias. Também, segundo o Director, que declarou ter lido previamente tal noticiário, este não se pode considerar isento, pois não se tratou de ouvir todas as partes envolvidas na questão.

Informou que tratou já de tomar as medidas necessárias e efectivas para que não se volte a repetir casos como o decorrente. Porém, acrescentou, que sabe e tem confiança nas fontes de informação que propiciaram as notícias em causa.

Os jornalistas do C.R. reafirmaram o conteúdo do último comunicado e, acerca do tipo de noticiário em causa reiteraram a posição genérica de total discordância com a publicação de notícias interpretativas ou especulativas sempre que, como dispõe o código deontológico, sejam integralmente fundamentadas e responsabilizadas com a assinatura do autor ou autores.

O Director do «JN» discorda do constante do nº 2-c) do último comunicado de 12/11 no qual se refere que a desmotivação e inércia dos seus elementos é decorrente de um processo de marginalização sistemático a que foram votados pela Direcção.

Esclareceu ainda que a «Nota» não é assinada porque veicula as posições da Direcção do «Jornal de Notícias» e só ela é vinculada, em princípio, pelas opiniões ali expressas.

. . Pacheco de Miranda (director), António Matos, António Pina, Jorge Cordeiro, Pereira Pinto e Serafim Ferreira.

14/11/77

ESCLARECIMENTO DO CDS

«Tendo o «Diário de Lisboa» de 15/11/77, publicado na sua primeira página uma notícia com o título «DL» DÁ CONTRIBUTO PARA UM INQUÉRITO URGENTE — CONTRA-INFORMAÇÃO TEM «CENTRAL» ACTIVA, em que se escreve que o jornalista do «Jornal de Notícias», Nuno Campos, está «ligado a um departamento de informação do CDS», esclareço que esta afirmação é perfeitamente falsa.

«O jornalista Nuno Campos não está ligado ao Departamento de Opinião Pública do CDS, nem a qualquer outro órgão ou departamento do Partido.

«Ao abrigo das disposições da Lei de Imprensa e por respeito à verdade, solicito a V. Exa. a publicação deste esclarecimento no mesmo local que o da notícia que lhe serve de fundamento.»

. . Aceitamos o esclarecimento. Julgávamos que ainda fosse daquele partido.

DECLARAÇÕES AO "INFORMACIONES"

Soares não crê em golpe militar

«Estou convencido de que os militares não querem intervir na vida política portuguesa» — afirma o Primeiro-Ministro Mário Soares numa entrevista publicada ontem no jornal espanhol «Informaciones», que se publica em Madrid. Soares declara que não crê na possibilidade de um golpe de Estado militar em Portugal.

Por outro lado, o Primeiro-Ministro pronuncia-se a favor da criação dum Governo maioritário em Lisboa, em face da situação em que se encontra a relação entre as principais forças políticas portuguesas, visível ao nível do Parlamento.

Soares refere-se à sua próxima visita oficial a Espanha e realça a importância política de que ela se reveste, sobretudo no que respeita à assinatura do acordo de cooperação e amizade luso-espanhola. «Desde 1974, quando eu era ministro dos Estrangeiros, tenho pensado ser necessário rever o Pacto Ibérico, porque é um instrumento diplomático obsoleto, de consonâncias ideológicas que já não correspondem às realidades dos dois países da Península» — diz Soares.

Entretanto, a imprensa e a televisão espanholas estão a dar assinalável relevo à visita que se anuncia para a próxima semana — isto de par com o noticiário acerca da actual situação política em Portugal.

Destaque-se que, via agência EFE, as notícias sobre a intenção do Governo apresentar a sua demissão em caso de fracasso de um acordo com a Oposição foram veiculadas com 24 horas de antecedência sobre o discurso de ontem do Primeiro-Ministro.

A este propósito, um «mal entendido» ANOP-Gabinete do Primeiro-Ministro, levou a um desmentido inicial daquele noticiário por Alfredo Barroso e a um posterior contradesmentido, dado que a informação afinal tinha alguma base.

A reter que a notícia da EFE dizia que Mário Soares forçaria a demissão do seu Governo, ciente que o Presidente da República o voltaria a chamar, formando nessa altura um novo Executivo com independentes e apoio parlamentar do CDS e PSD. Na confusão do desmentido e contradesmentido, esta segunda parte da notícia da EFE ficou por esclarecer, permitindo que a dúvida sobre as verdadeiras intenções de Soares prevaleça.

Cooperativa perde 12 mil hectares

. «Por não estar enquadrada na lei», segundo afirma o MAP num comunicado, a Cooperativa Agrícola de Aguiar, no distrito de Évora e que possui 14.108 hectares de terra, vai ser atingida por cinco reservas pelo que resulta a diminuição da sua área para cerca de 12 mil hectares. Considera no entanto o MAP que em termos de gestão o «corte» é insuficiente pois até «especialistas estrangeiros que visitaram o nosso País recomendam áreas quatro vezes menores».

No comunicado sublinha-se que foram dadas, nas conversações travadas entre o CRRA de Évora e a Comissão de Trabalhadores da Cooperativa, garantias de que serão mantidos os postos de trabalho actualmente existentes.

A «restruturação» da Cooperativa de Aguiar que corresponde já a um dos aspectos da aplicação da «Lei Barreto» deverá estar terminada até ao próximo dia 25 de Novembro.

"CASO" LOPES DA NETA

Juiz desmaia no interrogatório

Encontram-se nos calabouços da Polícia Judiciária, após terem sido ouvidos durante toda a tarde de ontem por um juiz de instrução criminal, Joaquim Lopes da Neta e Fernando Cabrita da Silva Rabasco, detidos sob acusação de implicados em «infracção criminal grave».

Depois de ter interrogado os dois detidos, o juiz desmaiou, devido «ao intenso esforço desenvolvido durante todo o dia com o processo».

Foi necessária a intervenção de um médico.

A Lopes da Neta e a Silva Rabasco não foi arbitrada caução, presumindo-se, portanto, que a infracção cometida seja «efectivamente grave».

«De tal maneira o processo continua sob segredo de Justiça, que o juiz, mesmo sem sentidos, o não largou, mantendo-o debaixo do braço», disse à ANOP um informador policial.

O processo baixa agora à secção de investigação da Polícia Judiciária, só devendo ser conhecido o prazo legal de prisão preventiva depois de se saber qual o tipo de infracção praticada.

Nos termos legais, o secretário-geral da Secretaria de Estado da Comunicação Social, Monteiro Leite, assume interinamente a gestão daquele departamento governamental até nomeação ou indicação em contrário.

Em contacto com o gabinete de Imprensa da Presidência do Conselho, a agência ANOP foi informada de que «nada havia ainda quanto à substituição de Roque Lino».

DIA DA UNIDADE NO RIP

"Ninguém ouse pensar em termos sectários"

PORTO, 18 — No Regimento de Infantaria do Porto foi ontem comemorado o «Dia da Unidade». Às cerimónias presidiu o brigadeiro Mário Delgado, comandante interino da RMN, estando ainda presentes o general Passos Esmeriz, comandante-geral da GNR e antigo comandante daquela unidade, oficiais, sargentos e praças do regimento.

Na alocução proferida pelo comandante do RIP, coronel Ramires de Oliveira foram enaltecidos os valores militares e humanos do regimento. Noutro passo da sua alocução aquele oficial sublinhou: «O nosso regimento não é o conjunto dos homens de hoje, nem o momento em que estamos, nem o local que agora pisamos. O regimento são os mortos, que também mandam, são estes vossos camaradas militares e civis que o serviram desde 1917, é o vosso povo, serão os vossos filhos. Ninguém aqui esquece isso. Ninguém ouse pensar em termos individuais ou sectários. Na hora difícil que se atravessa não há lugar senão para homens verdadeiros, leais e amigos».

AMARO DA COSTA À "VOZ DE PORTUGAL"

"Maioria presidencial não tem viabilidade"

. «A tese da maioria presidencial não tem viabilidade prática a curto prazo» — pensa Adelino Amaro da Costa, do CDS, numa entrevista concedida ao jornal «Voz de Portugal» e publicada na última edição deste jornal, que se publica no Brasil e se tem distinguido — diga-se, entretanto — pelo combate sistemático ao processo político português desencadeado em 25 de Abril de 1974. Amaro da Costa acrescenta, todavia, que o seu partido continua fiel à ideia duma coligação tripartida (PS-PSD-CDS) como plataforma para a solução do problema governamental.

Para o dirigente centrista, «parece francamente difícil» um entendimento entre os partidos políticos portugueses. E Amaro da Costa nega que a «maleabilidade» do diálogo partidário manifestada pela sua organização vá ao ponto de incluir o PCP.

«Além do mais — diz —, o PCP passa o tempo a insultar-nos. Não poderíamos corresponder aos insultos do PCP, dizendo que estávamos dispostos a ouvi-lo cara a cara».

Sobre as actuais relações CDS-PSD, diz Amaro da Costa que elas se caracterizam por «uma grande cordialidade, mantendo, naturalmente, cada um, perfeita consciência da autonomia entre os nossos próprios programas e as nossas próprias posições».

O principal espaço da entrevista é ocupado com declarações do dirigente do CDS acerca da situação económica actual. Amaro da Costa repete as acusações que o seu partido tem feito à política económica do Governo-PS, começando por salientar que «até este momento não tem existido política económica em Portugal».

MAP devolve mais herdades a agrários

. De acordo com um comunicado do MAP serão devolvidas algumas herdades integradas em Unidades Colectivas de Produção, cuja área corresponde a uma pontuação de 50 a 70 mil pontos. Nestes termos determinou o MAP a desocupação da Quinta de S. João, no concelho de Alpiarça e de Herdade dos Castelos.

ANÚNCIO

O Hospital Distrital de Beja, carenciado de Anestesistas, abre concurso para uma vaga.

Podem concorrer os Anestesistas com carreira Hospitalar ou especialidade à Ordem.

A contratação pode ser imediata pelo período de seis horas, com o vencimento base da letra F, acrescido por compensação de trabalho extraordinário no Serviço de Urgência.

Análise objectiva do que foi o 25 de Novembro, por Jean Pierre Faye, membro do Comité Russell.

A SAIR BREVEMENTE!

distribuidora O SECULO

Nos próximos 5 anos Portugal vai precisar de 20 000 técnicos de Informática!

Porque não há-de ser Você um deles? Basta que adquira a preparação necessária!

E é tão simples: o Instituto de Programação e Análise tem ao seu dispor um curso de Informática à distância que se compõe das seguintes partes: Estudo do Computador, Linguagem Cobol e Técnicas avançadas de Programação.

O curso está estruturado em moldes inteiramente inéditos em Portugal: as lições são visualizadas por imagens e acompanhadas pela audição das respectivas matérias teóricas em cassettes. Um verdadeiro sistema audio-visual que V. instala em sua própria casa!

Isto além de Livros de Texto, Exames de Aproveitamento, Testes de Auto-Controlo etc. e naturalmente... a assistência pedagógica que o IPA lhe oferece! Informe-se.

IPA INSTITUTO DE PROGRAMAÇÃO E ANÁLISE

GRÁTIS e sem compromisso enviem-me informação mais detalhada sobre o curso de Informática

nome

morada

localidade

end. emprego

IPA Rua D. Estefânia, 32 1º Lisboa 1

a preencher pelos nossos serviços

1 1 0 4 0 9

Pub

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

COMUNICADO N.º 8

MANIFESTAÇÃO

Vão realizar-se nos próximos dias 18 e 19, manifestações no Porto e em Lisboa de cariz perfeitamente distintas.

A manifestação de apoio ao brigadeiro Pires Veloso vem em continuação de uma outra há dias realizada que, pretendendo ter como pretexto a luta pelos Direitos Humanos com a inerente contestação às comemorações da Revolução de Outubro de 1917, revestiu-se de objectivos de nítido recrudescimento da escalada reaccionária das forças de direita.

Com efeito, as acusações proferidas contra a pessoa do Presidente da República com o agravar da situação política que se lhe seguiu, nomeadamente na tentativa de fazer aprovar na Assembleia da República uma moção de louvor ao brigadeiro Pires Veloso são perfeitamente demonstrativas do assalto ao poder que as forças de direita preparam.

De há muito que vimos alertando os órgãos do poder, para aquilo que no nosso entender tem vindo a possibilitar a criação de condições favoráveis à investida das referidas forças. As perseguições aos trabalhadores no desempenho de actividades sindicais, às comissões de trabalhadores, os despedimentos propotentes que ocorrem diariamente, o boicote à contratação colectiva de trabalho, etc., que até ao presente momento não têm merecido por parte do Governo uma intervenção enérgica, bem como, as medidas de austeridade que serão tanto mais gravosas quanto mais se permitir à direita fomentá-las, têm gerado nas classes trabalhadoras um natural descontentamento.

É no aproveitamento destas condições, que as forças de direita se apoiam para a convocação da manifestação que pretendem levar a efeito no próximo dia 19, no Porto. afigura-se-nos que esta manifestação visa apresentar para a direita uma medição de forças, arrastando a esquerda para um conflito tumultuoso do qual a democracia sairá seriamente lesada.

Por sua vez a CGTP/IN decide apoiar manifestações de cariz diferente parecendo desconhecer que está a corresponder ao apelo da direita, contribuindo assim para o acentuar do clima de desestabilização.

Não ignoramos o justo descontentamento das classes trabalhadoras e o direito que lhes deve assistir de se manifestarem. No entanto, entendemos que para não desvirtuar o verdadeiro sentido que uma manifestação dessas envolve, esta deve ocorrer quando as condições políticas a tornem imperativa.

Neste momento, as garantias oferecidas e reafirmadas pelo Presidente da República na defesa intransigente dos direitos constitucionais são factor suficientemente mobilizador que permite aos trabalhadores reflectir quanto à necessidade de recorrerem a manifestações de rua.

Nesta conformidade, repudiamos veemente a manifestação que a direita vai promover no Porto e não podemos apoiar as manifestações promovidas pela Intersindical por delas poderem resultar consequências imprevisíveis.

PELA DEMOCRACIA!
PELO SOCIALISMO!

Lisboa, 17 de Novembro de 1977

Pela DIRECÇÃO

ISEL contra Ensino Superior Curto

Professores e alunos do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL) rejeitaram a projectada reconversão dos Institutos Superiores de Engenharia em escolas de Ensino Superior de Curta Duração, conforme o previsto pelo Decreto-Lei nº 427-B/77, a ser debatido em breve na Assembleia da República.

Em conferência de Imprensa ontem convocada para divulgação do memorando que vai ser apresentado à Comissão Parlamentar sobre Educação, informaram sobre a situação no ISEL, membros da respectiva Comissão Directiva, alunos e membros da Comissão de Luta, representantes dos Sindicatos de Engenheiros Técnicos e elementos ligados à legislação que em 1974 elevou as Escolas Industriais aos actuais Institutos Superiores de Engenharia.

O memorando inclui, entre outros pontos, uma análise á situação do corpo docente do ISEL e afirma estarem estes marginalizados pelo MEIC e com situação indefinida, correndo ainda o risco do desemprego. Na análise da actual situação do Instituto, alunos e professores declaram que «não obstante ser reconhecido pelo mundo de trabalho, o ISEL, como escola superior não é reconhecido pelo actual MEIC que não homologou os cursos que a escola ministra».

Por fim, alunos e professores manifestaram o receio relativamente ao futuro dos Institutos Superiores de Engenharia face ao «numerus clausus» imposto pelo MEIC, e também por se haver anunciado que os cursos de curta duração, em que poderão ser transformados, «só funcionarão enquanto se mostrarem necessários».

Finalmente, foi acentuada a possibilidade de asfixia do ISEL perante o pequeno número de inscrições verificado este ano. Os poucos estudantes aprovados no exame de aptidão foram absorvidos pelo IST, pelo que o ISEL propôs ao MEIC a realização de novos exames de aptidão para os três Institutos Superiores de Engenharia.

REITORIA DESOCUPADA

Os estudantes da Faculdade de Economia do Porto, abandonaram as instalações da Reitoria, cessando assim a ocupação, após se terem avistado com o reitor da Universidade do Porto, a quem uma delegação entregou cópias das moções e propostas aprovadas na reunião geral de alunos de anteontem.

A ocupação que foi simbólica, fizera-se sem incidentes.

Recorda-se que a Faculdade de Economia do Porto, está encerrada desde Julho último, por alegada «degradação pedagógica».

FÉRIAS ESCOLARES

As aulas do Ensino Primário, Preparatório e Secundário, no ano lectivo de 77/78, terminarão, no dia 18 de Julho (inclusive), segundo determinação de um despacho do secretário de Estado da Orientação Pedagógica inserto no «Diário da República» de ontem.

Segundo o mesmo despacho, as férias do Natal decorrerão de 19 de Dezembro a três de Janeiro, as do Carnaval, de quatro a oito de Fevereiro, e as da Páscoa, de vinte e três de Março a dois de Abril.

PROFESSORES DE AVEIRO EM PLENÁRIO

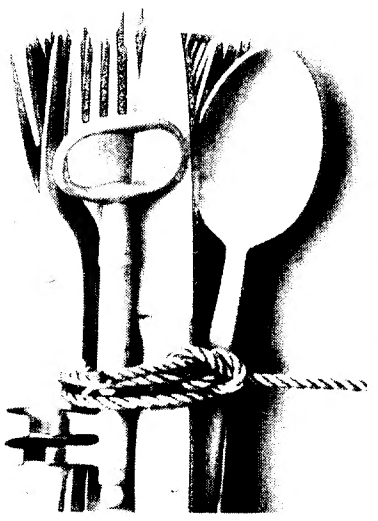
Convocado pelo Executivo do Sindicato de Professores, efectuou-se em Aveiro, um plenário que aprovou uma proposta exigindo «a demissão de Cardia e de toda a sua equipa ministerial, bem como a instauração de um processo judicial contra Almerindo Marques pelas afirmações feitas por este secretário de Estado» e que foram consideradas lesivas da classe.

O plenário viria ainda a aprovar «a colocação imediata de todos os docentes vinculados até 31 de Julho; a garantia de remuneração desde um de Outubro último, tenham ou não sido colocados; a garantia de contagem de todo o tempo de serviço; a garantia das regalias sociais, a que, como funcionários de Estado têm direito».

Um novo título de José Gomes Ferreira, o primeiro volume de «Poeta Militante», foi ontem lançado na Livraria Moraes, ao Largo do Picadeiro. Escritores, amigos e simples leitores anónimos do escritor foram saudá-lo na ocasião e brindar pelos seus 77 anos sempre moços na criação Literária e pela sua verticalidade inquebrantável de cidadão

Pub

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA HOTELARIA, TURISMO, RESTAURANTES E SIMILARES DO SUL



CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convocam-se todos os sócios ao abrigo do Artigo 32.º dos Estatutos para os efeitos do disposto na alínea c) do Artigo 31.º, para uma ASSEMBLEIA GERAL a realizar no Teatro Vasco Santana (Metro Entrecampos) no dia 24 de Novembro (Quinta-Feira) pelas 15.30 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – ORÇAMENTO SUPLEMENTAR PARA 1977
2 – ORÇAMENTO GERAL PARA 1978
3 – INFORMAÇÕES

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

MARIA MANUELA BARRETO

NOTA: 1 – Para a admissão na Sala é necessário teres a quotização em dia;
2 – Estão à disposição no Sindicato e serão entregues à Assembleia no próprio dia os projectos de Orçamento a apresentar.

MANIFESTAÇÃO DO DIA 19

A fim de se integrarem na Jornada de Luta, convocam-se todos os trabalhadores para, neste dia, se concentrarem pelas 15.00 horas, junto da Sede do Sindicato, de onde partiremos em direcção ao Marquês de Pombal pelas 15.30 horas.

PARTICIPA! LUTA CONTRA OS DESPEDIMENTOS!
CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA!
PELAS LIBERDADES SINDICAIS!
PELA INDEPENDÊNCIA NACIONAL!

A DIRECÇÃO

Pub

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Centro, Sul e Ilhas Adjacentes e Moagens do Centro e Sul

AOS TRABALHADORES QUÍMICOS

A Direcção do Sindicato dos Químicos de Lisboa

APELA PARA TODOS OS TRABALHADORES QUÍMICOS PARA PARTICIPAREM
Na **GRANDE MANIFESTAÇÃO/DIA 19 DE NOVEMBRO DE 1977**
ÀS 15.30 No **MARQUÊS DE POMBAL**
É CONVOCADA PELA **USL/USS/CIL e CIS**

CONTRA OS DESPEDIMENTOS! PELO DIREITO AO TRABALHO!
PELA DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA
CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA!
PELA INDEPENDÊNCIA NACIONAL!
CONTRA A REPRESSÃO! PELAS LIBERDADES SINDICAIS!

TODOS AO MARQUÊS DE POMBAL
DIA 19-11-77 — Pelas 15,30

Lisboa, 17 de Novembro de 1977

A Direcção

CRIMES COMETIDOS PELO FASCISMO

Procuradoria da República substitui Comissão Nacional

Os processos pendentes na Comissão Nacional de Inquérito vão ser remetidos para a Procuradoria-Geral da República por resolução do Conselho de Ministros de 28 de Setembro do ano corrente. O Ministério da Justiça ocupar-se-á do destino a dar ao pessoal que ali prestou serviço desde a criação do CNI, em 28 de Agosto de 1974, através do Decreto-Lei n.º 396.

Recorde-se que a Comissão Nacional de Inquérito foi instituída, naquela data, pelo período prorrogável de dois anos, com a competência de «averiguar do fundamento das queixas sobre actos praticados entre 28 de Maio de 1926 e 25 de Abril de 1974 a ela participados, ou dos quais haja notícia pública».

De acordo com a medida competia àquela averiguar actos que envolvessem abuso do poder, atentados contra os direitos dos cidadãos, práticas de corrupção, violências contra as pessoas e esbanjamento ou defraudação de dinheiros públicos, bem como «tráfico de influências ou gestões fraudulentas como meios de aquisição de bens».

Na reunião do conselho de Ministros, de 9 de Junho do ano passado e por resolução que antecipava a caducidade da CNI, foi deliberado prorrogar por mais um ano a duração da referida Comissão agora extinta por imperativo legal.

Daí a resolução do Conselho de Ministros na sua reunião de 28 de Setembro último publicada agora no «Diário da República» de hoje, na qual criaram os mecanismos legais para a substituição da CNI pela Procuradoria-Geral da República nas funções que àquela foram atribuídas em 28 de Agosto de 1974.

Conselho da Revolução apreciou documento-base do Governo

O Conselho da Revolução apreciou na sua reunião de ontem a proposta-base do Governo para o estabelecimento de uma plataforma com os partidos políticos. Foi aliás a ultimação deste documento que levou o CR a transferir para ontem a reunião que deveria ter-se efectuado na quarta-feira.

Outros pontos da agenda de trabalhos além da já conhecida «análise da situação político-militar» eram a discussão de dois pareceres da Comissão Constitucional, um sobre o apuramento de crimes de natureza fiscal nos tribunais comuns e outro relativo a subsídios a atribuir a publicações de carácter periódico, sobretudo no que diz respeito ao pagamento de portes e transportes. Não se trata porém, segundo informou o capitão Sousa e Castro à entrada para o CR, do decreto recentemente declarado inconstitucional.

Em declarações prestadas aos órgãos de comunicação social, antes da reunião, o porta-voz do CR abordou o caso das várias manifestações que hoje e amanhã se realizam, no Porto e em Lisboa, manifestando o ponto de vista de que elas «são direito democrático dos portugueses, mas não é lícito vir transformá-las em formas de pressão, sobretudo em alturas como esta».

Respondendo a uma pergunta de um jornalista sobre um pretenso movimento para a reintegração de Spínola nas Forças Armadas, Sousa e Castro disse não conhecer tal movimento e que o caso Spínola «estava encerrado», era uma questão dos tribunais, e o CR não se sobrepõe ao poder judicial, lembrando a existência de «um processo, que vai em breve ser julgado em tribunal, que é o processo do 11 de Março».

NOBRE DA COSTA EM PARIS

Acordo automóvel sob a égide da Renault

O ministro da Indústria e Tecnologia, Nobre da Costa, que se encontra de visita a França a convite do seu homólogo francês René Monory, assina hoje em Paris e sob a égide da Renault, um acordo sobre desenvolvimento da indústria automóvel em Portugal.

Nobre da Costa encontra-se em Paris desde quarta-feira e do programa da sua visita constam deslocações a diversas unidades metalúrgicas, centros de energia atómica e instalações de televisão, além de numerosos contactos com responsáveis franceses dos sectores económico e industrial.

Ontem de manhã o ministro esteve em Chalons e visitou as fábricas Framaton, onde se constróem centrais nucleares. De tarde, houve uma deslocação a Benissieux, perto de Lyon onde Nobre da Costa visitou instalações da Berliet.

Para o dia de hoje, o programa previa reuniões de trabalho com René Monory, antes da assinatura do acordo automóvel.

RENAULT EM PORTUGAL

Passamos a citar um telegrama da France-Presse expedido ontem de Paris. Dizia a agência que as conversações em curso com a Régie Renault, no quadro da reestruturação da indústria automóvel em Portugal dizem respeito à extensão da fábrica da Guarda onde são montados os automóveis Renalt 12, Renault 5 e Renault 4 e a criação de uma nova fábrica de motores.

Nos termos do acordo previsto, a produção automóvel portuguesa seria aumentada de 10.000 actualmente para 60.000 viaturas por ano em 1983, e os modelos Renault representariam 40 por cento do mercado português, em vez dos actuais 13 por cento. Por outro lado, o fabrico de 300.000 motores por ano seria efectivo entre 1982 e 1985, sendo para importar 60 por cento desta produção.

Nobre da Costa regressa a Lisboa depois de amanhã.

Dois vereadores abandonam PS de Almada

Os vereadores da Câmara de Almada, Artur Cortez Pereira dos Santos e Domingos Correia Jacinto, tornaram público, uma carta dirigida a Mário Soares em que se consideram desvinculados do Partido Socialista, mantendo-se, entretanto, firmes num «trabalho militante em defesa da Constituição, do 25 de Abril, pela construção de um Portugal Democrático e Socialista».

Considerando a impossibilidade de continuarem num partido que «traiu milhares de portugueses, e abandonou há muito a luta pelo Socialismo», aqueles dois vereadores sublinham não terem renunciado aos princípios e programa do Partido e manifestam a intenção de, «fiéis e determinados na defesa dos interesses da população do Concelho de Almada» continuar o seu trabalho ao nível da Câmara Municipal.

Representante de Soares foi à Líbia

Foram «extremamente positivos» os contactos mantidos na Líbia por um representante pessoal do Primeiro-Ministro, que se deslocou a Trípoli para tentar desanuviar o clima tenso em que se encontravam as relações entre Portugal e aquele país.

A viagem de José Neves inseriu-se nos esforços das autoridades portuguesas para restabelecerem a normalidade nas relações de Portugal com os países árabes, naturalmente afectadas depois da elevação a nível de embaixada da representação portuguesa em Israel. Em declarações à ANOP, José Neves, que esteve durante cinco dias na Líbia, manifestou o seu optimismo quanto ao futuro das relações entre os dois países.

MSD DENUNCIA "falência da saúde"

PORTO, 18 — «A curto prazo a saúde portuguesa revestirá aspectos catastróficos e fará recuar as qualidades dos cuidados médicos a níveis inaceitáveis para a época em que vivemos, para os direitos de cidadania que temos e para os impostos que pagamos, a menos que rapidamente sejam tomadas medidas capazes de melhorar a situação» — afirma o Grupo de Estudos de Saúde e Assuntos Sociais da Federação do Porto do MSD num comunicado que nos foi enviado.

Aludindo à incapacidade notória em definir e gerir por parte dos governantes, o MSD aponta vários aspectos que fazem crescer as apreensões do cidadão que tem de «recorrer aos nossos destruídos e destrutivos esquemas de saúde». São eles: «hospitais em riscos de falência, farmácias arruinadas, pequenas e financeiramente débeis, contestação ao nível dos policlínicos a propósito de mais uma indefinição, incapacidade na definição de objectivos e carreiras de saúde, negação de diálogo, incapacidade de resposta das Caixas, atitudes prepotentes camuflando razões profundas do mal-estar e da ruína que desvasta a saúde em Portugal».

Depois de uma referência aos atrasos da Previdência nos pagamentos às farmácias — atrasos que no Porto não são de 50 dias apenas, segundo se lê no documento — MSD denuncia a acumulação dos «prejuízos derivados da incapacidade de definição e que se traduzem no não preenchimento dos quadros hospitalares, na não definição das carreiras médicas, na incapacidade de estudo, negociação de promulgação das linhas mestras do SN de Saúde e dos estatutos dos trabalhadores desse serviço».

NO PAVILHÃO DA AMADORA

UDP inicia hoje III Congresso

Começa esta noite no Pavilhão gimnodesportivo da Amadora o III Congresso da União Democrática Popular (UDP). A sessão de hoje será preenchida com a votação de normas de funcionamento do Congresso e eleição da mesa, com uma alocução de abertura e com a leitura das saudações.

O Congresso, a que estarão presentes 1500 delegados eleitos em 17 conferências distritais que se realizaram a par de cerca de 250 sessões de esclarecimento, desenrolar-se-á durante três dias, terminando domingo à noite com a aprovação de moções e com uma intervenção final.

Entre as organizações convidadas para participar no Congresso contam-se o MES, a Fraternidade Operária a CGTP e o MSU para além de numerosas organizações políticas estrangeiras e outras organizações portuguesas.

Foram ainda convidados a participar no III Gongresso da UDP a título pessoal, cerca de 4000 pessoas entre as quais se citam membros do Conselho da Revolução (Vasco Lourenço, Melo Antunes, Charais, Vítor Alves e Vítor Crespo), o major Otelo Saraiva de Carvalho o general Costa Gomes, Rui Luís Gomes, Lopes Cardoso, Maria Lamas, Duarte Vidal, Alcina Bastos, Mendes Espada, Luís Moita, Nuno Teotónio Pereira, Jacinto Baptista e o nosso director adjunto dr. Piteira Santos.

KAÚLZA ELOGIA SÁ CARNEIRO

MIRN também quer eleições presidenciais

Considerar Sá Carneiro dos «melhores políticos que surgiram após o 25 de Abril», defender que «a direita significa propriedade individual e privada, modelada pelo interesse social, paz social e igualdade de oportunidades à data do nascimento» ou afirmar que se pudesse, manteria Pires Veloso na RMN, foram algumas das ideias expostas pelo responsável do MIRN, Kaúlza de Arriaga, em conferência de Imprensa, após a sua vinda dos EUA.

O general na reserva, que afirmou ter-se encontrado naquele país com Kissinger e com Brezezinsky, (conselheiro de Carter) adiantou ainda na conferência de Imprensa que o MIRN se poderia vir a transformar em partido se o PSD e o CDS não se coligarem para combater a «esquerda marxista».

Defendendo que Spínola deveria ser reintegrado no Exército com todas as regalias, Kaúlza afirmou ainda que deveria haver eleições legislativas e presidenciais. Sobre Eanes disse: «Todos desejamos que o Presidente da República esteja em posição para poder tomar as decisões necessárias. Ou é capaz, e tem para isso a legitimidade democrática suficiente ou então estou em crer que o general Ramalho Eanes é suficientemente patriota para abandonar as funções que ocupa».

O general dos massacres de Moçambique manifestou-se ainda saudoso dos seus tempos de chefe militar em Moçambique. «Estava-se a lutar apenas para construir duas grandes sociedades» — disse.

novo!
Centro Comercial
ARCO IRIS
centro comercial
4 pisos, 50 lojas
Dos que vendem aos que querem comprar
PRONTO A VESTIR, SAPATARIA, DISCOTECA, ELECTRODOMÉSTICOS, BRINDES, LIVRARIA, SANDWICH-BAR, BABY SHOP, JORNAIS, TABACARIA, INSTITUTO DE BELEZA, SALÃO DE CHÁ, PERFUMARIA, BRIC-À-BRAC, CHARCUTERIA, FLORISTA, AGÊNCIA DE BILHETES, COZINHA GREGA NO RESTAURANTE "ZEUS" (ABERTO ATÉ ÀS 2 DA MANHÃ), AG. IMOBILIÁRIA, ARTIGOS DE VIAGEM.
ARCO IRIS — ABERTO TODOS OS DIAS — INCLUINDO SÁBADOS DOMINGOS E FERIADOS — DAS 10H ÀS 24H
ARCO IRIS, UM CENTRO MESMO CENTRAL
AV. JÚLIO DINIS, LISBOA — METRO CAMPO PEQUENO
PLANO

Pub

SINDICATO LIVRE DOS TRABALHADORES DE PANIFICAÇÃO, MOAGEM, MASSAS E SIMILARES DO DISTRITO DO PORTO

A TODOS OS TRABALHADORES DOS SECTORES DE PANIFICAÇÃO, MOAGEM, MASSAS ALIMENTÍCIAS, DESCASQUE DE ARROZ, ALIMENTOS COMPOSTOS PARA ANIMAIS, MOAGENS EM RAMAS E TORREFACÇÃO DE CAFÉ

COMUNICADO

A situação política e económica é grave.

As forças políticas de direita pretendem atribuír a crise aos Governos progressistas do após 25 de Abril e às forças de esquerda. Porém, a crise é o reflexo de 48 anos de fascismo, de opressão e obscurantismo que a direita tem procurado aumentar tudo fazendo para não permitir o desenvolvimento da democracia no nosso País. Assistimos todos os dias a atentados à Constituição, a técnicas golpistas e à aplicação das manobras imperialistas para derrubar os órgãos constitucionais e regressar ao 24 de Abril.

A política direitista e colaboracionista do Governo socialista tem permitido que este estado de coisas se desenvolva sem que os mecanismos adequados a isso ponham fim. A aliança do Governo às forças mais retrógradas do nosso País e a prática política de direita mais agudizam a situação.

Aumenta, diariamente o custo de vida e, consequentemente, diminui o poder de compra das camadas trabalhadoras. Os salários regressaram a índices do tempo do fascismo em alguns sectores e o povo trabalhador vive, de novo, com imensas dificuldades. Aumenta a especulação e os géneros rareiam. Aumenta o desemprego e a arrogância do patronato que julga chegado o momento de actuar livremente e com violência. Aumentam as pressões sobre o Governo e não se poupa já o Presidente da República. O Movimento Sindical é atacado violentamente e pretende-se atirar trabalhadores contra trabalhadores para mais facilmente explorar. Ao mesmo tempo que a direita ataca, os trabalhadores têm sabido defender intransigentemente as suas liberdades. A defesa do Movimento Sindical é bem a expressão de que os trabalhadores portugueses compreenderam que é necessário manter a unidade e fortalecer as suas formas de organização.

Os trabalhadores continuam sem acesso aos meios de Comunicação Social e sujeitos diariamente, à propaganda fascista sem que possam responder. Até a única forma que têm para exprimir o seu pensamento lhes querem tirar na cidade do Porto. Diariamente são presos inúmeros democratas por defenderem a Constituição de uma postura fascista que a Câmara procura aplicar, mesmo contra as decisões dos tribunais.

Os fascistas movimentam-se e não satisfeitos com o fracasso da manifestação do passado dia 5 anunciam já outra para o dia 19 que é uma clara provocação ao Movimento Sindical e aos trabalhadores.

No entanto, os trabalhadores atentos, vão dar uma resposta a esta provocação, uma resposta plena de serenidade e maturidade política que demonstre claramente que não estão com o fascismo.

A crise económica só pode ser vencida com os trabalhadores e estes têm soluções concretas para a resolução dos grandes problemas nacionais. Só com o respeito pelas nacionalizações, pela Reforma Agrária e o controlo operário, é possível encaminhar o País para o futuro.

Assim os trabalhadores têm de avançar na luta pela defesa das conquistas avançadas com o 25 de Abril. Neste sentido decidiu o plenário dos sindicatos de 11 de Novembro convocar uma grande manifestação para a próxima sexta-feira, dia 18.

O nosso sindicato não podia deixar de apoiar esta manifestação de luta pelos nossos interesses e, por isso, faz um apelo a todos os trabalhadores para participarem nessa grande jornada de luta.

Todos à

MANIFESTAÇÃO

Na Praça Humberto Delgado, dia 18 de Novembro, às 19 horas.

— Contra o desemprego e os despedimentos, pelo direito ao trabalho.

— Contra a repressão, pelas liberdades sindicais.

— Contra o aumento do custo de vida, pela defesa das conquistas dos trabalhadores.

— Contra as desintervenções, pela defesa das nacionalizações.

— Contra o fascismo, cumprir a Constituição, defender a democracia.

— Pela recuperação económica, vencer a crise com os trabalhadores.

Porto, 15 de Novembro de 1977.

A DIRECÇÃO E OS DELEGADOS SINDICAIS

ELEIÇÕES SINDICAIS

STAL — Lisboa

Câmaras votam hoje secretariado distrital

Estão a decorrer desde as 9 horas as eleições para o secretariado distrital de Lisboa do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL).

Concorrem duas listas, sob os lemas «Por um Sindicato democrático — Luta, Unidade, Vitória» (lista A) e «Por um Sindicato forte e Democrático ao Serviço dos Trabalhadores» (lista B, de características unitárias).

Até às 18 horas haverá possibilidades de votar numa das mesas de voto instaladas nos diversos concelhos do distrito. As urnas funcionam nas câmaras de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cadaval, Lourinhã e Sobral de Monte Agraço, e ainda na União das Freguesias do concelho de Lisboa. Uma mesa volante percorrerá também diversas juntas de freguesia do distrito.

O STAL conta com cerca de 5300 sócios no distrito de Lisboa, que terão direito a voto desde que a sua situação se encontre devidamente regularizada.

A LISTA «B»

No programa que nos enviou a lista B propõe-se orientar a sua prática sindical, caso seja eleito, pelos princípios da democracia, unidade, independência e luta.

Por isso defende a participação dos trabalhadores em todas as discussões e decisões importantes da vida sindical, com respeito pelas posições maioritárias; revela-se disposta a impedir «a desunião entre nós porque o que nos une é superior ao que nos separa — a luta por melhores condições de vida e de trabalho»; propugna uma «total independência relativamente ao Estado, seus órgãos autárquicos, partidos políticos e quaisquer outros agrupamentos políticos ou confessionais»; e lembra que «só com determinação e ousadia conseguiremos defender os nossos interesses».

A lista é formada por trabalhadores recrutados na base de um espírito de unidade, honestidade e empenho na defesa dos interesses das classes, com a preocupação de fazer representar os maiores locais de trabalho e abranger o maior número de sectores profissionais. Alguns dos seus membros têm experiência sindical, ou de comissões de trabalhadores.

Entre as questões contempladas no seu programa figuram: salários; regalias sociais; quadros, carreiras e vínculos; Previdência; abolição do Código Administrativo; aposentação; problemas de organização sindical; Lei das Bases, etc.

REFORÇAR A ORGANIZAÇÃO PARA MELHOR ACTUAR

— propósito da lista B na CML

Reforçar e dinamizar as estruturas de base, como reuniões gerais de trabalhadores sindicalizados, delegados e comissões sindicais, é um dos objectivos que se propõe alcançar a Lista unitária B, candidata às eleições no Sindicato dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa, no próximo dia 24, no caso de ser eleita.

«Um Sindicato forte para defesa dos trabalhadores» é a sigla da lista B, composta por trabalhadores na sua maioria empenhados desde o início na luta pela constituição deste Sindicato.

Do seu programa ressalta a preocupação do esforço para sindicalizar todos os trabalhadores e dinamizar a sua efectiva participação na vida sindical. «Para que o nosso Sindicato seja um Sindicato forte, um organismo dinâmico e eficaz na defesa dos interesses dos trabalhadores, é indispensável a participação activa de todos os trabalhadores da CML e a criação e aperfeiçoamento das estruturas do Sindicato», afirmam os componentes da lista B.

Propõem-se também criar imediatamente, no âmbito do Sindicato, as secções de Contencioso e de Conflitos de Trabalho, de Informação; secção de apoio a delegados sindicais e comissões de delegados; de cultura e desporto, bem como de grupos de trabalho que se ocuparão de todos os problemas respeitantes aos trabalhadores da CML.

É ainda intenção da lista B reforçar a colaboração com as outras organizações sindicais que representam trabalhadores da Função Pública — Sindicatos dos TFP do Sul, Norte, Centro e Ilhas, STAL, Professores, Enfermeiros, entre outros, para em conjunto serem resolvidos problemas comuns. A lista B defende também a adesão do Sindicato à Central Sindical Unica, CGTP-IN.

ENGENHEIROS TÉCNICOS DO SUL

VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL PREOCUPA LISTA DE UNIDADE

Os componentes da lista unitária «B» candidata às eleições no Sindicato dos Engenheiros Técnicos do Sul, que se realiza no próximo dia 25, propõe-se lutar prioritariamente pelo termo da discriminação de que são vítimas os engenheiros técnicos em relação aos engenheiros licenciados pelo IST, bem como pela resolução dos problemas que actualmente afectam os trabalhadores portugueses e também os sócios deste Sindicato, no âmbito do Movimento Sindical.

Em recente conferência de Imprensa a comissão eleitoral e os componentes da lista unitária «B» explicitaram estes e outros pontos do programa da acção que se propõem realizar no caso de serem eleitos.

No regime fascista, os engenheiros técnicos, formados pelo Instituto Industrial, tinham a designação de engenheiros auxiliares ou agentes técnicos de engenharia e eram considerados quadros médios. A discriminação que nas empresas se fazia entre estes quadros e os engenheiros (considerados de formação superior) ia ao ponto de lhes ser reconhecida capacidade de elaborar projectos, mas não lhes era permitido assinalá-los, só o podendo fazer os engenheiros.

Depois do 25 de Abril, foi reconhecido a estes quadros o grau de formação superior, bem como à escola que os formava. Mais recentemente, com a tendência que se verifica para repor os conceitos e as conveniências do antigo regime, os engenheiros técnicos voltaram a ser considerados quadros médios e a sofrer discriminações especialmente nas empresas privadas.

Contra isto se propõem lutar os membros da lista unitária «B», constituída por delegados e activistas sindicais que por incompatibilização com a actual Direcção Sindical, se viram impossibilitados de participar na vida do Sindicato. A comissão eleitoral e os membros da lista «B» promotores da conferência de Imprensa, apontaram, como um dos aspectos mais graves da vida do Sindicato dos Engenheiros Técnicos do Sul — que tem cerca de 3800 sócios numa área limitada por Castelo Branco, Algarve e Ilhas Adjacentes — a falta de informação aos sócios e a quase inexistência de vida sindical, aspecto em que avulta a ausência de reuniões de delegados sindicais desde Abril de 76.

A lista «B» propõe-se também defender os problemas que afectam os trabalhadores portugueses e também os engenheiros técnicos (como desemprego, legislação antioperária, entre outros) dentro do Movimento Sindical, por considerar ser esse o único campo possível para a sua resolução.

Do programa de acção desta lista ressaltam ainda os seguintes pontos: valorização da carreira profissional, segundo a competência; defesa, reforma e estabelecimento da legislação de trabalho; participação na reestruturação do ensino de engenharia; desenvolvimento dos meios de informação sindical; assistência jurídica e contenciosa aos associados e dinamização da criação de uma associação profissional.

De acordo com o seu propósito de desenvolver a informação aos sócios, a lista «B» unitária fará proximamente sessões de esclarecimento em Lisboa, Leiria, Almada, Barreiro, Setúbal, Sines e Faro.

Às eleições do dia 25 candidata-se uma outra lista — «A» — composta por elementos afectos à actual Direcção.

NA SEGUNDA-FEIRA

Escritórios de Lisboa debatem programa unitário

A actuação antidemocrática da direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa é realçada pela comissão dinamizadora eleitoral da lista unitária candidata aos corpos gerentes daquele organismo, ao convocar uma reunião de sócios para a próxima segunda-feira à noite, no salão da Voz do Operário.

Segundo revelam os organizadores, há indícios de que a direcção se pretende furtar à recomendação da assembleia geral do passado dia 27, que apontava a data das eleições para 15 de Dezembro, ou, o mais tardar, até 8 de Janeiro. Os actuais dirigentes do Sindicato continuam inclusivamente a apelar à comparência às urnas em 26 de Janeiro, apesar do órgão competente para o efeito ainda não ter marcado definitivamente a data.

Por outro lado, «a deliberação da assembleia geral de que a proposta aí aprovada fosse divulgada aos sócios não teve seguimento». Além disso, a direcção tem proibido repetidamente que os promotores da lista unitária se reunam nas instalações do Sindicato. Estes viram-se deste modo obrigados a funcionar noutro local, na circunstância o Centro Social e Cultural dos Trabalhadores do Comércio, no Rossio, onde podem ser contactados fora das horas normais de serviço.

Entretanto, encontram-se formadas ou em constituição, em numerosas empresas, comissões unitárias de apoio às iniciativas unitárias. Circulam também muitos abaixo-assinados nos locais de trabalho, subscritos por vezes pela esmagadora maioria dos empregados.

A reunião de segunda-feira, que se inicia pelas 21 horas, destina-se a apreciar os projectos de programa e de lista, que, por essa altura já deverão estar elaborados.

FARO

ESCRITÓRIOS E CAIXEIROS VÃO ÀS URNAS

Três listas concorrem às eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Escritórios e Caixeiros do Distrito de Faro, que decorrem hoje e amanhã.

As listas apresentam-se sob as siglas «Por um Sindicato Democrático ao Serviço dos Trabalhadores» (lista B), «Na Unidade a Vitória» (lista C), e «Por um Sindicato ao Serviço dos Trabalhadores» (lista D).

Podem votar cerca de quatro mil sócios. Há mesas de voto distribuídas por 15 empresas e dez sedes de concelho.

AMANHÃ EM LISBOA

Manifestação segue sem alterações

«Não temos qualquer comentário a fazer ao comunicado da Presidência da República relativamente às manifestações», afirmou esta manhã em conferência de Imprensa um dos elementos da Comissão Organizadora da Manifestação de amanhã, em Lisboa. «Tudo quanto podemos dizer», prosseguiu «é que o que nos propomos realizar como jornada de luta dos trabalhadores e como proposta dos trabalhadores para a saída da crise que o País atravessa, está definido desde o princípio».

Referindo-se a algumas atoardas vindas a público sobre alterações ao percurso o mesmo elemento da C.O. esclareceu:

«Em alguns órgãos da Comunicação Social apareceram notícias que deturparam a nossa ideia, informando que queríamos levar a manifestação para Belém, o que não é verdade. Vamos cumprir integralmente o que consta dos documentos que entregámos às entidades oficiais. Não há qualquer ideia preconcebida nesse aspecto.»

Solicitada a emitir a sua opinião sobre o discurso de ontem de Mário Soares, a C.O., através do mesmo porta-voz, declarou que por falta de tempo, não se debruçara ainda detalhadamente sobre a comunicação do Primeiro-Ministro de modo a fazer uma análise tanto quanto possível correcta. Apenas se repetiu a ideia de que relativamente à manifestação de amanhã não há qualquer alteração.

Na conferência de Imprensa a Comissão Organizadora voltou a focar os objectivos que levarão milhares de trabalhadores portugueses a concentrarem-se amanhã às 15 e 30, no Marquês de Pombal, para desfilarem unidos até ao Terreiro do Paço, no que se espera, que seja se não a maior, uma das maiores manifestações que se realizaram em Lisboa: «defesa do pão e do trabalho, contra os despedimentos e o desemprego, em defesa das liberdades sindicais, contra a repressão e violências patronais, em defesa da recuperação económica do País, contra uma política de afundamento da economia nacional, em defesa da independência nacional, contra as exigências antinacionais do imperialismo.»

ADESÕES E PALAVRAS DE ORDEM

A Comissão Organizadora da manifestação divulgou também esta manhã alguns números significativos sobre a actividade relacionada com a organização e movimentação de trabalhadores nos distritos de Lisboa e Setúbal. Só no distrito de Lisboa, foram aprovadas 305 moções, abaixo-assinados e documentos de apoio à iniciativa, em 400 plenários e encontros de delegados sindicais e comissões de trabalhadores.

Aderiram até ontem, à manifestação, 71 Sindicatos, 360 CT's e C. Sindicais, 91 plenários de empresa, 41 Comissões e Conselhos de Moradores, 24 Grupos de trabalhadores, 20 Comissões Unitárias de Mulheres, 7 cooperativas, 5 comissões de reformados, 4 comissões de jovens, 8 conselhos e secretariados de CT's, 5 Assembleias de Trabalhadores e de Delegados Sindicais, 1 Federação de sindicatos e 2 uniões sindicais.

Das dezenas de documentos de apoio que nos chegaram à Redacção destacamos a moção da Câmara Municipal de Sesimbra, aprovada por unanimidade, em que aquele município considerando «que se encontra intimamente ligado aos problemas da população e sobretudo dos trabalhadores», decidiu «exprimir a sua total solidariedade à grande manifestação dos trabalhadores no próximo sábado dia 19/11, em Lisboa, e apelar a toda a população para aderir em massa a esta jornada de luta».

Também a Comissão de Trabalhadores do Sindicato dos Trabalhadores de Escritórios decidiu aderir à manifestação e apelar a todos os trabalhadores portugueses para que nela se integrem.

Para imprimir o seu comunicado, a CT dos Escritórios teve que recorrer aos organizadores da manifestação pois a direcção do Sindicato (afecta à Carta Aberta) não lhes facultou o acesso ao aparelho de que o organismo dispõe para esse fim.

Na conferência de Imprensa desta manhã, a Comissão Organizadora divulgou as palavras de ordem para a manifestação, que são: «Contra a repressão, liberdade de expressão»; «Não queremos aqui o FMI»; «Trabalho sim, desemprego não;» «O custo de vida aumenta, o povo não aguenta»; em Portugal Independência Nacional»; «Salvar a Economia defender a Democracia»; «Contra a reacção, defender a Constituição;» «Com os trabalhadores governar para a crise ultrapassar»; «A luta continua, Barreto para a rua»; «Avante, avante com a Reforma Agrária»; «Direito à habitação, está na Constituição»; «Direito à educação, manda a Constituição»; «A produção dá pão, os pacotes não;» «Parar a repressão, liberdade e produção»; «Os trabalhadores são, a força da Nação»; «Democracia sim, fascismo não».

Os delegados sindicais dos seguros do sul testemunharam deste modo o apoio à manifestação de amanhã (cartaz afixado na sede do Sindicato)

Apoio de intelectuais e artistas

«A manifestação convocada para o dia 19 por várias organizações de trabalhadores de Lisboa e Setúbal é uma necessária e adequada resposta popular à grave crise económica e financeira, social e política, que Portugal atravessa», afirmam diversos intelectuais e artistas progressistas, solidarizando-se com os objectivos daquela acção popular.

Subscrevem o documento, entre outros, Fernando Piteira Santos, José Gomes Ferreira, Rogério Paulo, Artur Ramos, Maria Velho da Costa, Mário Dionísio, Fernando Lopes Graça, Romeu Correia, Carlos Mendes, José Saramago, João Freitas Branco, Francine Benoit, Joaquim Benite, Pedro Osório, Joaquim Pessoa, Luzia Maria Martins, Bernardo Santareno, Luís Francisco Rebello, Jaime Salazar Sampaio, Fonseca e Costa, Álvaro Salema, Manuel da Fonseca, Fernando Lopes, Álvaro Salazar e Rogério Ribeiro.

«A luta por uma verdadeira recuperação económia, indissoluvelmente ligada à luta pelos direitos dos trabalhadores pelas transformações económicas e sociais que desde Abril de 1974 se conseguiram e pela independência nacional, é no fundo, a luta pelo futuro e pela dignidade do povo português de que os trabalhadores no seu conjunto são o garante fundamental», adiantam os signatários, assumindo «a profunda ligação do seu trabalho criador com as aspirações, a história e a luta do povo a que pertencem».

Daí o seu apelo a «todos os trabalhadores intelectuais que se identifiquem com os ideiais de democracia, de independência nacional e do socialismo para que se incorporem na manifestação.». O local de encontro será junto do edifício Marconi, na esquina da Av. Duque de Loulé, pelas 14 e 30 de amanhã.

CT do "D.L."

A Comissão de Trabalhadores da Renascença Gráfica/ «Diário de Lisboa», certa de interpretar os anseios da generalidade dos trabalhadores da empresa no sentido da defesa das conquistas alcançadas, contra o aumento do custo de vida, contra os despedimentos, pelo direito ao trabalho e pela recuperação económica ao serviço dos trabalhadores, manifesta o seu apoio à manifestação de amanhã.

ESTA TARDE

Trabalhadores do Porto descem à rua

Cerca de 600 organizações de trabalhadores, cooperativas, comissões de moradores, grupos populares e colectividades, estruturas de jovens, mulheres, estudantes, reformados, pequenos e médios comerciantes e industriais aderiram à manifestação que, ao fim da tarde, se realiza na baixa portuense, contra o desemprego, pelas liberdades sindicais e contra o fascismo, pelo cumprimento da Constituição.

Uma das últimas adesões foi a do Sindicato dos Seguros do Norte, que integra a «Carta Aberta», que assim se juntou às 56 organizações sindicais que estão presentes nesta jornada de luta. Comissões de trabalhadores são 139, ultrapassando 150 os apoios manifestados em plenários de comissões sindicais e intersindicais. Entre dezenas de abaixo-assinados destaca-se um dos trabalhadores bancários que se eleva a cerca de 700. Realce-se também o apoio manifestado por 125 trabalhadores do jornal «O Comércio do Porto» que apelam para «uma Imprensa ao serviço das classes trabalhadoras e de todo o Povo deste País».

Durante uma conferência de Imprensa efectuada ontem na USP, a comissão organizadora da manifestação de hoje no Porto aludiu à política antipopular do Governo, que atinge já as camadas médias da população, salientando que «a situação económica e social das classes trabalhadoras aproxima-se a passos largos daquela que existia antes do 25 de Abril».

Depois de acentuarem que o Movimento Sindical está na disposição de participar activa e esforçadamente na recuperação económica, frisaram que tal só se pode verificar de acordo com uma nova política defiao serviço do interesse nacional.

A propósito da repressão que a todos os níveis vem crescendo contra os trabalhadores, sublinhou-se que até o exercício da liberdade de expressão é coarctado, pois cada vez se torna mais difícil o acesso aos jornais, à rádio e à RTP, «a não ser a peso de ouro». Por outro lado, como já temos noticiado, até a propaganda nas ruas tem sido reprimida ao abrigo de uma postura fascista ressuscitada por alguns vereadores da Câmara Municipal

No final, foi feito um apelo para que seja rejeitada de imediato qualquer «acção aventureirista» contra os manifestantes de amanhã, tendo sido sugerido que os trabalhadores se concentrem nos seus sindicatos a fim de prevenir quaisquer provocações.

Função Pública aprova tabela salarial

Os trabalhadores da Função Pública da zona sul aprovaram ontem à noite, no decurso de uma assembleia geral extraordinária realizada no Pavilhão dos Desportos, a proposta de tabela salarial recentemente apresentada por 22 direcções sindicais do sector da administração pública, regional e local, mandatando a direcção do respectivo Sindicato para a negociar com o Governo antes da aprovação do Orçamento Geral do Estado.

A proposta aprovada resultou de um conjunto de esforços tendentes a promover um amplo consenso entre os trabalhadores interessados, de modo a possibilitar a concretização das suas principais reivindicações através de mecanismos que permitam o exercício dos direitos constitucionalmente reconhecidos.

Na assembleia ficou decidido, igualmente, exigir do Governo a entrega imediata aos sindicatos da totalidade do documento que integra o anteprojecto de Lei das Bases, para análise e debate entre a classe.

No final dos trabalhos, que encerraram cerca da uma hora de hoje, a assembleia aprovou por esmagadora maioria uma moção subscrita por 1665 assinaturas, expressando a adesão dos TFP da zona sul à manifestação de amanhã. Ratificou também uma moção contra «a limitação das liberdades sindicais na Função Pública, nomeadamente nos ministérios militares e dos Assuntos Sociais, e contra os processos disciplinares instaurados a delegados sindicais, membros de comissões de trabalhadores, e a um elemento da direcção do Sindicato».

Materiais de construção param contra boicote patronal

Os trabalhadores dos sectores de importadores e armazenistas de materiais de construção, tubos, metais, aços, ferragens, ferramentas e equipamentos industriais vão paralisar na tarde da próxima terça-feira para se concentrarem junto do Ministério do Trabalho, onde exigirão que as entidades oficiais competentes intervenham no sentido de pressionar o patronato do sector a negociar o respectivo contrato colectivo de trabalho.

As entidades patronais negam-se a negociar o CCT, ao cabo de um ano de tentativas por parte dos sindicatos sem que os ministérios do Trabalho e do Comércio Interno tenham, até agora, dado andamento ao processo.

Na terça-feira os trabalhadores tentarão ser recebidos pelo ministro do Trabalho. Caso contrário serão adoptadas novas formas de luta.

A paralisação do dia 22 inicia-se às 14 horas, tal como ficou decidido em plenário realizado na quarta-feira à noite.

Pub

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

B. S. B.

CONCURSO DE ADMISSÃO

PARA SAPADOR BOMBEIRO RECRUTA

Para conhecimento se anuncia que se encontra aberto concurso de admissão para sapador bombeiro recruta do Batalhão de Sapadores Bombeiros da Câmara Municipal de Lisboa até ao dia 4 de Dezembro de 1977.

São condições essenciais para admissão a este concurso, ter a 4.ª classe de instrução primária, mais de 20 anos de idade e menos de 27 à data do encerramento do concurso.

Os sapadores bombeiros recrutas terão o vencimento ilíquido de 6.000$00, tendo ainda direito a fardamento, alojamento e subsídio de alimentação nos dias de serviço, durante o período de oito meses (instrução de recrutas) e de 6400$00 após esse período, tendo ainda direito a fardamento, alojamento e subsídio de alimentação.

Os interessados devem dirigir-se à Secretaria do Batalhão de Sapadores Bombeiros, Avenida D. Carlos I, em Lisboa, onde se prestam todos os esclarecimentos e informações respeitantes ao presente concurso.

Paços do Concelho de Lisboa, em 10/11/77

HONRAR OS NOSS

Aqui jaz Mário Castelhano, antifascista de toda uma vida

Durante anos, décadas, meio século, os portugueses sofreram o que as gerações futuras e até já hoje as mais recentes dificilmente avaliarão pelos relatos que desse negro e longo período se fizerem: bem pior é tê-lo experimentado que julgá-lo.

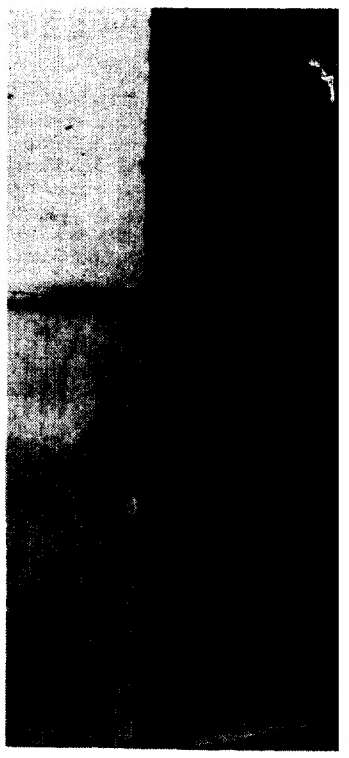
O clima de suspeita, o medo, as prisões e a tortura, a constante sensação de cerco, a humilhação, a frustração, a raiva forçosamente refreada e a resistência, cujo preço era muitas vezes a fome ou a própria vida, a dura vida clandestina, e não só a clandestina, a luta desigual, sem repouso e sem se saber até quando — onde estão as palavras para dizê-lo?

Muitas há com certeza para tentar (tentar apenas) manter bem vivo na memória dos homens que virão o que foi o reino da infâmia e, dentro dele e contra ele, a abnegação, o sacrifício até ao limite dos limites: toda a nossa miséria e toda a nossa grandeza. Mas nenhuma tão fielmente como esta: **Tarrafal!**.

Tarrafal, «o campo da morte lenta», para onde foram atirados, sem julgamento ou depois de penas cumpridas, operários, como Bento Gonçalves, e intelectuais, como Alberto Emílio de Araújo. Onde sofreram e morreram de maus tratos e de doenças diagnosticadas mas criminosamente não tratadas, verdadeiros heróis que qualquer antifascista terá de considerar honradamente aqueles a quem mais deve, pelo exemplo, pela tenacidade, pela dádiva total: os seus maiores.

«Era um campo de tortura e era ao mesmo tempo uma espada suspensa sobre a cabeça de todos os portugueses», escreveu, num livro comovente de simplicidade e de grandeza quase envergonhado de mostrá-la, alguém que conta vinte e um anos de prisão, ali esteve mais de uma vez, ali assistiu à morte de três dezenas de companheiros de suplício e foi o último a sair de lá. «Nem todos os portugueses estiveram no Tarrafal», observa nesse livro Francisco Miguel, sem que lhe falte a lucidez de acrescentar: «mas foi para mostrar a todos os portugueses como poderiam morrer que o Tarrafal foi fundado em 29 de Outubro de 1936 e precisamente naquele pântano de intenso paludismo». Para mostrar a todos os portugueses, com efeito, não bem **como** poderiam morrer (heroicamente), mas como poderiam ser mortos com desprezo e impunidade: a todos igualmente o Tarrafal ameaçava e, da ofensa sem nome, a todos, pelo comportamento exemplar dos que por lá passaram, lá voltaram ou lá ficaram para sempre, resgatava.

Este soldado cozinheiro das FARP caboverdeanas fez parte do pessoal contratado durante a existência do «campo da morte»



Entrada para u

Não foi só no Tarrafal que se sofreu, se resistiu, se lutou e, pela luta, se impediu que a opressão fosse ainda maior e um povo se visse totalmente reduzido a presa dócil de interesses inconfessáveis e da fúria sanguinária dos que, como cães de fila, mercenariamente os defendiam. Os nossos maiores são muitos mais.

Não foi só no Tarrafal que se sofreu, se resistiu, lutou. Sofreu-se, resistiu-se, lutou-se sem descanso em muitos outros locais especializados na tortura e na requintada tentativa de degradação moral: na António Maria Cardoso, em Angra, no Aljube e em Peniche ou em Caxias, nos calabouços do Governo Civil, nas esquadras da Polícia, em todas as enxovias duma terra brutal e longamente amordaçada. E sofreu-se, resistiu-se, lutou-se também nos campos e nas fábricas, e nas escolas, e nas ruas, na Imprensa, nas próprias casas de cada um, assaltadas a qualquer hora do dia e da noite ou constantemente vigiadas. E tantas eram essas grandes, pequenas ou pequeníssimas zonas de luta permanente e variada que numa foi possível ao imenso e excelentemente montado aparelho repressivo descobri-las todas. Nem todos os que, duma maneira ou doutra, mais declarada ou mais ocultamente, a vida inteira resistiram e lutaram. Mas o símbolo maior de todos esses actos de desassombro, dignidade e persistência, o símbolo dos símbolos é sem dúvida, e para sempre o será, o Tarrafal.

Haverá decerto muita gente a quem este quadro pareça exagerado, ingénuo ou (quem sabe?) demagógico, que é palavra muito em moda para desacreditar tudo o que sublinha a inteireza moral e a legítima revolta perante a sordidez do jogo duplo e rapace que, para alguns, constituiria o próprio cerne da vida e da condição humana. Gente que não deu ou não quis dar por essa luta. Gente que pôde viver — e nada mal, ao que parece... — todos esses anos de vergonha nacional e humana como se luta não houvesse. Como se não houvesse Tarrafal. Gente que a põe ainda hoje em certa dúvida ou a sua utilidade. Porque não lhe encontrou resultados visíveis. Porque não há ligação alguma entre ela e o movimento militar do 25 de Abril, que a acordou e permitiu o aparecimento na cena política portuguesa dum enxame de bem falantes, aparados

CTT

CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES DE PORTUGAL

2.ª EXPOSIÇÃO MUNDIAL DE FILATELIA TEMÁTICA

PORTUCALE 77

PORTO
PAVILHÃO DOS DESPORTOS
19 a 28 NOV.77

Para assinalar um dos mais relevantes acontecimentos filatélicos em Portugal, os CTT procederam à emissão de:

- Uma série especial de selos
- Um bloco comemorativo
- Um inteiro postal (1)
- Uma carta inteira (1)

(1) — Durante a exposição vender-se-á apenas um exemplar desta peça a cada pessoa interessada

SINDICATO DOS ELECTRICISTAS DO NORTE

COMUNICADO-CONVOCATÓRIA

— Os despedimentos continuam, a repressão aumenta e o custo de vida não pára de subir.

— É necessários dar resposta aos atropelos à liberdade sindical e ao direito ao trabalho de que os trabalhadores diariamente são vítimas.

— A Constituição não pode ser mais letra morta, é para ser cumprida.

— Reprimem-se os trabalhadores e dão-se todas as facilidades ao grande patronato e aos fascistas.

— É tempo dos trabalhadores dizerem basta.

Entende esta Direcção convocar todos os electricistas para estarem presentes na manifestação a realizar **hoje, sexta-feira, 18 de Novembro,** pelas 19 horas na Praça General Humberto Delgado, no Porto.

CONTRA OS DESPEDIMENTOS
CONTRA A REPRESSÃO
CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA
CONTRA O FASCISMO
UNIDADE, ORGANIZAÇÃO E LUTA

Porto, 18 de Novembro de 1977

A DIRECÇÃO

SOS MAIORES

ra uma dala do campo

MÁRIO DIONÍSIO

em figuras de proa do que chamam defesa da liberdade e da democracia. Porque não pode ou não quer entender que nenhum movimento militar, embora directamente provocado, como foi, pela guerra colonial e o seu desastre inevitável (quando já era inevitável); teria alguma vez triunfado ou sequer chegado a planear-se se a apatia em que a nação paracia profundamente mergulhada não tivesse sido, ano a ano e dia a dia, contrariada, saudida pela atitude de recusa e de resposta, a que, sob aspectos tão diferentes e em tão diversos lugares, poderemos e deveremos dar um nome. Tarral.

Que o obscurantismo, ferreamento mantido, não foi em vão, amargamente o sabemos todos muito bem. Os seus frutos estão ainda aí e aí estarão por muito e muito tempo. Com os canos das espingardas, os bastões da polícia, os cavalos da Guarda chamada Republicana, os muros das prisões e o dinheiro — o dinheiro que alicia tanta gente —, o obscurantismo foi de facto elemento poderoso na manutenção dum regime que argutamente o considerava a sua arma maior. Tão poderoso que ainda hoje o vemos tornar possível alguns milhares de indivíduos perfeitamente ignaros erguerem-se e gritarem — com as costas quentes, é verdade — contra aquilo mesmo que poderia salvá-los do que sempre os escravizou e escraviza. E tanto mais poderoso quanto não se limitou a conservar vastas massas populacionais no analfabetismo puro e simples ou mais ou menos disfarçado, à cenrura, à proibição de livros e encerramento de centros culturais, mas penetrou também na teoria e na acção de altos letrados sob feição paradoxalmente erudita.

Onde estava, que fazia essa gente (pergunta só ingénua na aparência», enquanto outros incansavélmente lutavam contra esse mesmo obscurantismo (incluindo o erudito...) ou eram presos e torturados, faziam e desfaziam muro sob o sol escaldante do Tarrafal, sujeitos ao suplcio da «frigideira» ao menor protesto e morriam à mingua de assistência médica (embora lh houvesse médico...) e de alimento capaz?

Lembro-me bem de alguns destes, na sede do Movimento de Unidade Democrática, quando, em 1946, o cristianíssimo Salazar, derrotados os seus irmãos nazis e querendo limpar as mãos à pressa do sangue que as cobria, fez uns tantos regressar (só uns tantos) desse campo de exterminio, a que, com o seu cinismo costumado, dava o cândido nome de colónia penal. Lembro-me de alguns deles no momento do regresso — em certos casos provisório — com os fatos esfarrapados, tez macilenta, só os olhos brilhando, mas não de ódio, brilhando de convicção e esperança. E não por estarem livres, mas por poderem recomeçar a sua (nossa) luta. Eles que, mesmo lá, nunca tinham feito outra coisa.

Eram sobreviventes.

E são agora todos eles que tomaram a iniciativa de fazer transladar para a Pátria, por que tudo deram, os restos mortais dos que ali foram lentamente assassinados e junto deles erguer um monumento que lembre bem o que passaram, o que isso significou e o profundo respeito que qualquer homem digno deste nome indiscutivelmente lhes deve.

Sei bem as interpretações a que se sujeita, nesta generosa liberdade de que gozam os carrascos de ontem e seus mais ou menos declarados colaboradores ou simples coniventes, quem tudo isto diz. É fácil de prever o que de tudo isto pensarão os que, saídos da própria engrenagem fascista ou por ela publicamente acarinhados, se apresentam hoje, sem o menor rubor na face, como os arautos da democracia.

Mas não, não estou pensando particularmente em nenhum partido, nem sequer naquele que, sob este aspecto, o mereceria sem favor. No Tarrafal estiveram homens de variadas tendências políticas. Nele poderiam ter estado todos os que pela democracia se bateram... quando a não havia. E a homenagem projectada é qualquer coisa tão alta e tão comum a todos esses que, na verdade, excede as divergências de projecto e de caminho que entre eles possa haver.

Dum acto de justiça se trata. Dum acto da maior solenidade: honrar os nossos maiores.

Mas ese acto de justiça — elementar, urgente, indispensável — em relação ao passado forçosamente assume o carácter de um apelo também. Um apelo irecusável a todos os verdadeiros antifascistas de ontem e de hoje para que continuem a velha luta sem repouso. Para que, sob o nome que for, nenhum Tarrafal e nenhuma polícia política voltem a ser possíveis neste País que queremos novo.

Esses restos mortais e esse monumento serão uma bandeira. Uma bandeira exorta e une na mesma caminhada.

Que verdadeiro antifascista se furtaria a ajudar a erguê-la e a mantê-la de pé, o mais alto possível?

O túmulo de Bento Gonçalves no Tarrafal. Perto encontram-se enterrados outros mártires do campo, como Joaquim Marreiros, Artur dos Santos Oliveira, Arnaldo Simões Januário e Francisco do Nascimento Esteves

Praia do Tarrafal, nas imediações do campo

UM ANDAR VERDADEIRAMENTE SEU!

construções
António Guerreiro Lda.
Av. José Elias Garcia, 226 - Queluz
Informações todos os dias, inclusive Sábados e Domingos
952538 e 952361

QUELUZ Ocidental
Integrados em zona de grande desenvolvimento, temos à sua disposição andares espaçosos, modernos e funcionais com 2, 3, 4 e 5 assoalhadas. Se preferir compre um andar já alugado, com um bom rendimento.
Visite-nos e juntos encontraremos uma solução adequada às suas necessidades.

REBOLEIRA Sul
Oferecemos-lhe uma realidade — uma casa para si, com 2 ou 3 assoalhadas, a dois passos de Lisboa.
Mas também possuímos andares já alugados com a garantia de um bom rendimento — uma perspectiva certa para o seu investimento!

e AGORA na PAREDE
(em frente ao Liceu, ex-Colégio dos Maristas, zona de grande desenvolvimento comercial).
Local privilegiado! O mar, a praia e o sol farão da sua vida e da dos seus umas férias permanentes!
Compre já a sua habitação, com 2 ou 3 assoalhadas, óptimos acabamentos e equipada com cozinha de tipo italiano.

Sadat em Israel causa escândalo no Mundo Árabe

Provocando a demissão sucessiva de dois ministros dos Negócios Estrangeiros, em poucas horas (Ismahil Fahmi e Mohammed Mahmud Riad), expondo-se a que a Líbia nunca mais reconheça o seu Governo, transformando-se em «pivot» de sérios problemas no seio da Organização para a Libertação da Palestina e dividindo o seu próprio gabinete, o controverso presidente do Egipto, Anwar Sadat tornou clara a sua intenção de efectuar amanhã a sua visita a Israel. Hoje já estão em Telavive funcionários egípcios que chegaram ao princípio da manhã num Boeing especial para preparar a sua chegada e organizar os compromissos a serem cumpridos.

O comunicado oficial do Cairo chama à deslocação «viagem de paz» e aparentemente tenta aplacar a fúria dos críticos árabes à iniciativa de Sadat. No texto, é pedido a esses dirigentes que trabalhem para a libertação dos territórios ocupados por Israel e pela restauração dos direitos legítimos dos palestinianos. Esta sugestão, é, pelo menos, incompreensível, uma vez que Telavive está farta de dizer que não reconhecerá o direito dos palestinianos terem uma pátria e que não se retirará dos territórios ocupados.

De um modo geral, as reacções à decisão de Sadat podem ser assim resumidas: contentamento em Israel, indignação entre os palestinianos e consternação em diversas capitais do mundo árabe. De um modo especial, foi com a Síria que se abriu uma crise. Hafez Assad, presidente sírio, depois de sete horas de conversações com Sadat, em que este último tentou convencê-lo do acerto da sua decisão, rejeitou todas as razões expostas. E das divergências, ao fim da tarde, a Síria, o outro dos principais estados árabes do «campo de batalha» passava à expressa condenação durante a noite passada, em termos que as agências noticiosas classificam de «vigorosos». Em síntese, diz a Síria: «A luta pela paz não implica de forma alguma, uma viagem a Israel».

Enquanto o jornal oficial cairota «Al Ahram» toma posição cautelosa, o italiano «Il Messagero» faz uma interessante observação: «É uma missão suicida. Sadate colocou tudo em jogo. Se voltar com as mãos cheias passará à história como líder do mundo árabe Se voltar com as mãos vazias terá de desistir da ideia de conduzir à paz o Egipto e os outros estados árabes. O seu destino depende do que Begin disser no domingo, e Begin é o seu pior inimigo».

Nos Estados Unidos, foram notados sintomas de «inquietação». Ao mesmo tempo que a iniciativa é elogiada, adverte-se que a deslocação de Sadate poderia minar as tentativas norte-americanas para resolver a questão na região. A Casa Branca, através do seu porta-voz, Jody Powell, tornava claro ontem à noite a sua apreensão: «Vamos fazer tudo para limitar os riscos potenciais».

Em Israel, uma certa euforia mistura-se em doses iguais com a curiosidade. Pela primeira vez, as lojas estão enfeitadas com bandeiras egípcias. Os funcionários governamentais egípcios que já chegaram a Telavive, foram acolhidos com ovações no aeroporto enquanto os fotógrafos da Imprensa «metralharam» incessantemente o piloto do «Boeing» por este ser o primeiro oficial da aviação egípcia a aterrar em missão de paz em Israel. As agências de publicidade não perderam tempo e hoje o «Jerusalem Post» publica um anúncio de página inteira que propõe para venda um «magnífico edifício de 14 andares que poderá muito bem servir para a futura embaixada do Egipto».

Entretanto, empregando os mesmos argumentos dos que estão contra a viagem, o secretário-geral do PC israelita, M. Vilner, disse ao «L'Humanité» que «o mais vergonhoso da decisão de Sadate é a coincidência da sua adopção com o momento em que Begin lançava a aviação a marinha e as tropas terrestres contra pacíficas aldeias libanesas e acampamentos de refugiados palestinianos, matando e mutilando a população civil».

Por outro lado, em Jerusalém, círculos oficiais revelaram que Menahem Begin, estuda agora a possibilidade de convidar formalmente o rei Hussein, da Jordânia, para visitar Israel. Note-se que hoje os jornais jordanos condenam violentamente a visita de Sadate, mas Hussein absteve-se de formular comentários públicos.

Mísseis terra-ar à venda no mercado negro de N. Iorque

● desde 300 contos com instruções

Os grupos terroristas podem facilmente, arranjar no mercado negro, mísseis capazes de destruir um avião comercial voando a baixa altitude, afirmou ontem o jornal «New York Post».

Segundo o jornal, esta é uma das razões pelas quais as autoridades de Nova Iorque encaram muito seriamente as ameaças dos grupos terroristas alemães de começarem a destruir aviões da «Lufthansa» a partir de 15 de Novembro.

O «New York Times» afirma que os mísseis terra-ar portáteis são vendidos no mercado negro em Nova Iorque entre 5 mil e 15 mil dólares (cerca de 300 a 900 contos) juntamente com as instruções de utilização. Entre os modelos disponíveis encontra-se a arma anti-aérea que um homem sozinho é que tem um alcance útil e de grande precisão até um quilómetro.

Enquanto isto, o Japão pediu à Interpol que o ajude a procurar os cinco terroristas japoneses libertados em Agosto de 1975, em troca dos reféns detidos nas embaixadas americana e sueca em Kuala Lumpur, na Malásia, por terroristas do Exército Vermelho, segundo anunciou hoje em Tóquio uma fonte policial.

A Polícia japonesa fez chegar àquele organismo os nomes, fotografias, impressões digitais e outros elementos das fichas dos cinco terroristas, os quais tinham ido para a Jamahirya (Líbia) pouco depois de terem sido libertados das prisões japonesas.

Também segundo a Polícia japonesa, três membros do grupo seriam fortemente suspeitos de terem participado no passado mês de Setembro no último desvio do avião da JAL realizado por cinco terroristas do Exército Vermelho.

CARRILLO ANUNCIA NOS EUA

PCE abandonará o leninismo

O Partido Comunista de Espanha (PCE) poderá abandonar em breve, a sua condição de partido leninista, a fim de se definir, simplesmente, como um partido marxista.

Segundo declarou Santiago Carrillo, secretário-geral do PCE, perante um grupo de estudantes da Universidade de Yale, o tema será abordado no próximo congresso do partido, o primeiro que se realizará em território espanhol desde a sua legalização. Esta supressão que marcou nos anos 20 as diferenças entre os partidos comunistas e os socialistas

Carrillo disse que a decisão final estará nas mãos do Comité Central do seu Partido.

Caso se verifique esta redifinição política, o Partido Comunista de Espanha será o primeiro partido comunista ocidental a suprimir, oficialmente, o conceito leninista, para se situar, plenamente, no terreno dos partidos marxistas, amplo espaço político do qual desertaram os partidos socialistas após a Segunda Guerra Mundial.

Carrillo, que se encontra nos Estados Unidos a convite da Universidade de Yale, uma das mais prestigiosas do país, reúne-se cinco a seis vezes por dia com estudantes de ciências políticas da Universidade norte-americana.

Após a sua estada em Yale, que termina amanhã, o dirigente do PCE, primeiro líder comunista ocidental autorizado a entrar nos Estados Unidos, irá às Universidades John Hopkins, de Maryland, e Harvard, de Massachusetts.

Carrillo deslocar-se-á também a Washington e Nova Iorque, onde dará conferências sobre «eurocomunismo» e acerca da actuação política espanhola.

Por sua vez o dirigente do PSOE que se encontra também nos EUA foi já recebido pelo vice-presidente dos EUA, Walter Mondale, e pelo secretário de Estado, Cyrus Vance. O «ideólogo» de Carter, Brzezinski, assistiu ao encontro com Mondale. González referiu que o Governo norte-americano apoia o Pacto de Moncloa e que a Casa Branca se mostra optimista quanto à democracia e à economia espanholas.

Noticiário em colaboração com as agências ANOP, France Presse, Inter Press Service, Novosti, Prensa Latina e Reuter

MOÇAMBIQUE: ELEIÇÕES PROVINCIAIS

Catorze operários em Manica

Foi eleita a primeira Assembleia de Cidade de Moçambique em Chimoio, capital da província de Manica.

A primeira fase do processo eleitoral do país (eleição por sufrágio universal directo de assembleia a nível de localidade) terminou no domingo passado.

A actual fase inclui a escolha de assembleia para as dez capitais de província e para os distritos em que cada província está subsidiada.

Hoje, com a realização da conferência eleitoral do distrito de Moatize, na província de Tete, terão início as eleições a nível distrital.

A terceira fase incluirá a eleição das assembleias provinciais.

No Chimoio foram eleitos 45 deputados para a assembleia da cidade (mandato: dois anos e meio).

Dos 45 deputados, 14 são operários, 10 são membros das Forças de Defesa e Segurança e os restantes funcionários públicos. Seis dos deputados são mulheres.

Durante vários dias, a lista dos candidatos foi discutida nos locais de trabalho e residência em reuniões em que os habitantes da cidade deram a sua opinião sobre cada um dos candidatos. Um dos candidatos foi rejeitado, no decurso deste processo, por ter pertencido voluntariamente aos «comandos» das forças coloniais portuguesas.

"ESTADO DE SÃO PAULO" REVELA

Figueiredo escolhido para suceder a Geisel

O presidente do Brasil, general Ernesto Geisel, decidiu ontem que o seu sucessor será o general João Baptista Figueiredo, chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI), revelou o jornal «O Estado de São Paulo». O jornal afirma que a decisão foi já comunicada ao próprio general Figueiredo e aos generais Couto e Silva e Melo de Almeida.

A candidatura do general Figueiredo tinha sido lançada há meses pelo próprio ex-assessor de Imprensa e amigo íntimo de Geisel, Humberto Barreto. Geisel afirmou posteriormente que o problema sucessório só seria tratado em Janeiro de 1978, mas, depois da crise provocada pela tentativa de «pronunciamento» do antigo ministro do Exército, Sylvio Frota, Geisel entendeu que o chefe do SNI seria o militar que congregaria o apoio das Forças Armadas.

Enquanto isto, os presidentes do Brasil e da Venezuela assinaram em Brasília uma declaração conjunta, que é uma carta programática de integração latino-americana. Pontos principais: oposição à proliferação nuclear, condenação do «apartheid» e outras formas de racismo, defesa dos direitos da pessoa humana, repúdio da guerra e do predomínio económico como instrumentos de política internacional. Acima de tudo, o documento propugna o avanço da integração latino-americana e o fortalecimento do SELA, sistema de integração da América Latina, com participação exclusiva dos Estados da zona.

Por outro lado, a Guatemala foi ontem derrotada na ONU quando uma proposta de Cuba e dos países não alinhados foi aprovada por 188 votos contra 5 e 16 abstenções. Nessa proposta defende-se o direito de Belize à autodeterminação.

No Peru, por sua vez, os militares no poder promulgaram ontem as regras que irão reger a transferência do poder para os civis, mediante eleições constituintes marcadas para 4 de Junho de 78.

Finalmente no Chile uma centena de familiares de «desaparecidos» manifestaram-se ao fim da manhã de ontem no centro de Santiago para chamar a atenção para esses «desaparecimentos». As forças repressivas dispersaram a manifestação e prenderam 20 pessoas, na sua maioria mulheres. Preso também o director da UPI em Santiago, Charles Padilla, que estava a assistir à manifestação.

África do Sul

Mais um negro morre na cela

Outro prisioneiro negro morreu na cela — anunciou hoje o jornal «Rand Daily Mail» de Joanesburgo.

Bonaventura Malaza, estudante de 18 anos, de Kagiso, morreu esta semana na prisão de Krugersodorp, a cerca de 50 quilómetros de Joanesburgo, segundo foi ontem comunicado à família — diz o jornal. Malaza «enforcou-se na sua cela», de acordo com a informação prestada a sua mãe pela Polícia.

O irmão do estudante, William Malaza, declarou que este fora levado pela Polícia de Segurança a 1 de Julho, que afirmou então que «ele prestaria declarações e seria liberto no mesmo dia».

TELEX TELEX TELEX TELE

ESPANHA — Está já pronto o anteprojecto da nova Constituição espanhola. Nele se especifica que as diferentes nacionalidades e regiões de Espanha poderão ter autonomia e constituir governos.

SOMALIA — A delegação da Comissão das Forças Armadas da Câmara dos Representantes dos EUA foi recebida ontem em Mogadiscio pelo presidnte somali, Syad Barre. O encontro foi classificado de «franco e cordial». O chefe da delegação americana declarou ser ainda cedo para dizer se os EUA passarão a fornecer armas à Somália, que, na semana passada, cortou relações com Cuba e denunciou um tratado que há três anos a ligava à URSS.

KLAUS CROISSANT — A extradição para a RFA do advogado Klaus Croissant, defensor do «Baader-Meinhof» continua a suscitar vastos protestos em diversos sectores da opinião pública francesa: partidos de esquerda, sindicatos e intelectuais insurgem-se contra a dependência das autoridades francesas em relação a Bona.

MULTINACIONAIS — Um novo conjunto de princípios de política laboral para as sociedades multinacionais foi hoje adoptado pela OIT.

CUBA-EUA — Os EUA preveniram oficialmente o Governo de Cuba de que o «reforço constante» da presença cubana em África põe em risco a normalização das relações Washington-Havana.

BOMBA DE NEUTRÕES — O Partido Social Democrata da RFA adoptou uma atitude de expectativa em relação à aceitação da bomba de neutrões no seu Congresso. Foi derrotada a posição dos sociais-democtatas da esquerda que desejavam a recusa pura e simples dessa arma assassina que os EUA destinam em especial à RFA.

DIVIRTA-SE NO FIM-DE-ANO
LONDRES
PARIS
MADRID
ALGARVE
Funchal
AÇORES
MARROCOS
Palma
ROMA
Amesterdão
ATENAS
TERRA SANTA
BRASIL
Meliá
Rua Rosa Araújo, 2
Tel. 536971-LISBOA
Praça Gen. Humberto Delgado
269 r/c Tel. 310034-PORTO

Canal da Crítica

Mário Castrim

TRISTEZA, SENHORA MARQUESA!

Novamente CAP. Novamente Casqueiro. Grande homem, uma presença soberana, talvez demasiado olímpica, para o meu gosto. No entanto, no fundo dos olhos miudinhos, uma ansiedade, uma seriedade...bem, uma representação no palco para a TV.

Quanto ao resto, a CAP. A CAP, «representante **dos** agricultores portugueses...» Quais agricultores? Nicles sobre isso. Representante **dos** agricultores e pronto: eis o Casqueiro, com sua vasta cultura, sua formidável representação nacional — ou mesmo internacional, caramba! — no jogo de manipulação dos agricultores, através da televisão. Uma televisão de cócoras, de caixote do lixo, em forma de microfone, na mão, em busca das declarações do representante **dos** agricultores.

Aldrabice de um lado, bacoquice do outro. Uma TV sem respeito pelas iniciativas, pela vida dos trabalhadores, agora toda atenta e veneradora. Diante do Casqueiro.

Tristeza, tristeza, senhora marquesa!

ASSIM VAI O MUNDO

Chegámos a isto, manos. Ainda há quem se admire quando os cidadãos mais responsáveis exigem mudança de rumo na vida do país?

Foi assim, vamos lá a ver se conto como deve ser.

O porta-voz do Conselho da Revolução foi assediado com perguntas pelos jornalistas. Veio a certa altura à baila os ataques dirigidos àquele órgão de soberania. Como iria este reagir?

. Ouvimos a explicação. Esta: o Conselho tem perseguido judicialmente os prevaricadores; os prevaricadores são sistematicamente absolvidos; logo, o Conselho da Revolução nada faz, apenas lhe resta o silêncio.

O círculo fecha-se. Acontece o insulto. Depois, vem este ou aquele responsável pela Governação ou pelo poder político sustentáculo dele e diz: lá estão os tribunais para dirimir a questão; a seguir, os tribunais voltam-se para o prevaricador e dizem-lhe: amen!; o prevaricador vai dali e os insultos recomeçam; e o ofendido, vexado, mete-se na concha e deixa-se ofender à vontadinha do freguês.

Acontece isto comigo? Bem não passo de um civil simplório, sem tempo para dar às teias judiciais onde perdemos vida, saúde, tranquilidade, disposição tão necessária para outras tarefas.

Acontece isto com amigos meus? Mas os amigos meus são como este amigo deles: civis humílimos sem tempo etc, etc, etc.

Mas o Conselho de Revolução? O Conselho de Revolução é órgão de soberania. Segundo me consta, o jogo democrático vai até à crítica, não vai até à calúnia. Deve o Conselho da Revolução remeter-se ao silêncio? E perante a contumácia dos tribunais, qual a atitude a tomar?

. A direita consegue manietar um órgão de soberania? Onde estão os resultados da política de compreensão, de diálogo, de pedagogia aconselhada por um ministro?

. A propósito: qual o processo pedagógico?

. Tantas perguntas...

GABRIELA, SEMPRE ELA...

Ainda não se acabaram os ecos da **Gabriela**. Agora, **Tropicália** vai dedicar-lhe duas emissões. Vimos ontem a primeira.

Passava-se em S. Jorge dos Ilhéus. Vimos os lugares do romance, vimos o filho da mulher que terá servido de inspiração de **Gabriela**, vimos a casa senhorial onde se criou e viveu e pensou seus romances, Jorge Amado.

Sonhemos, entre muitas coisas, como o turismo se desenvolveu depois que, para a pequena cidade de 110 mil habitantes, chamou Jorge Amado a atenção. O Perfeito da cidade vai mesmo ao ponto de depositar esperanças num aumento desse turismo, agora por parte dos portugueses, dado o êxito da **Gabriela** no nosso país. Hiperbolicamente, como todo o brasileiro que se preza, chega ao ponto de afirmar: o efeito da **Gabriela** em Portugal, no seu incentivo de conhecimento do Brasil, pode comparar-se ao acto de dobrar o cabo da Boa Esperança...

Enfim, é melhor não desiludir tão perfeitamente o Perfeito, não lhe dizer que Gabriela, sim, mas não tanto..

SERÁ QUESTÃO DE FOTOGENIA?

Confesso: este **Colditz** repugna-me. Tenho de o gramar, por dever de ofício. E logo ontem que esperava pelo segundo canal para assistir ao **«Pão que o diabo amassou»**, e afinal o diabo ontem não amassou o pão. Aguardarei melhor oportunidade. Ou talvez me enganasse, talvez seja na sexta-feira o horário correcto...

De qualquer modo, leitor amigo, vou ficar à espreita e conversaremos sobre o referido folhetim na primeira oportunidade. Prometido.

Assim chegámos ao derradeiro Telejornal. Que é a melhor rubrica de Televisão. Não por qualquer virtude específica a não ser a promessa de que

Continua na pág. 18

Hoje

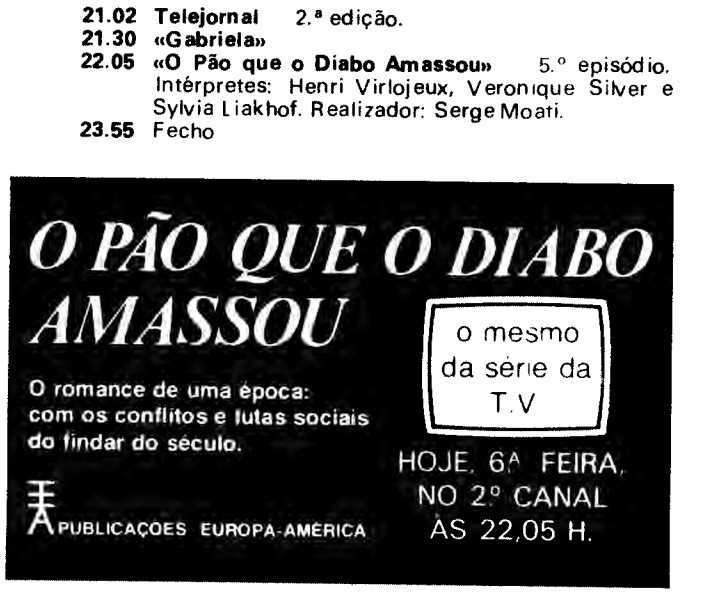
Uma cena de «O Rei Está a Morrer»

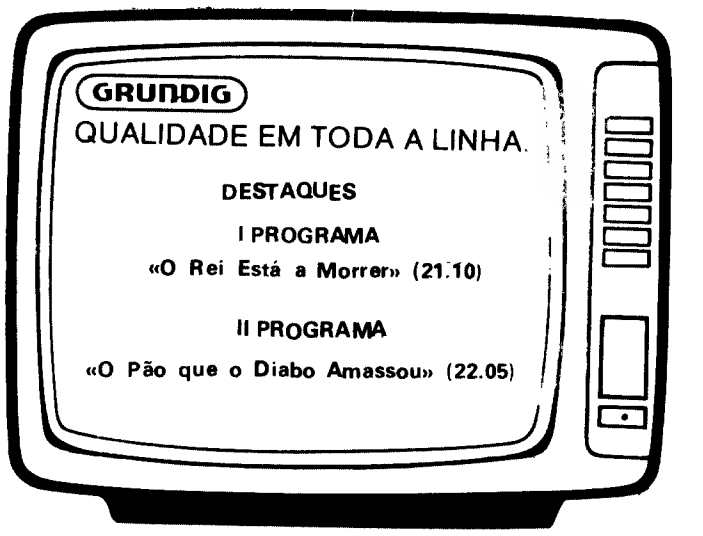
I PROGRAMA

18.30 Abertura e Telejornal — 1.ª edição.
18.35 **Carmelo e Caramelo** — «Na estação do Combóio», «Assim...Assim» e «Trinta por uma Linha».
18.55 **Abre-te Sésamo**
19.25 **Arte e Intervenção**
20.00 **Telejornal** — 2.ª edição.
20.35 **Tropicália em Tempo de Telenovela** — edição especial que inclui os apontamentos recordando o êxito de «Gabriela» e apresenta imagens doutras telenovelas brasileiras.
21.00 **Boletim Meteorológico**
21.10 **«O Rei Está a Morrer»** — autor: Eugéne Ionesco. Tradutora: Fernanda de Castro. Cenografia: Moniz Pereira. Produtor: Figueiredo de Barros. Realizador: Oliveira e Costa. Intérpretes: José de Castro, Glória de Matos, Henriqueta Maya, António Montez, Cremilda Gil e José Amaro.
23.15 **Telejornal** — 3.ª edição.
23.30 Fecho

II PROGRAMA

21.02 **Telejornal** 2.ª edição.
21.30 **«Gabriela»**
22.05 **«O Pão que o Diabo Amassou»** 5.º episódio. Intérpretes: Henri Virlojeux, Veronique Silver e Sylvia Liakhof. Realizador: Serge Moati.
23.55 Fecho





Amanhã

I PROGRAMA

14.00: Abertura e Telejornal — 1.ª edição; **14.15**: Ida e Volta; **14.45**: O Povo e a Música; **15.10**: «Os Traquinas» — 1.º episódio; **15.35**: Animação; **16.05**: «Os Waltons» — «A Escolha»; **16.55**: Telejornal — 2.ª edição; **17.25**: A Via da Espada; **18.20**: Magazine; **19.30**: «Espaço 1999»; **20.30**: Telejornal — 3.ª edição; **21.05**: Boletim Meteorológico; **21.10**: Jogos Sem Barreiras; **22.45**: Telejornal — 4.ª edição; **23.00**: Sábado Especial — com o filme de grande metragem «Querida, Querida Raquel»; **23.30**: Fecho

II PROGRAMA

21.00: Gabriela; **21.35**: «O Deputado Independente»; **23.10**: Telejornal

TUDOR
BATERIAS · PILHAS

NO "CASTELO DO ESPETANÇO"
ERA ASSIM:

SENHORAS AO VOSSO DISPOR

— Die Stobburg —

AVISO AO PÚBLICO
Este filme contém cenas eventualmente chocantes

um filme de FRANZ MARISCHKA
com PETER STEINER · HELGA KONIG
Em estreia mundial

HOJE ESTREIA
Às 21.30
PATHÉ

INTERDITO A MENORES DE 18 ANOS

HOJE ÀS 21.30 H

NOITE música & som

quarteto

MÚSICA AO VIVO! FILMES MUSICAIS! PRÉMIOS! OFERTAS ESPECIAIS!

em ante-estreia o filme
OUTLAW BLUES
com PETER FONDA
e mais cinco êxitos da História do Cinema Mundial:
WOODSTOCK o maior festival Rock de todos os tempos
LET THE GOOD TIMES ROOL "os maiores" do Rock'n' Roll
AMERICAN GRAFFITI as loucuras de uma geração
FANTASMA DO PARAÍSO o Rock e o fantástico
ISTO É ESPECTÁCULO o Hollywood espectacular

Livre circulação nas 4 salas do Quarteto
BILHETES À VENDA

TEATRO ABC
TELEFONE 36 67 45
Hoje, às 20.30 e 22.45 h.
Domingos e Feriados
há «matinées» às 16 h.
SÉRGIO DE AZEVEDO
apresenta o
ESTRONDOSO ÊXITO
DA POPULAR REVISTA
Ó DA GUARDA

OCTAVIO e JULIO CESAR
em «O Jácome» e
«O Estivador»
Anabela
Octávio de Matos
Herman José
Natália de Sousa
Fernanda Borsatti
Júlio César - Vasco Rafael
BALLET ABC DANCER'S

TRINDADE
INATEL
APRESENTA
HOJE e AMANHÃ
às 21.30, e no Domingo
às 16 horas
o CENTRO CULTURAL
DE ÉVORA
e o
TEATRO DE
ANIMAÇÃO DE SETÚBAL
com o original de
WILLIAM SHAKESPEARE
«MEDIDA POR MEDIDA»
—::—
3 ÚNICAS
REPRESENTAÇÕES

Paulo de Carvalho e Fernando Tordo, este ladeado por Argentina Rocha e Adelaide Ferreira, numa cena de «Os Macacões»

"Os Macacões" entraram no segundo mês de êxito

. . No Teatro Aberto, o simpático e confortável teatro da Praça de Espanha, continua em cena com excepecional acolhimento por parte do pública um dos mais divertidos espectáculos estreados em Lisboa nos últimos anos. O Grupo 4, cuja tradição de qualidade é bem conhecida do público, representa pela primeira vez em original de José Carlos Ary dos Santos e Augusto Sobral, autores do texto, e Fernando Tordo, Paulo de Carvalho e Pedro Osório, autores da música: «Os Macacões», um espectáculo de características inéditas, entre a comédia musical e a revista, conjuga a crítica inteligente, a sátira irresistível, e ainda números musicais de excepcional qualidade, numa contribuição apontada pela crítica como importante para o encontro de novos caminhos para um teatro português que se pretende verdadeiramente popular.

Com encenação de Morais e Castro, direcção musical de Pedro Osório e realização plástica de Maria Helena Reis, «Os Macacões» conta com um elenco de intérpretes de excepcional qualidade. Ao lado de Paulo de Carvalho, Fernando Tordo, Pedro Osório e Luísa Basto, nomes bem conhecidos da nova música ligeira e popular portuguesa, estão os actores do Grupo 4 Henriqueta Maya, Rui Mendes, José Gmes, Manuel Cavaco, Álvar Faria, Manuel Mendonça e Lina Morgado, recentemente agregada ao elenco. Há ainda a assinalar as presenças de Argentina Rocha, Adelaide Ferreira e Paulo de Carvalho.

TEATRO ABERTO
P. de ESPANHA
metro PALHAVÃ
telef. 77 39 69
grupo 4
APRESENTA
A SÁTIRA MUSICAL
OS MACACÕES
de ARY DOS SANTOS AUGUSTO SOBRAL FERNANDO TORDO PAULO DE CARVALHO e PEDRO OSÓRIO
encenação de MORAIS E CASTRO
Subsídio da S E C
13 anos
COM:
HENRIQUETA e RUI
PAULO e TORDO
LUÍSA e OSÓRIO
GOMES e CAVACO
3.as, 4.as e 5.as-feiras: às 21.45
6.as-feiras: 20.30 e 22.45
Sábados: 15.30, 20.30 e 22.45
Domingos: 15.30 e 20.30
2.º MÊS

José Cardoso Pires:
"E agora, José" está a sair das maquinas

. Saíram hoje da tipografia os primeiros exemplares do novo livro de José Cardoso Pires, «E agora, José?». O livro deve ser posto à venda até ao fim do mês corrente, juntamente com um estudo de Maria Lúcia Lepecki sobre a obra do autor.

Trata-se de uma edição da Moraes, casa a que Cardoso Pires se encontra actualmente ligado por contrato, e que está a publicar-lhe a obra completa desde há cerca de dois anos com alguma regularidade.

«E agora, José?» é o regresso do autor de «O Anjo Ancorado» depois de um silêncio de cinco anos: data de 72 «Dinossauro Excelentíssimo».

Em «E agora, José?» reúnem-se textos avulsos e sobre temas vários, alguns escritos depois, outros antes de 25 de Abril.

Teatro da Cornucópia
na Sociedade Portuguesa de Autores
Av. Duque de Loulé, 31
Tel.: 57 83 20
Quase Teatro
1.
Auto da Família
de Fiama Hasse Pais Brandão
Hoje (último dia)
pelas 18 H.
Subsídio da [illegible] Fund. Gulbenkian e S.E.C.

R Ten. Raul Cascais, 1-A
Tel 661515, 669205
teatro do bairro alto

5.º MÊS
Só até ao fim do mês
Todas as noites às 21.45
Sábados às 18 e 21.45 h
Domingo. só às 18 h
ATENÇÃO: Amanhã sábado, não se realiza a matinée.
Subsídio da SEC

CIRCO MARIANO
EMP HENRY TONY
TEL. 29 11062
TODAS AS NOITES ÀS 21.45 H
Amanhã, matinée às 16.30h
ALAMEDA D. AFONSO HENRIQUES
AS MAIORES ATRACÇÕES DO MUNDO DO CIRCO
NA TEMPORADA DE OIRO DE 1977
PELA 1.ª VEZ EM PORTUGAL
SANDOKAN
O MAIS ARROJADO E DESTEMIDO DOMADOR DE
LEÕES E TIGRES
8-CROCODILOS E GIBÓIAS EM LIBERDADE-8
2-PARELHAS DE PALHAÇOS-2
INACREDITÁVEL!...
AGORA SIM
A ÚNICA
SENHORA
QUE LUTA COM
UM CROCODILO
DENTRO
DE ÁGUA,
NO
MAIS LUXUOSO
CIRCO PORTUGUÊS
IMPORTANTE: NO CIRCO MARIANO, O MAIS LUXUOSO DE PORTUGAL, NÃO CHOVE • AS CADEIRAS SÃO ESTOFADAS
TODAS AS NOITES ÀS 21.45 H. — 5.as FEIRAS E SÁBADOS "MATINÉE", ÀS 16.30 H
DOMINGOS E FERIADOS, 2 "MATINÉES" ÀS 15 E ÀS 18 HORAS

Fernando dos Santos proibido de tourear nas praças nacionais

O matador de toiros Fernando dos Santos, por decisão do Tribunal Judicial da Comarca da Golegã, está interdito de trabalhar nas praças portuguesas. Tal sentença, que viola o artigo 51 da Constituição, onde está consagrado o direito ao trabalho a todos os portugueses, merece o mais profundo repúdio por parte dos profissionais da lide tauromáquica e dos democratas deste País.

A decisão do juiz baseia-se no Decreto-Lei 15 335, de 11 de Abril de 1928, publicado numa altura em que ainda não havia matadores em Portugal, e que proíbe os toiros de morte. Nem sequer o facto do réu «ter actuado excitado pela assistência que pedia insistentemente a morte do toiro», como aliás consta no auto da sentença, demoveu o juiz de aplicar a lei de uma forma tão pesada. Aliás outros matadores, nomeadamente Manuel dos Santos, já tinham dado na arena a estocada de morte ao toiro que lidavam, e nada lhes aconteceu. Apenas uma pequena multa. Porquê tão excessivo rigor para com Fernando dos Santos?

Creio que um juiz ao aplicar uma pena destas deve estar influenciado, possivelmente por aqueles que me querem ver para fora do País», afirma Fernando dos Santos, um profissional dos toiros que sempre lutou contra o «circuito fechado» das empresas portuguesas. Que funcionam quase como uma verdadeira «mafia» no sector dos toiros ao imporem as suas condições e disporem da vida dos toureiros. Contra isto lutou Fernando dos Santos. E por isto se viu obrigado a ir trabalhar para o México onde se manteve durante cinco anos.

No dia 14 de Novembro de 1976, na praça da Golegã, às 17 e 35, «desobedecendo às ordens do director da corrida, concluída a sua faena de muleta, matou o terceiro toiro» (consta dos autos), um homem, enfrentando o perigo, ouviu o público chamar-lhe cobarde.

«As pessoas queriam que eu matasse. Anteriormente efectuara-se uma corrida em Vila Franca e todos os toureiros tinham matado...», diz Fernando dos Santos. Também esses matadores, apesar de terem infringido a «lei» antes de Fernando dos Santos, aguardam julgamento. São José Júlio, Armando Soares, Mário Coelho, Antonio de Portugal, Parreira Cigano e três estrangeiros.

Por outro lado o matador

Fernando dos Santos pensa que a sentença do juiz do Tribunal da Golegã resulta da má vontade que há contra ele da parte de determinados ganaderos e agrários. Pelas afirmações desassombradas que fez nos jornais, sobretudo porque contestou as declarações dos agrários que tentavam atribuir aos trabalhadores agrícolas o adulteramento dos toiros bravos. Situação que segundo os agrários e ganaderos estava a acontecer depois dos trabalhadores terem ocupado as terras.

«Fui dos primeiros a apoiar as ganadarias das cooperativas. Participei numa comissão para defesa das ganadarias e controlo das vacadas no tempo do ministro Lopes Cardoso.»

Como os empresários se recusassem a dar-lhe corridas Fernando dos Santos teve de adquirir uma praça desmontável e trabalhar por conta própria. Como empresário comprava os toiros às cooperativas o que lhe valeu ser acusado de ladrão por alguns jornais de direita.

«Mais tarde outras empresas decidiram também comprar toiros às cooperativas, mas ninguém os criticou por isso. Eles são grandes senhores...», sublinha Fernando dos Santos.

E ainda mais: agora, no âmbito da política de recuperação agrária e capitalista as ganadarias estão a voltar de novo às mãos dos grandes agrários. «Sem ouvirem nem respeitarem a opinião da classe», acrescenta Fernando dos Santos. Uma classe amorfa que, como diz o matador condenado ao desemprego, «tem coragem para enfrentar o toiro, mas não tem coragem para lutar pelos seus interesses».

A propósito da condenação de Fernando dos Santos o Sindicato dos Toureiros mandou um telegrama ao ministro da Justiça protestando contra a decisão do juiz do Tribunal Judicial da Comarca da Golegã.

SONORO FILME

Uma história completamente NOVA!
Cai um avião no Atlântico.
Uma ratoeira submarina
para os passageiros vivos!

AEROPORTO 77
AIRPORT '77

SUSPENSE MÁXIMO!

com JACK LEMMON
LEE GRANT · BRENDA VACCARO · JOSEPH COTTEN
OLIVIA de HAVILLAND · DARREN McGAVIN · CHRISTOPHER LEE
GEORGE KENNEDY · JAMES STEWART

Produção de WILLIAM FRYE · Realização de JERRY JAMESON
Argumento de MICHAEL SCHEFF e DAVID SPECTOR · Historia de H A L CRAIG e C KUENSTLE
Inspirado no filme Aeroporto, baseado na novela de ARTHUR HAILEY
Efeitos Especiais de ALBERT WHITLOCK · Technicolor Panavision
UNIVERSAL/CINEMA INTERNATIONAL CORPORATION

ROMA 4.ª SEMANA EDEN

NÃO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 13 ANOS

ADÓQUE teatro

QUATRO MESES DE GARGALHADAS

Ó CALINAS CALA A BOCA!

Uma Revista de VIVER a Rir!...

NICHOLSON
HENRIQUE VIANA
MAGDA
MARIA TAVARES

FÁTIMA VELOSO
FERNANDO OLIVEIRA
MARIA N'ZAMBI
VASCONCELOS VIANA
CARLOS QUEIRÓS

no MARTIM MONIZ
TODAS AS NOITES
às 20.30 e 22.45
«MATINÉES»
AOS DOMINGOS
M/18 Anos ☆ T. 874476

BREVEMENTE
A FESTA DA MALTA
EXCLUSIVAMENTE PARA CRIANÇAS

O fascínio. O tesouro.
E a ameaça de

O ABISMO

Uma apresentação Columbia/EMI
Uma Produção The Casablanca FilmWorks
Um filme de Peter Yates
ROBERT SHAW · JACQUELINE BISSET · NICK NOLTE
"THE DEEP" LOUIS GOSSETT e ELI WALLACH
Baseado na novela de Peter Benchley
Argumento de Peter Benchley e Tracy Keenan Wynn
Produzido por Peter Guber · Realizado por Peter Yates
Música de John Barry
Não Aconselhável a Menores de 13 Anos

5.ª SEMANA MUNDIAL O ÊXITO DO MOMENTO

Disco CASABLANCA distribuído por PHONOGRAM

Atenção espectadores de Lisboa
Esta é a oportunidade de ganhar 3 prestigiosos relógios ROLEX, e mais de 50 artigos de mergulho no valor total de quase 80 CONTOS. Vejam informações detalhadas no cinema MUNDIAL

Exclusivos Triunfo

A vida íntima de um homem entre as muitas mulheres que amou a sua grande paixão!

SINDBAD
— Sindbad —
um filme de ZOLTÁN HUSZÁRIK
com
ZOLTÁN LATINOVITS · MARGIT DAYKA
Eastmancolor

HOJE ESTREIA
ÀS 21.30
estúdio Apolo 70

Não aconselhável a menores de 18 anos

A C. P. INFORMA:

Bilhetes de Família

Com início em 1 de Novembro, vai a C. P. permitir aos Senhores Passageiros a aquisição de Bilhetes de Família a preços mais convidativos.

Aconselha-se pois a sua informação, através das Estações e Secções de Informação.

CALDEIREIROS NAVAIS e SOLDADORES
PRECISAM-SE
Por um período de cerca de 8 meses de trabalho, em regime eventual, para estaleiro da margem sul do Tejo.
RESPOSTAS
A este jornal, indicando idade, morada e experiência profissional.

Badminton: esta hora

por ISABEL ROCHA (campeã nacional)
especial para o «Diário de Lisboa»

Oitenta e dois clubes filiados, 1068 jogadores inscritos, 15 distritos com badminton oficial, 18 técnicos, 28 fundadores, e diversos animadores, 15 juízes árbitros oficiais, e 21 estagiários. Estes números constam do último relatório da Federação Portuguesa de Badminton (Julho deste ano) respeitante à época de 76/77. Portanto, são os números com que a Federação vai trabalhar na presente época, à partida, e que significam um dos aspectos pelos quais podemos encarar o Badmintom actual no nosso país.

Este panorama, se bem que demonstre algum trabalho, a nível federado, com o consequente incremento de clubes e jogadores, é ainda pouco significativo, como expansão e desenvolvimento de uma modalidade, cuja aceitação a nível de jovens e estudantes, é indiscutível. E aqui temos de analisar forçosamente o outro lado da questão. Isto é: o trabalho que (não) tem sido feito pela DGD, e pela FPB, a qual insiste nas suas prerrogativas federativas.

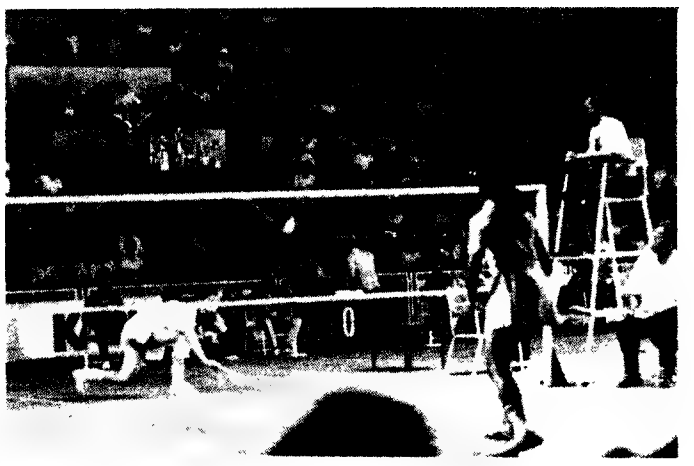
Infelizmente, é do domínio público a forma como trabalha, a casa da Infante Santo. Não foram extintos os planos mas os apoios são de tal ordem que aqueles acabam por esmorecer, e têm finalmente de acabar, por natureza. E isto porque os actuais mentores do desporto nacional sem coragem para dizer que está ou aquela modalidade não é da sua simpatia (ou não merece que alguém se preocupe com ela) actuam para com as modalidades «queridas» de tal forma que às outras não resta mais que suspirar por melhores dias. O Badminton não federado, neste país, está reduzido a três ou quatro distritos, onde o «querer» tem sido bem mais forte que o «poder». Onde, contra tudo e contra todos, se continuam a organizar actividades, a funcionar com núcleos, a fomentar o gosto pela modalidade, a porporcionar a todos a prática que querem e gostam.

A titular nacional

E das duas uma: ou a Federação reconhece o empastelamento da DGD e agarra esta questão, abrindo-se definitivamente ao fomento e à expansão, utilizando o seu subsídio anual de mil contos, de forma racional e coerente com aquilo que, afinal, será a sua própria sobrevivência, ou, dentro em breve, deixará de poder justificar, num país em dificuldades económicas (e cujo sistema de austeridade todos sentimos), o subsídio a que tem agora direito e que deverá utilizar, tirando dele o máximo rendimento.

N.R. Convém que se saiba que Isabel Rocha foi, atrabiliariamente, «punida» pela Federação de Badminton, com a pena de um ano de suspensão de toda a actividade, após concluído um processo de inquérito movido pelos federativos contra a (norma e trivial) campeã nacional, por ela ter dado uma entrevista ao «Diário» e, no ensejo ter utilizado o seu (constitucional) direito de liberdade de expressão, que fundamentou, depois, quando prestou declarações no tal inquérito, cuja cópia («modelar») se encontra em seu poder. Alguns atletas e certos dirigentes estão aí perfeitamente identificados.

O castigo de Isabel Rocha estende-se (salvo qualquer amnistia...) até 15 de Julho de 1978, pelo que a mais categorizada jogadora portuguesa de badminton não poderá defender o seu (tradicional) título nacional. Hossana! Finalmente, o badminton vai conhecer outra campeã, mas (infelizmente) mercê de tristes ajudas de secretaria.



Lá fora, há grandes assistências ao badminton

Ideias olímpicas no tiro com arco

O tiro com arco encontra-se, em Portugal, numa fase de progresso, que se verifica ao nível dos resultados e da presença numérica nas provas de atiradores. Ernesto de Oliveira, presidente da Federação da modalidade, sublinhou para a ANOP – que «para que esta fase de progresso possa ter continuidade é necessário que a par do trabalho de fomento, o tiro com arco conheça uma divulgação que até agora não tem tido, e nisso cabe um papel importante aos órgãos de informação».

«A Federação (disse) procura presentemente promover a modalidade nas camadas jovens, ao mesmo tempo que incentiva uma elite de atiradores com aptidões a obterem bons resultados, tendo em vista a representação do país no estrangeiro, a curto prazo».

A nível de resultados, os progressos da referida elite são evidentes, bastando para tal observar que foram pelo menos os recordes nacionais batidos este ano nas várias categorias.

«No que respeita aos melhores atiradores, está em curso uma campanha a longo prazo, que visa a participação portuguesa nos Jogos Olímpicos» – adiantou o presidente federativo, acrescentando: «Foram já seleccionados atletas, com base em pontuações exigidas em 1976, e estes estão a ser submetidos a um programa de treinos, elaborado tendo exactamente em vista quatro anos de preparação».

Os pré-seleccionados são Daniel Buco, Carlos Vieira, Ana Vaz, Laurinda Vieira, Luís Martins, Patrício Baptista, Luís Silva, António Lopes, João Moreira e Carlos Silva. A federação pensa proporcionar a estes atletas contactos internacionais, incluídos no programa de preparação, o mais próximo dos quais deverá ser uma prova – «Indoor» integrada no «Torneio Europeu das Nações», a realizar em Zurique, no dia 29 de Janeiro do próximo ano.

Ainda em 1978, está prevista a participação de atiradores nacionais no campeonato de Espanha (24 a 28 de Junho), no campeonato da Europa, que decorrerá em Inglaterra (em 5 e 6 de Agosto) e no «Challenge Benedictine» (a disputar na França, em 24 de Setembro).

«As marcas ultimamente obtidas são animadoras. Fora fixado para 1980 o objectivo de 1200 pontos (razoável, mas não excelente, a nível internacional) mas é possível que essa marca seja conseguida já no próximo ano» – observou Ernesto de Oliveira, referindo que entre os seleccionados se encontram atiradores ainda juniores com marcas de grande valor. «Está neste caso, por exemplo, Luís Martins, recordista nacional de juniores e absoluto numa distância que, presentemente, se participasse em competições seniores, deveria ser regularmente o segundo ou terceiro atirador nacional» – acrescentou.

A preparação dos seleccionados está a cargo do treinador nacional, sendo possível que, como é habitual, um técnico italiano se desloque ao nosso país para auxiliar os trabalhos.

«Existe, ainda, a hipótese de um treinador francês se deslocar ao nosso país, ao abrigo do acordo desportivo Portugal-França, no qual o tiro com arco foi contemplado. A concretizar-se a hipótese, esse técnico seria canalizado para a formação de quadros, que é um dos objectivos imediatos da Federação» – afirmou Ernesto de Oliveira. Frisou, a este propósito, que «é urgente a criação de quadros dirigentes e técnicos, de ensino e arbitragem, pois sem quadros a modalidade tende a estagnar e a morrer».

A propósito do trabalho da Federação neste capítulo, Ernesto de Oliveira disse que têm havido já cursos de animadores em vários pontos de Portugal. «Todavia, o próximo, a realizar brevemente, em Almeirim, será muito mais bem estruturado». Frisou o dirigente, realçando uma vez mais que «só a partir da formação de animadores e monitores se poderá começar a desejada expansão a nível escolar».

«A iniciação à prática da modalidade, na área de Lisboa, não é difícil, pois no Estádio Nacional encontra-se o treinador nacional, pronto a dar apoio a qualquer interessado. Na província, existe maior dificuldade, mas o problema não reside fundamentalmente no custo do material (que é elevado), e sim na escassez de quadros». Disse Ernesto de Oliveira, explicando que a Federação tem já fornecido material para a prática da modalidade a núcleos da província que, por vezes, nem é utilizado, e que se torna difícil recuperar.

«Ainda assim temos assistido à formação de clubes só dedicados ao tiro com arco, mormente na zona de Santarém, e a constituição de secções de tiro com arco dentro dos clubes».

Neste momento, são 43 os núcleos filiados na FPTA. Muitos dos novos núcleos arrastam para a prática da modalidade atiradores muito jovens.

Ernesto de Oliveira observou que se trabalha no sentido de realizar provas para esses jovens e, assim, foi organizado pela primeira vez o Campeonato Nacional de Aspirantes (12 a 15 anos) cuja primeira prova se realizou no passado fim de semana e onde surgiram bons valores. Vai ser, igualmente, organizado um conjunto de cinco provas para as camadas ainda mais jovens: «plumas», «flechas» e «robins».

A Federação está empenhada em expandir a modalidade: entre 1970 e 1977, o número de concorrentes habituais às provas subiu de dez para cerca de trezentos, o que quer dizer qualquer coisa, «tendo apoio suficiente das estruturas governamentais para o fazer, dentro dos planos traçados».

Para além da raia

PERU: EMPRÉSTIMO PARA O «MUNDIAL-78»

Um empréstimo de duzentos mil dólares (cerca de oito mil contos) irá ser solicitado à FIFA pela Comissão de Alto Nível do Peru, com a antecipação da sua participação no «Mundial-78», na Argentina. Considerando que lhe devem caber uns quatrocentos mil dólares pela sua participação no «Mundial», o Perú solicitará, metade dessa verba para a sua preparação.

BRASIL: VIAGENS PARA A ARGENTINA

A Confederação Brasileira de Desportos (CBD) decidiu sobre as datas dos encontros da selecção brasileira de futebol para 1978, ano em que também se realizará o Campeonato do Mundo. Os jogadores convocados apresentar-se-ão em 6 de Março e até ao dia 20 disputarão a «Copa Roca» com a Argentina, seguindo-se um descanso até ao dia 28 desse mês, altura em que a equipa partirá para uma digressão pela Europa. Nessa digressão o Brasil defrontará os seguintes países: França (1 de Abril), Alemanha Federal (5), Atlético de Madrid (7) e Inglaterra (19). Entre os dias 7 e 19, terá mais dois encontros, provavelmente, contra a Holanda (o técnico Coutinho está a tratar do assunto na Europa) e com a Arábia Saudita. O regresso da equipa está marcado para o dia 21 de Abril, e de 25 desse mês a 22 de Maio disputará vários jogos amistosos no Brasil. No dia 26 de Maio a selecção viajará para Mar Del Plata a fim de iniciar a preparação final para a Taça do Mundo.

EUROPEU EM MARCHA

Itália ou Inglaterra serão palco da fase final do Campeonato da Europa de Futebol de 1980 — anunciou a União Europeia de Futebol (UEFA). Uma decisão definitiva será tomada «num futuro próximo» — firsou um porta-voz do organismo.

Pub

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

CONVOCATÓRIA

Num momento em que as forças do capital monopolista, com a conivência do actual Governo, tentam fazer pagar aos trabalhadores o custo da crise económica que eles próprios provocaram e agravaram, utilizando para isso o regresso dos patrões sabotadores, os despedimentos maciços, a repressão à actividade sindical, o aumento escandaloso do custo de vida e o empenhamento da Independência Nacional, impõe-se aos trabalhadores a firmeza e unidade necessárias para estancar e fazer gorar as tentativas em marcha do grande capital e dos que o servem.

Assim, CONVOCAMOS TODOS OS CAMARADAS ASSOCIADOS A ESTAREM PRESENTES NA

GRANDE MANIFESTAÇÃO

DIA 19 — ÀS 15.30 H.

MARQUÊS DE POMBAL

para dizermos bem claro ao Governo:

— Contra a repressão, liberdade de expressão!...
— Não queremos aqui, o F.M.I.!...
— Trabalho Sim! Desemprego Não!...
— Em Portugal, Independência Nacional!...
— Custo de vida aumenta, o povo não aguenta!...
— Contra a repressão, defender a Constituição!...
— Com os trabalhadores governar, para a crise ultrapassar!...
— A luta continua, Barreto para a rua!...

A DIRECÇÃO

PATENTE

Vende-se ou concede-se licença para exploração em Portugal da patente N.º 55 429, para «PROCESSO PARA A PREPARAÇÃO DUMA COMPOSIÇÃO QUIMIOTERAPÊUTICA CONTENDO DERIVADOS DE N-METIL-IMIDAZOL E OS SEUS SAIS»

Trata:

Clarke, Modet & C.ª L.da
Patentes e Marcas
Rua Castilho, 201 - 3.º Esq.º
LISBOA

"Volta": Agosto de 78

A tempo e horas, a Federação de Ciclismo trabalha com vista a tornar possível, já em termos de perfeita aceitação geral, uma «Volta a Portugal» que esteja bem definida e perfeitamente delimitada em toda a estrutura.

Assim, já se sabe que o nosso próximo «tour» terá lugar entre 6 e 19 de Agosto, tendo em atenção que o campeonato mundial de amadores se processa a 27 do mesmo mês, sendo propósito federativo fazer representar o ciclismo português, nessa competição, por uma equipa nacional.

Ao mesmo tempo que se confia no traçado da prova, com inclusão de passagens pelo Alentejo e Algarve (trabalha-se na obtenção de garantias para alojamento da longa caravana itinerante) sabe-se que existem várias entidades interessadas em patrocinar finais de etapa ou metas-volantes, localizadas naquelas províncias.

Entretanto, acorrendo ao legítimo interesse da maioria dos clubes praticantes de ciclismo, a Federação estabeleceu que será de seis o máximo de corredores inscritos por emblema. Mínimo: cinco elementos. Todavia, as formações poderão ser mistas, embora interditas de aglutinarem membros de mais de duas equipas. Provável (igualmente) que, pelo menos, uma turma estrangeira esteja na «Volta a Portugal-78».

"O desporto como prática filosófica"

Lançado pela Diabril Editora, com o n.º 19 na colecção «Teoria e Prática», o volume «O Desporto como prática filosófica» traz a assinatura de Manuel Sérgio. Tal como o próprio autor referencia, a obra **«pretende desmistificar radicalmente o carácter inamovível de um desporto que concorre ao mimetismo, à confusão, à pobreza cultural e à carência filosófica»**

Manuel Sérgio é um entusiasta, desde a primeira hora, da filosofia desportiva. Com seus conceitos muito pessoais, talvez discutíveis mas, sem desmentido, fruto de apaixonada visão de um Desporto eivado de ângulos e matizes. **O desporto que se desenvolve na sociedade de consumo, ao aparecer dissociado da massificação (o que importa é vender determinado número de artigos ligados à sua prática ou comercializar o espectáculo) manifesta uma teoria e prática sociais onde as massas aparecem manipuladas, dominadas, violadas, pelos grandes interesses do lucro e do dinheiro»** — escreve Manuel Sérgio, largamente influenciado (em todos os seus escritos) por Marx e Engles, mas especialmente debruçado sobre os caminhos filosóficos (idealista, materialista e agnóstico).

Ao lado de outros escritores que se deixaram tomar de amores pelo Desporto (desde Romeu Correia a Dinis Machado, e Antunes da Silva a Baptista-Bastos e Urbano Tavares Rodrigues) Manuel Sérgio é um caso, uma pedrada no charco do imobilismo e do inconformismo com que, ainda hoje, é visto o fenómeno desportivo.

N de S

TRABALHO EM DIA FERIADO

Porto em Sacavém: novidade da "Taça"

O sorteio de mais uma eliminatória da «Taça de Portugal» provocou parelhas curiosas. Veja-se o cartaz: Vianense-Oliveira do Bairro, Portimonense-Beira Mar, Lúso-Belenenses, Benavente-SL Olivais, Vila Real-Benfica e Castelo Branco, Leverense-Montijo, Paredes-Sesimbra, Boavista-Peniche, Desportivo das Aves-Atlético, Marrazes-Amarante, Sacavenense-FC Porto, Batalha-Torriense Eléctrico ou Marialvas-Académico de Viseu, Atlético de Valdevez-Juventude de Évora, Sintrense-Tocha, Quarteirense-Famalicão, CUF-Benfica, Sporting-Salgueiros, Cucujães-U. Coimbra, Marítimo-Portalegrense, Feirense ou Nacional-Varzim, Casa Pia-Amora, U. Leiria-Lourosa, Régua-Marítimo, Olhanense, Sp. Braga-V. Guimarães, V. Setúbal-Estrela de Portalegre, Gil Vicente-U. Lamas, Caldas-Pêro Pinheiro ou Costa da Caparica, Almada-Alcochetense, Bragança-Riopele e Farense-Cartaxo.

Os jogos estão previstos para 1 de Dezembro, feriado nacional. Não se conhece, ainda, a posição dos futebolistas: trabalho em dia de folga obrigatória, quem toma a responsabilidade de ordenar?

PASSEIO FEDERATIVO

Sem consulta a qualquer clube ou, até, interrogação ao Sindicato de Jogadores, a Federação resolveu aceitar convite para um encontro particular da selecção, em Buenos Aires, a 12 de Abril (uma quarta-feira). Partida particular para treino do «onze» nacional da Argentina, com os portugueses a perderem uma semana sem qualquer vantagem para qualquer outra entidade que não seja a própria Federação: embolsar é o afã maior de uma direcção prestes a dar a alma ao Criador.

APÓS CHIPRE

Rescaldo aborrecido: após o jogo com os modestos ciprio-tas, verifica-se que o benfiquista Pietra tem uma micro-rotura e Seninho uma contusão no peróneo da perna esquerda.

CASTIGOS EM MOLHO

Uma jornada da Taça proporcionou 90 castigos, marca espantosa a reflectir que não abranda a onda de indisciplina nos terrenos futebolísticos. Nota mais destacada: os cinco jogos de obrigatória suspensão a Manuel Costa (Sport Lisboa e Olivais) e Luís Sousa Silva (Batalha).

AJUSTREL VETA

Manuel de Abreu, árbitro da Comissão Regional de Santarém, foi vetado pelo Ajustrelense.

SESIMBRA MUDA

Silva Santos cedeu o posto, na chefia técnica do Sesimbra, a Valdemar Laranjeiro, que até ao momento orientava o futebol juvenil da colectividade.

URSS ensina a dar murros

O treinador soviético Sergei Audiousky encontra-se em Portugal, a ministrar ensinamentos sobre pugilismo. Ontem, esteve no ginásio da Academia Militar: no auditório encontravam-se nove treinadores, dirigentes federativos, dois árbitros e (apenas) quatro pugilistas (os sportinguistas Paulo Jalles e Vítor Pereira, mais José Tavares e José Monteiro, do Musgueira). Pena que tão grande desinteresse tenha rodeado a apresentação, no nosso país, de um técnico sabedor e muito conceituado nos meios do pugilismo internacional

No pavilhão da Ajuda: civismo, precisa-se

Convocada pela Comissão Directora do pavilhão da Ajuda, realizou-se uma reunião conjunta que, além da direcção da Associação de Andebol de Lisboa, registou (ainda) as presenças de representantes ligados ao basquetebol (Federação Portuguesa e Associação de Lisboa), os quais debateram problemas de resolução urgente (sob os diversos aspectos) relacionados com a utilização daquele tão imprescindível pavilhão gimnodesportivo, ponto fulcral de realização de grande parte das actividades do andebol e do basquetebol.

Dos motivos desta reunião, e sempre na intenção de defesa dos interesses dos clubes (já de si sobrecarregados com enormes encargos originados por policiamento, arbitragem e aluguer de pavilhões) foi decidido dar conhecimento e pedido de intervenção, à Direcção-Geral dos Desportos.

Por seu lado, continuando com grande dificuldade na utilização de pavilhões em quantidades que lhe garantam fazer cumprir o seu extenso calendário desportivo para a corrente época, a direcção da Associação de Andebol lisboeta alerta os clubes presentemente a disputar as competições seniores que, alguns incidentes verificados nas últimas jornadas das provas oficiais, no pavilhão da Ajuda, podem vir a originar, dum momento para o outro, o seu encerrar: o que, a verificar-se, constituiria um entrave bastante negativo (e não só) no prestígio da modalidade.

Numa altura em que todos os esforços se tentam para que as despesas dos clubes não aumentem, a forma como algumas partidas têm decorrido (a exigir reforço da PSP, portanto mais encargos...) veio colocar em evidência, a necessidade de grande conjugação de esforços no sentido duma campanha moralizadora que, partindo de dentro para fora do rectângulo, transmita ao público a obrigação deste participar (embora com calor e entusiasmo) no espectáculo. Mas, com o maior civismo.

Um apelo especial, portanto, a todos (público, jogadores, técnicos, dirigentes, árbitros) para um positivo regresso às noites (ou tardes) de andebol na Ajuda, palco habitual de jornadas inesqueciveis do Andebol português, bem necessitado de boas intenções como as reveladas neste «alerta» da Associação de Lisboa.

COMO VÃO AS COISAS

HÓQUEI PARA HOJE

Esta noite, há jogos de hóquei patinado em Lisboa. Calendário do Torneio de Abertura: Estremoz-Sottomayor e Sporting-Académica da Amadora (em Alvalade); CACO-Benfica e Parede-Paço de Arcos (em Paço de Arcos).

Na disputa da «Taça de Portugal», em hóquei patinado, inscreveram-se 62 formações clubistas. A competição inicia-se a 3 de Dezembro.

JUNIORES DE BASQUETEBOL

A Federação de basquetebol indicou os nomes dos 25 jogadores convocados para uma primeira observação, com vista à preparação da selecção nacional de juniores que irá disputar a fase de qualificação do «europeu» da categoria na Alemanha Federal, em fins de Março. Assim, pelas 16 horas, do próximo dia 27, deverão comparecer no Pavilhão do Estádio Universitário, os seguintes basquetebolistas: João Simões (Oeiras); Luis Anacleto, Carlos Silva e André Mendes (CDUL); Vitor Freitas (Progresso Clube); Germano Fernandes e Luis Fernandes (Queluz); José Fernandes (Nacional de Natação); Rui Tarrafa (Sacavenense); João Seiça e Filomeno Coelho (Estrelas de Alvalade) Luis Porto, João Jesus e António Barata (Belenenses); Paulo Brito, Rogério Brito e Mário Silva (Sporting); José Bernadeco; José Araújo e José Fachada (Benfica); José Mota, Carlos Carroça, Carlos Costa, Ezequiel Mendes e Manuel Branco (Atlético).

FIGUEIRENSE DERROTADO

Em Leverkusen (Alemanha Federal) o Ginásio Figueirense sofreu uma derrota substancial (75-112), perante o «cinco» local, no último jogo incluído no grupo «B» da Taça dos Campeões, em basquetebol.

XADREZ PARA «LEÕES»

A representação de xadrez do Sporting conquistou o título nacional.

Calssificação final: 1.º Sporting, 29,5; 2.º Alvalade, 28; 3.º Porto, 22; 4.º Coimbra, 21,5; 5.º Santarém, 16,5; 6.º Braga, 16,5; 7.º Almadense, 15,5; 8.º Faro e Benfica, 15; 9.º Funchal, 8,5; e 10.º 1.º de Maio, 7.

ATLETISMO MODERNIZA-SE

Pelas 9 e 30 de 20 do corrente, na DGD, vai realizar-se um congresso extraordinário da Federação de Atletismo, com vasta agenda de trabalhos: análise do pedido de filiação de novas Associações; apreciação de propostas de alteração ao regulamento geral de provas e ao projecto de estatuto federativo. Mudanças preconizadas para o regulamento das provas: substituição da prova dos 200 m. pelos 800, no pentatlo feminino; apuramento de 8 clubes (em vez de 7) na 2.ª divisão masculina; introdução da corrida de 3.000 metros no calendário dos nacionais de juniores (masculinos); realização em 4 jornadas (eram duas) dos Campeonatos de Portugal (em pista). Isto, para além de novo sistema de votação das Associações e de diferentes distinções honoríficas a atribuir pela Federação.

UNIVERSITÁRIOS JUNTAM-SE

Para ser dada a conhecer a razão da formação do Secretariado Nacional do Desporto Universitário, efectua-se, pelas 17 horas de 23 do corrente, uma reunião entre as direcções do Centro Desportivo Universitário de Lisboa, Centro Desportivo Universitário do Porto e Associação Académica de Coimbra. O encontro vai processar-se na sede do CDUL (Estádio Universitário).

HALTEROFILIA EM DISCUSSÃO

Um projecto de estatutos da autoria da Comissão Directiva da Federação Portuguesa de Halterofilia foi recusado, e mas sembleia geral expressamente convocada para o efeito. Foi, seguidamente, eleita nova comissão, que terá como encargo a confecção de outro projecto. O bloco é formado por Francisco Ardisson, Jorge Gonçalves, Fernando Dias, Celorico Moreira e José Man.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

AVISO AOS SENHORES CONSUMIDORES DE ÁGUA E ENERGIA ELÉCTRICA

Por imperiosa necessidade de trabalhos de remodelação na rede dos Serviços Municipalizados, avisam-se todos os consumidores de que o fornecimento de energia eléctrica será interrompido no próximo dia 20 (Domingo), das 8 às 12 horas, nas seguintes localidades:

Desvio de Odivelas, Odivelas, Bairro da EDEC, Loures, Mealhada, Ponte de Frielas, Santo Antó-Loures, Mealhada, Ponte de Frielas, Frielas, Santo António dos Cavaleiros, Flamenga, Amoreira, Alvejar e Ramada

Este corte afectará o abastecimento de água às povoações em causa.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES, 16 DE NOVEMBRO DE 1977.

O Engenheiro Director-Delegado
Casimiro Martins Neves Cabaço

Pub

AOS ASSOCIADOS DA UNIÃO DOS PENSIONISTAS DA PREVIDÊNCIA E SEGURANÇA SOCIAL

A Assembleia Geral Extraordinária, suspensa no dia 21 de Outubro, do ano em curso, no Club Estefânia, continua na Sede desta União, — Travessa Escola Araújo, 6-2.º — Lisboa — no dia 30 do corrente, com a mesma Ordem de Trabalhos.

A DIRECÇÃO

Pub

FIAT-128—4 PORTAS

VENDE-SE

IMPECÁVEL

Trata: RUA CASTILHO, 185-C

Tel. 68 40 65 — Horas de Expediente

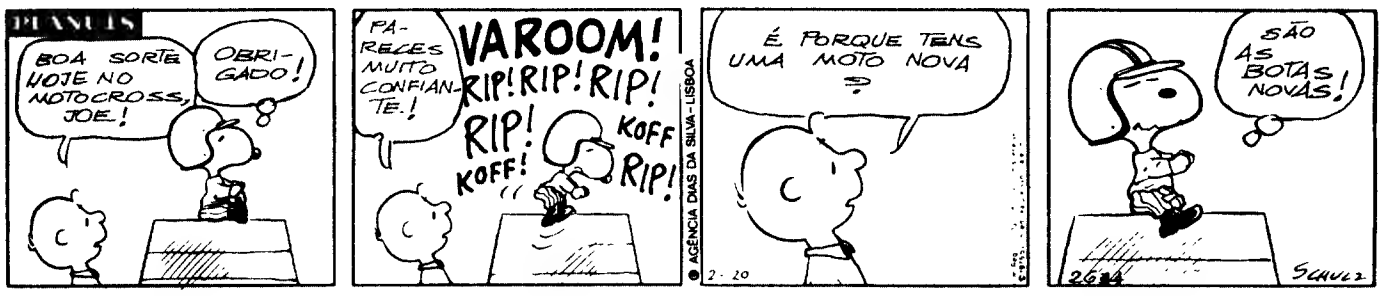
Ocupantes de casas renovam exigência de amnistia

. Ocupantes de casas devolutas exigiram ontem, no decorrer de um plenário realizado no Teatro Vasco Santana, o cumprimento de uma moção aprovada durante a última sessão da Câmara Municipal de Lisboa em que se solicita uma amnistia para todos os casos ocorridos após o 1.º de Abril de 1975.

No decorrer do plenário, em que participaram 190 «ocupantes», 50 comissões de moradores, cinco cooperativas de habitação e, ainda, vários representantes de juntas de freguesia e de assembleias de freguesia, a Comissão de Luta pelo Direito à Habitação declarou esperar que «o Conselho de Ministros não deixe de emitir parecer favorável sobre o voto da CML».

Após vários oradores terem salientado que «a questão é de fundo» e que «só pode ser totalmente resolvida com todo o problema da habitação», um deles acentuou que a luta a travar «não é só dos chamados ocupantes já que qualquer inquilino normal, o chamado legalizado, pode ir para a rua desde que a Lei do Arrendamento das habitações, feita para o exclusivo benefício dos senhorios especuladores, seja aplicada, à letra, em todos os seus pontos».

No final, o plenário, considerando que os interesses gerais da população se identificam com os objectivos da manifestação de amanhã e organizada pela USL, USS, CIL, CIS e Secretariados das Empresas Intervencionadas e em Autogestão, deliberou «dar todo o seu apoio a esta jornada de luta e apelar à participação da população em geral».



Criança morta perto de Aveiro

. AVEIRO, 18 — Quando pretendia fazer uma inversão de marcha com a bicicleta em que se transportava foi colhido por um automóvel, na estrada entre Quintãs e Vagos, o menor José Matias, de 10 anos.

Transportado de imediato ao hospital desta cidade, a infeliz criança sucumbiria pouco depois à gravidade dos ferimentos.

Canal da Crítica

Continuação da pág. 13

a televisão acabará daí a bocadinho.

Por acaso até assistimos a um pormenor flagrante do pluralismo do Telejornal.

Aconteceu que se expuseram as posições, em discurso indirecto, do Presidente do Conselho, de Sousa Franco, de Carlos Brito, de Freitas do Amaral, de Acácio Barreiros. Curiosamente, todos tiveram direito a retrato, menos Carlos Brito.

Não se trata, evidentemente, de uma questão de fotogenia...

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA

3.ª Vara

1.ª Secção - Proc. n.º 4619

ANÚNCIO

2.ª PUBLICAÇÃO

OUE, por esta Vara e 1.ª Secção e nos autos de acção ordinária que o Banco Português do Atlântico move contra António Manuel Moura Peixoto, que usa comercialmente a firma Sonofilme e ainda PLANIGRAFE-Publicidade, Comércio e Indústria, com sede na Rua Filipe Folque n.º 22-4.º, em Lisboa, correm éditos de 30 dias, contados da 2.ª e última publicação do anúncio, citando os chamados ILDA TEIXEIRA LUCAS E ANTÓNIO CARIA, ex-empregados ou ex-colaboradores da ré PLANIGRAFE, cuja última residência conhecida foi na Rua Filipe Folque n.º 22-4.º, desta cidade e actualmente ausentes em parte incerta, para no prazo de 20 dias, contestarem, querendo, a referida acção acima identificada, por terem sido chamados à autoria e outros pela ré Planigrafe, tudo nos termos do art.º 326 e seguintes do Código do Processo Civil e ainda para no prazo de 5 dias a contar da publicação do respectiva anúncio virem aos mencionados autos declararem se aceitam ou não o referido chamamento, acção esta em que o autor pede àqueles réus o pagamento da quantia de 334 613$50

Lisboa, 15 de Outubro de 1977

O Juiz Corregedor - 2.º adjunto

(a) António Maximo da Silva Guimarães

O ajudante de escrivão

CURSOS

● MECANOGRAFIA
PERFURAÇÃO, VERIFICAÇÃO
Sistemas: IBM e UNIVAC
Início dos cursos: 23/11/77
Dactilografia: Este curso tem início todos os dias
Informações e inscrições no
EXTERNATO CONTINENTAL
Tel. 36 42 72
Rua do Arsenal, 100-1.º

Pub

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DO MAR

Rua Rodrigo da Fonseca, 80, 2.º Esq.º
Telefone 54 78 23 — Telegramas FESIMAR
LISBOA - 1 — PORTUGAL

COMUNICADO

A FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DO MAR, em representação dos trabalhadores do Mar portugueses organizados nos Sindicatos seus federados, ao analisar a situação laboral que o País atravessa, de que tem resultado a desenfreada onda de despedimentos, os ataques às liberdades sindicais e os atentados ao direito ao trabalho, manifesta a sua solidariedade com a justa luta que os trabalhadores portugueses vêm desencadeando e convoca os trabalhadores que representa e se encontrem na zona de Lisboa e Setúbal a participarem na manifestação de Sábado, 19 de Novembro de 1977 com concentração em Lisboa na Praça Marquês de Pombal, pelas 15.30 horas.

— CONTRA OS DESPEDIMENTOS, PELO DIREITO AO TRABALHO!
— CONTRA A REPRESSÃO, PELAS LIBERDADES SINDICAIS!
— CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA!
— PELA DEFESA DAS CONQUISTAS ALCANÇADAS!
— PELA RECUPERAÇÃO ECONÓMICA AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES E DO PAÍS!
— PELA INDEPENDÊNCIA NACIONAL!

Lisboa, 17 de Novembro de 1977
O SECRETARIADO

CP — CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES, E. P.

LINHA DE CASCAIS

Renovação da via

ENCERRAMENTO TEMPORÁRIO DA PN DA BAFUREIRA

Para dar continuidade aos trabalhos, é necessário, nas noites de 16 para 17 (quarta para quinta), 17 para 18 (quinta para sexta) e 18 para 19 (Sexta para Sábado), encerrar no período das 22h 30m às 05h 00m, a passagem de nível da Bafureira, localizada entre as estações de Parede e S. Pedro.

Lisboa, 14 de Novembro de 1977.

EDUARDO BRAGA & C.ª, LDA.

CALÇADO ANDANTE

A Gerência e pessoal com mágoa participa o falecimento do sócio fundador e gerente Ex.mo Senhor Eduardo Braga.

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava muito nublado, o vento era fraco e chovia em alguns locais do norte e centro.

TEMPERATURAS DO AR 09.00 H.

PORTO	11º
P.DOURADAS	5º
COIMBRA	11º
PORTALEGRE	9.º
LISBOA	13º
ÉVORA	10º
BEJA	11º
SAGRES	15º
FARO	14º

TEMPERATURAS EXTREMAS

TAVIRA
Máxima 19,2º
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO
Mínima 3,6º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
8.24	3,6 m	2.02	1,6 m
21.31	3,4 m	14.58	1,5 m
Dia 19			
9.56	3,6 m	3.27	1,7 m
22.43	3,4 m	16.15	1,5 m
Dia 20			
11.06	3,6 m	4.42	1,6 m
23.46	3,6 m	17.18	1,4 m

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu geralmente muito nublado, vento fraco moderado predominando de Sudoeste; períodos de chuva mais frequentes nas regiões do litoral Oeste.

AMANHÃ

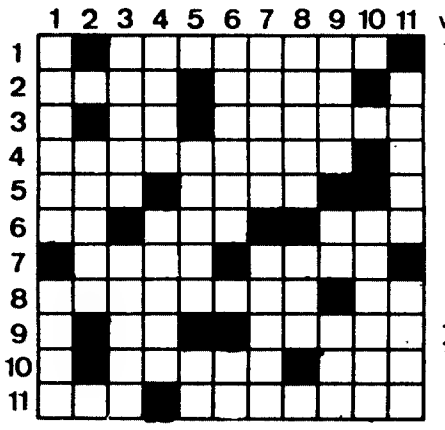
NASCER ÁS 7.24
OCASO ÁS 17.21

DIA 25 Dia 3 DIA 10 DIA 17

Palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.º 11.893



HORIZONTAIS:

1 Artigo definido. Riqueza.
2 Ir para fora. Içai.
3 Basta. Cidade do estado do Pará.
4 Alindaras.
5 Concedo. Passadas.
6 Átomo. Vazia. Punhado.
7 Qualquer porção de uma curva. Numeral cardinal.
8 Produzissem. Apelido.
9 Campeão. Navegar.
10 Um dos pontos cardeais. Abreviatura de acético.
11 Falda. Lágrimas.

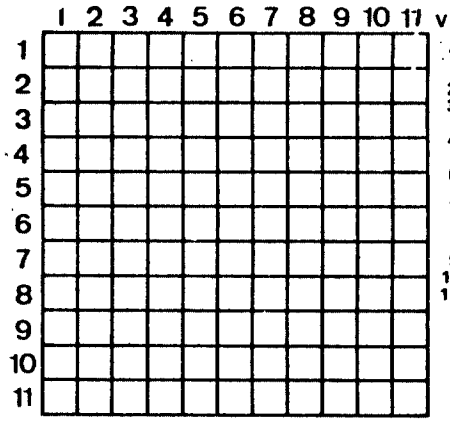
VERTICAIS:

1 Restos (fig). Aquela que não vê.
2 artigo definido. Favorecer.
3 Inspirou (fig). Espécie de forragem (Bras).
4 Encolerizar. Poente.
5 Nacos. Prasiodímio (sq) (inv).
6 Deserto rochoso. Pronome pessoal.
7 Prendera com elos. Estar obrigado a.
8 Palmeiras da Amazónia. Espádua.
9 Esteiros. Nota musical. Galicismo.
10 Calunia.
11 Dever. Pernadas de sobreiro.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7954



HORIZONTAIS:

1 Freguesia do concelho e distrito de Viseu. Tecido de algodão ou linho muito transparente.
2 Moeda de Dio. Trituras.
3 Despida. Ara. Governanta.
4 Brisa. Manuscrito. Platina (sq). Cidade da antiga Caldeia.
5 Parte aquosa que se separa do leite (pl) Mentira.
6 Ratara.
7 Guarnecia de arames.
8 Sufixo que designa estado. Distar. Apara.
9 Desonesta. Cursos de água naturais e abundantes.
10 Artigo. Desgraça.
11 Fundador do Islamismo. Vasilha com asas.

VERTICAIS:

1 Instrumentos de pesca. Troçam.
2 Tolerou. Raera.
3 Liga. Sufixo que designa pequenez.
4 Concede. Falecia.
5 Esmoncar. Berilo (s.q).
6 Prasiodímio (sq). Preposição.
7 Tolerar (fig). Cânhamo de Manila.
8 Amónio (sq). Prenderas.
9 Ecoa. Alberga.
10 Finge. Rio de Itália.
11 Guarnecera de asas. Cidade de Itália.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11.892

HORIZONTAIS:

1 TOMAR. Sarar.
2 Calaçaria.
3 Sim. Ora. A.
4 Um. Sassa. Ar.
5 Viga. Saco.
6 Erara. Poças.
7 Mal. Era.
8 Rejuntara.
9 Sucuabo.
10 Ob. Nas. Ve.
11 Regos. Amar.

VERTICAIS

1 NUVEM. POR.
2 Oc. Mirar. Be.
3 Más. Galês.
4 Alisar. JUNO.
5 Rama. Amucas.
6 Só. Nús.
7 Sãos. Pata.
8 Arraso. Abar.
9 Ria. Acero.
10 Aa. Acará. VA.
11 Arosa. Per.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7953

HORIZONTAIS:

1 Guatemala.
2 Mar. Ano.
3 Ar. Lessa. Me.
4 Les. Mat. Aos.
5 Mote. Impia.
6 Sacas. Morar.
7 Ais. De.
8 Mr. Serpa. La.
9 Ois. Meu. Sir.
10 Raio. Lima.
11 Amora. Secas.

VERTICAIS:

1 Val. Samora.
2 Tema. Riam.
3 Um. Soca. Sio.
4 Aal. Tais. Or.
5 Tremessem.
6 Sa. Res.
7 Mastim. Pu.
8 Ana Moda. Le.
9 Lo. Aprel Sic.
10 Moía. Lima.
11 Desarmaras.

Provérbio: TOMAR A NUVEM POR JUNO.

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO 9
Até às 22 horas

ALCANTARA — Av. da República, 74-A. Tel. 771379
AGUIAR — Av Columbano Bordalo Pinheiro, 98-A Tel 764629.
ALAMEDA — Alam. Linhas de Torres, 201-B Tel 790942.
BARRETO — Rua do Loreto, 24-30. Tel. 227284.
CENTRAL DA LAPA — Rua dos Navegantes, 10, tel. 661734
CHINDE — Rua Agostinho Lourenço, 6-B. Tel. 890331
EUSIL — Rua Barão de Sabrosa, 104 Tel 841912
FINDOR — Rua D. Maria Pia, 514, tel 687949
GALENO — Av Óscar Monteiro Torres, 38-A Tel 774920
GOMES — Rua Rodrigo da Fonseca, 101-A Tel. 682333
HIGILUX — Rua de Pedrouços, 50-52. Tel 610280
INTENDENTE — Largo Intendente Pina Manique, 50. Tel. 547838.
LIBIA — Sv da Igreja, 4-B-C Tel 891681.
LOPES RIBEIRO — R do Cruzeiro, 117 Tel 633288.
MADRE DEUS — Rua Margem, 15-B. (B. do Grilo) Tel. 382470
MARQUES — Estrada de Benfica, 648 Tel. 700096
ORIENTE — Rua Lopes, 120 Tel 843381
PAES — Rua Abade Faria, 22-A Telefone 723965.
PANCADA — Rua Rebelo da Silva, 9. Tel. 43340.
REBOCHO — Rua Ten. Cor Ribeiro dos Reis, 12-B. Tel. 743871.
SAGRES — Av. Luís Bivar, 69-71 Tel 547213.
SALUTAR — R. B. 75-A-B (B.º Liberdade), Tel. 683694.
SILVA — C.º Santo André, 18 Tel 862074
UNIFA — Rua da Vitória, 21 Tel 323793.
URBANO FREITAS — Rua Silva Carvalho, 1-9, Tel. 662838.
ZEMA — Rua General Justiniano Padrel, 21. Tel. 832580
ZIRA — Praça Casas Novas, lote 69 (b.º da Encarnação), Tels. 311216-310172

Permanente

CHINDE — R Agostinho Lourenço, 6-B. Tel 890331.
AGUIAR — Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 98-A. Telfs. 764629-768343.
EUSIL — Rua Barão de Sabrosa, 104. Tel 841912
FINDOR — R D. Maria Pia, 514 Telf. 687949.
LÍBIA — Av. da Igreja, 4-B-C Telf. 891681.
ALAMEDA — Alam. Linhas de Torres, 201-B. Tel. 790942.
REBOCHO — Rua Ten-Cor. Ribeiro dos Reis, 12-B. Tel. 743871.
SALUTAR — Rua B, 75-A-B (B.º Liberdade). Tel. 683694.
UNIFA — Rua da Vitória, 21 Telf. 323793.

NOTA — As farmácias que não estão de serviço permanente encerram das 13 às 15 horas para almoço

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Confiança, Av D.Nuno Álvares Pereira, 15-A (T.938149) Permanente; **Jardim**, Av Conde de Oeiras, 120, Reboleira (T.938424) Até às 22 horas
DAMAIA
Confiança, E.Militar, lote D (T.9710231)
QUELUZ
Queluz, Av Miguel Bombarda, 123-A (T 951841)
CACÉM
Central, R Elias Garcia, 55 (T 2940034)
ALGUEIRÃO
Rodrigues Rato (T.2912038)
MERCÊS
Claro Russo
RIO DE MOURO
Riomouro, Av. Óscar Monteiro Torres, 8 (T 2960194)
SINTRA
Misericórdia, Vila (T.2930391)
COLARES
Abreja (T 299088)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Miramar, R.Ernesto Silva, 81 (T 2112048)
ALCABIDECHE
Carvalho Até às 21 horas
PORTO SALVO
Ferreira Bastos. Até às 21 horas
PAÇO DE ARCOS
Pargana, Av Eng. Bonneville Franco (T. 2435147) Até às 22 horas
OEIRAS
Oeiras, L Henrique Paiva Couceiro (T 2430485) Até às 24 e das 0 às 9 horas
NOVA OEIRAS
Leal Até às 21 horas
CARCAVELOS
Central Até às 24 e das 0 às 9 horas
S.DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av Saboia, 29-B (T 260085) Até às 21 horas
PAREDE
Brandão, Av da República, 66-C (T 2471054) Até às 24 e das 0 às 9 horas; **Junqueiro Mendes**. Até às 21 horas
S.JOÃO DO ESTORIL
S.João, Quinta da Carreira, 29-A (T 261186) Até às 21 horas
AMOREIRA
Amoreira (T.262313/267314) Até às 22 horas
CASCAIS
Nova, E.de Alvide, Fontainhas (T.281044) Até às 21 horas; **Marginal**, Av. Marginal (T 280078) Até às 24 e das 0 às 9 horas

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes, L Coronel Ramos da Costa, 10 (T 234137)
ALHOS VEDROS
Gusmão, R Cândido dos Reis, 30 (T 204020)
ALMADA
Galeno R Capitão Leitão, 85-B (T 2760565)
BAIXA DA BANHEIRA
Teixeira, B de Moçambique, 84 (T 2040946)
BARREIRO
Central, Av Alfredo da Silva, 48 (T 2073207)
COVA DA PIEDADE
Garcia Reis, R Dr Alberto de Araujo, 19-A
MOITA
União Moitense, Av Dr Teófilo Braga (T 739025)
MONTIJO
Higiene, R José Joaquim Marques, 142 (T 2310370)
SESIMBRA
Leão, Av da Liberdade, 13 (T 2233471)
SEIXAL
Soromenho, R Paiva Coelho, 38 (T 2218560)
COSTA DA CAPARICA
Higiénica, Av da República, 23 (T 2400020)

PORTO

(De dia e só até às 22 horas)

AMEAL — Rua do Ameal, 1227 Tel. 483550; **CAMPO ALEGRE** — Rua do Campo Alegre, 723. Tel 622451; **FERREIRA DA SILVA** — Rua dos Mártires da Liberdade, 150. Tel. 24023; **PENINSULAR** — Rua Chã, 100. Tel 20707; **MELO TAVARES** — Rua Alcaide Faria, 77; **S. ROQUE DA LAMEIRA** — Rua de S. Roque da Lameira, 1111. Tel. 51739; **SÁ DA BANDEIRA** — Rua Sá da Bandeira, 236. Tel 22164.

(De dia e toda a noite)

PRELADA — Rua Central de Francos, 316 Tel 64312; **MARTINO, SUCR.** — Praça Marquês de Pombal, 122 T 480747; **POMBEIRO** — Campo dos Mártires da Pátria, 152 Tel 311295; **S. LÁZARO** — Av Rodrigues de Freitas, 297 Tel 27043

COIMBRA

SILVA SOARES — R. M Albuquerque, 26-28. Tel 71454; **SITÁLIA** — Largo da Sé Velha, 13-14 Tel 23234

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

MARIA MATOS
21.45 (13 anos)
«O Pato»
VARIEDADES
21.30 (13 anos)
«Desculpa ó Caetano»
CIRCO MARIANO
Alameda D. Afonso Henriques
21.45 (6 anos)
LAURA ALVES
21.30 (18 anos)
«Calcinhas Amarelas»
TEATRO ABERTO
20.30 e 22.45 (13 anos)
«Os Macacões»
ABC
20.30 e 22.45 (18 anos)
«OH, da Guarda»
MARIA VITORIA
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Alto e Pára o Baile»
MONUMENTAL
21.15 (13 anos)
«Aqui quem Manda sou Eu»
TEATRO DO BAIRRO ALTO
21.45 (13 anos)
«Casimiro e Carolina»
CASA DA COMÉDIA
21.45 (13 anos)
«A Dama Pé de Cabra»
ADOQUE
20.30 e 22.45 (18 anos)
«O Calinas Cala a Boca»

LISBOA/Cinemas

CINEARTE
21.30 (18 anos)
«A Lei do Ódio»
EUROPA 21.15 (18 anos)
«Dona Flor e seus dois maridos»
PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«O Vício do Jogo»
OLÍMPIA
Sessões permanentes (18 anos)
«Belo como Um Anjo»
JARDIM
21.00 (13 anos)
«Eram Todos Filhos da Mãe»
CINEBOLSO
21.30 (18 anos)
«O Sexo Comanda»
COLISEU
21.30 (13 anos)
«Bobby»
PARIS
21.30 (13 anos)
«A Flecha e a Rosa»
VOX
21.30 (18 anos)
«Cassandra Crossing»
LUMIAR
21.30 (18 anos)
«Traição Inverosimil»
MONUMENTAL
21.30 (13 anos)
«Um Táxi Cor de Malva»

QUARTETO
Sala 1
15, 17 e 19 (18 anos)
«Dias Tranquilos em Clichy»
Sala 2
15, 17 e 19 (18 anos)
«A Punição»
Sala 3
14.30, 16.45 e 19 (18 anos)
«A Alice já não Mora Aqui»
Sala 4
15, 17 e 19 (13 anos)
«Niagara»

LINHA DE CASCAIS

LAGÉS
Stadium
21.30 (6 anos)
«Hollywood, Hollywood»
PAÇO DE ARCOS
Chaplin
21.15 (6 anos)
«As Melhores Maravilhas da Natureza»
ESTORIL
Palácio
21.15 (18 anos)
«Exoscista II — o Erege»
CASCAIS
S.José
21.15 (18 anos)
«Amor e Justica»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Recreios Desportivos
21.15 (18 anos)
«Rivais Temerários»
Lido
21.15 (18 anos)
«O Padrinho» — II Parte

MEM MARTINS
Cine Chaby
21.15 (13 anos)
«Os Playboys»

OUTRA BANDA

ALMADA
Academia
21.15 (18 anos)
«O Padrinho» — II Parte
Incrível
21.15 (18 anos)
«Ives, o Temerário»
LARANJEIRO
Instrução e Recreio
21.15 (13 anos)
«Não Há Azar»

PORTO/Teatros

SÁ DA BANDEIRA
20.30 e 22.45 (13 anos)
«Isto é Que Me Dói»
TERÇO
21.45 (18 anos)
«Pátio das Cantigas»

PORTO/Cinemas

VALE FORMOSO
21.30 (13 anos)
«A Voz do Sangue»
COLISEU
21.30 (19 anos)
«Dona Flo e seus Dois Maridos»
ESTÚDIO 400
21.30 (18 anos)
«Por Um Punhado de Dólares»
ESTÚDIO
21.30 (13 anos)
«O Inimigo»
S. JOÃO
21.30 (13 anos)
«Aeroporto 77»
PASSOS MANUEL
21.30 (13 anos)
«Vamo-nos Amar»
OLÍMPIA
21.30 (18 anos)
«Exibição»
CHARLOT
21.30 (13 anos)
«Daisy Miller»
ÁGUIA DE OURO
21.30 (18 anos)
«O Beijo da Morte»
CARLOS ALBERTO
21.30 (13 anos)
«A canção da felicidade»
SALA BÉBÉ
21.30 (13 anos)
«Slogan»
TRINDADE
21.15 (13 anos)
«Uma Ponte Longe de Mais»
CHAPLIN
21.30 (6 anos)
«A Grande Paródia»
JÚLIO DINIS
21.30 (13 anos)
«De que Signo É?»
BATALHA
21.30 (13 anos)
«007 Agente Irresistível»
RIVOLI
21.30 (18 anos)
«De Calcinhas Cor-de-Rosa»

COIMBRA

AVENIDA
21.30 (18 anos)
«Dona Flor e Seus Dois Maridos»
GIL VICENTE
21.30 (18 anos)
«Carrie»
TIVOLI
21.30 (18 anos)
«Cinco Indomáveis Selvagens»
S. TEOTÓNIO
21.35 (13 anos)
«Alfredo o Grande»

cinemas

ABC CINE

Tel. 803055 — Ás 21 e 23,30 h

Não acons m/ 18 anos
13.15, 17, 19, 21.30 e 23.30
DESEJOS DE VERÃO E SONHOS DE INVERNO
Melhor filme do ano
ROCKY
Às 12.30, 14.30, 16.30, 18.30, 21.30 e 23.30 h
Matinées infantis Sábado e Domingo
Sala A - 11.15 Sala B - 10.45

ALVALADE

Tel 897480

Sessões às 15.15, 18.15 e 21.15
O primeiro western indiano!
A VINGANÇA DUM FILHO
Amor! Aventura! Música! Emoção!
com Feroz Khan, Parveen Babv
3.ª semana
Não acons. a menores de 13 anos
Colorido

APOLO 70

Tel 763319 — Hoje estreia às 21.30

Zoltan Latinovits/Margit Dayka em
SINDBAD
um filme de Sandor Sára
Não acons. a men. de 18 anos

Hoje às 14, 16.30 e 19 - últimas exibições do filme
VOLTA MEU AMOR
Hoje às 24.00 horas - Os grandes cineastas (18 anos)
DELÍRIO DE AMOR

AVIS

Tel. 47163 — 15.30, 18.30 e 21.30

Não acons. menores de 18 anos
MAFIA DO PRAZER
Banhos da meia-noite
serões psicadélicos
concursos de beleza

BERNA

Tel 776098 — 14.15, 17.45, 21.15

Hoje estreia às 21.30
Martin Sperr, Angela Winkler em
CENAS DE CAÇA NA BAIXA BAVIERA
um filme de Peter Fleischman
Int. a men. de 13 anos

CALEIDOSCÓPIO

Tel. 795093 — 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

Karen Black, Bruce Dern
Barbara Harris, William Devane

INTRIGA EM FAMÍLIA

Um filme de Alfred Hitchcock

Não acons. a menores de 13 anos

CASTIL

Tel 530194 — 15, 17, 19 e 21.30

Não acons. men. 18 anos

PERSEGUIÇÃO ALUCINANTE

O filme-choque do festival ao filme fantástico
c/ Peter Fonda e Warren Oates

CONDES

Tel 322523 — Estreia às 21.30

Int. a men. 13 anos
O VOO DAS ÁGUIAS

Às 14, 16.30 e 19 - Não acon. 13 a
O EXPRESSO DE CHICAGO

Um filme de Arthur Miller

EDEN

(Tel 320768) — 14, 16.30, 19, 21.30

Jack Lemmon, Lee Grant, Branda Vaccaro, Joseph Cotten
AEROPORTO 77
4.ª Semana
um filme de Jerry Jameson

Não acons. a men. de 13 anos

ESTÚDIO

Tel. 535134 — 14.45, 17, 19 e 21.30

Não acons. men. 18 anos
O melhor filme do ano! 3 Óscares!
ROCKY
C/Silvester Stallone

ESTÚDIO 444

Tel 779095 — 15.17,19 e 21.45

Int. men. 13 anos
PRIMO E PRIMA
com Marie-Christine Barrault e Victor Lanaux

IMPÉRIO

Tel 5551345 — 15.15, 18.30 e 21.30

Estreia às 21.30 - Int. M/13 anos
Quando a emoção se chama cinema!
O VOO DAS ÁGUIAS
c/ Michel Caine, Donald Sutherland. O filme de John Sturges

Às 15.15 e 18.30 (Int. M/ 13 anos)
A BATALHA DE ROMA

LONDRES

T. 801313 — 14.15, 16.30, 18.45 e 21.30

Não acons. 13 anos

AS BELAS MULHERES DOS OUTROS

C/Jean Rockefort Claude Brosseur Cruy Bedos

MUNDIAL

Tel. 538743 — 15.15, 18.30, 21.30

ABISMO
c/ Robert Shaw, Jacqueline Bisset, Nick Nolte
Hoje às 0.15 (Não ac. men. 18 a.)
OBRIGADO AVÔ

PALÁCIO FOZ

CICLO: Semana do Filme Belga
FILME: «Le Nosférat/Les Eaux Glacées du Calcul Egoiste»
REALIZAÇÃO: Maurice Rabinowicz
SESSÕES: 15.15 e 18.15 horas
FILME: «Souvenir of Gibraltar»
REALIZAÇÃO: Henri Xhonneux
SESSÃO: 21.15
Os filmes são em versão francesa ou neerlandesa com subtítulos em francês e/ou inglês
Maiores de 18 anos
Bilhetes: Esc. 10$00
Iniciativa conjunta da Secretaria de Estado da Cultura e da Embaixada da Bélgica

NIMAS

Tel 574362 — 14, 17.30 e 21.15

Int. men. 13 anos

CRÓNICA DOS ANOS DE BRAZA

Palma d'ouro do festival de Cannes 1975 o filme começa a ser projectado no início da sessão

ODEON

Tel 326283 — 15.15, 18.15, 21.15

Não acons. men. 18 anos

A MADRASTA

PATHÉ

Tel 821933 — Hoje estreia às 21.30

Peter Steiner/ Helga Konig em
SENHORAS AO VOSSO DISPOR
um filme de Franz Marischka
Interdito a men. de 18 anos
Aviso ao público: este filme contém cenas eventualmente chocantes
Hoje às 14.15, 16.30 e 18.45
Últimas exibições do filme
O ÚLTIMO COMBOIO DO KATANGA

POLITEAMA

Tel. 326305 — Estreia às 21.30

Não acons. men. 18 anos

A SUPLENTE

RESTELO

Tel. 610375 — Às 21.30

Não acons. men. 18 anos

JURAMENTO DE AMOR

ROMA

Tel. 887779 — 15.30, 18.30 e 21.30

Atenção ao novo horário
Não acons. a M. 13 anos
AEROPORTO 77
O filme começa 5 m. depois do início da sessão

ROXY

Tel. 42872 — 14.00, 16.30, 19.00, 21.30

Às 21.30 estreia (Int. men. 13 a.)
UMA PÍLULA PARA EVA
As páginas íntimas do diário de uma mulher

S. JORGE

Tel. 579144 — 15.15, 18.15, 21.30

3 «Óscars»! Melhor filme do ano
ROCKY
Uma história de amor e esperança!
Não acons. men. 18 anos

TIVOLI

T. 570595 — 15.15, 18.30, e 21.30

Não acons. a men. de 13 anos

Karen Black, Bruce Dern, Barbara Harris, William Devane

2.ª Semana

INTRIGA EM FAMÍLIA

um filme de Alfred Hitchcock

NOVO-CINE

Tel 840678

A Partir de hoje - Sessões às 15.15 e 21.15
A COMPANHEIRA DA MINHA VIDA
com Tanuja e Rajesh Khanna
Colorido / Não acons. a men. 13 a.
Hoje às 24 h - Colorido - Int. a men. de 18 anos
ADEUS BRUCE LEE
Um festival de Artes Marciais

D. JOÃO V (DAMAIA)

Tel. 971794 — Às 21.15 h

Não acons. men. 13 anos

UM VERDADEIRO AMOR

rádio

1.º Programa

17.00: Música variada; **18.15**: Discurso directo (RDP-Centro); **18.40**: Música portuguesa instrumental — uma orquestra; **19.00**: A agricultura que nós temos; **19.45**: Música instrumental; **20.00**: Jornal da noite; **20.30**: Conjuntos instrumentais; **21.00**: 20.º episódio do folhetim «Oliver Twist», de Charles Dickens, numa adaptação de Maria de Lourdes Vicente; **21.20**: Contraponto; **23.30**: Desporto no Mundo; **24.00**: Último jornal; **00.30**: Música variada; **01.00**: Música na noite (RDP-Centro)

2.º Programa

18.00: Conjuntos instrumentais; **19.15**: Pequena suite, op. 39, de Albert Roussel; **19.30**: As palavras dos músicos, pelo dr. João de Freitas Branco; **20.00**: Solos de piano; **21.00**: Música de bailado; **21.45**: Rapsódia para contralto, coro masculino e orquestra, op. 53, de Brahms; **22.00**: Hoje respondemos por música, por António Vitorino d'Almeida; **22.33**: Quarteto n.º 2, em dó maior, de Paganini; **23.00**: Trechos instrumentais de ópera; **23.30**: Intercâmbio musical; **01.00**: Fecho

3.º Programa
Nacional e Regional (294 m)

18.00: Contacto; **18.20**: Títulos de 1.ª página; **18.30**: Actualidade; **18.45**: Fórmula 1; **19.05**: Teatro trágico, pelos Parodiantes de Lisboa; **19.20**: Tempo Citroën, **19.30**: Trabalho de fundo; **20.15**: Antologia; **20.30**: Pesquisa; **21.00**: A música e as vozes; **21.15**: Música para meditar; **21.30**: Quando o telefone toca; **23.03**: Nocturno; **24.00**: Nocturno (continuação); **00.15**: Dia a dia com o passado; **02.00**: Fecho

3.º Programa
Local (187,5 m)

18.00: Compasso; **18.15**: Sal e pimenta (repetição); **20.10**: Aconteceu; **20.40**: Serviço de agenda; **20.45**: A voz da esperança; **21.00**: Fecho

RÁDIO RENASCENÇA

18.08: Apelos; **18.15**: Igreja em notícia — palavra do dia; **18.30**: Transmissão do terço do Externato do Parque; **19.00**: Programa da Liga dos Amigos de Rádio Renascença; **20.00**: Objectivo; **20.54**: Apelos; **21.05**: Programa da Liga dos Amigos de Rádio Renascença; **22.00**: Quando o telefone toca; **22.30**: Temas vivos; **23.30**: Actualidade económica; **23.55**: Meditando; **01.00**: Rotação; **02.00**: Fecho

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S A R L
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 185 1.º 2.º
TELEF 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TECNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END TEL DIBOA TELEX 17363
LISBOA PORTUGAL

A PARTIR DE DEZEMBRO

Recusa ao diálogo do MEIC pode levar ao encerramento da Faculdade de Letras

Se o MEIC continuar a bloquear as possibilidades de diálogo, a Faculdade de Letras, através de uma Assembleia Geral de Escola marcada para os últimos dias deste mês, poderá optar por uma posição de força, que, em última instância, significará o encerramento da Faculdade, afirmaram hoje, em conferência de Imprensa (dada como último recurso, já que o MEIC se tem recusado sistematicamente ao diálogo) o presidente do Conselho Directivo, José Vítor Adragão e Joana de Barros, presidente da Assembleia de Representantes. Encontravam-se aliás, mandatados pela Assembleia Geral de Escola e pela Assembleia de Representantes da Faculdade.

Os problemas com que a Faculdade se debate são de ordem pedagógica e de instalações. Neste momento faltam ainda bastantes docentes, por exemplo, no curso de História, as contratações estão congeladas até 15 de Novembro e o novo plano para o primeiro ano foi «forjado quase totalmente nas costas das escolas, além de surgir desencarnado de um esquema geral dos cursos». Para cúmulo, chegou em meados de Outubro «quando os horários já estavam feitos e o serviço docente distribuído».

Após longos meses de recusa de diálogo por parte do MEIC que respondeu a um pedido de audiência da CD de Letras datado de sete de Outubro com a impossibilidade de o secretário de Estado do Ensino Superior o receber nestes meses mais próximos, alegando que está ocupadíssimo. Letras encontra-se num beco sem saída. Sem docentes, sem possibilidades de os contratar, sem ser ouvido pelo MEIC, com o bar fechado em consequência de ter sido assaltado já dez vezes, com obras ininterruptas, como as de Santa Engrácia, desde o 25 de Abril, com dois laboratórios de línguas, no valor de cinco mil contos, à chuva, dispostos a inutilizarem-se, a Faculdade de Letras pode paralisar a partir de Dezembro. E o MEIC terá de assumir as suas responsabilidades, que são as maiores.

COM SEIS MILHÕES DE DESEMPREGADOS

Alargamento da CEE está cada vez mais complicado

Sem união económica e monetária, o alargamento da CEE a Portugal, Espanha e Grécia, enfraqueceria a construção europeia, afirma a Comissão do Mercado Comum no relatório sobre a união económica e monetária, que será submetido na segunda-feira ao Conselho de Ministros das Finanças dos «nove». O relatório debruça-se sobre a crise e respectivas consequências sobre a estagnação de facto dos projectos de união económica e monetária, apoiando-se, porém, na real interpretação económica existente entre os nove membros da CEE. Mais de metade das suas exportações vão para outros países da Comunidade e não existem soluções alternativas, pelo que essas exportações não poderão ser absorvidas.

Foi a primeira vez desde 1972, que o problema da união económica voltou a ser abordado ao mais alto nível, mas desde aquela data, a crise tem vindo progressivamente a agravar-se na CEE, cujos nove membros têm actualmente cerca de 6 milhões de desempregados.

O documento, que não alude sequer à criação progressiva de reservas monetárias comuns, é considerado como um sensível «passo atrás» em relação às ideias recentemente enunciadas pelo presidente da Comissão, Roy Jenkins, acerca da necessidade de criação de uma moeda única para a CEE.

Entretanto, e «por dificuldades orçamentais do Estado Português», segundo explicou o conselheiro federal suíço Ernst Brugger, a delegação portuguesa não está presente à reunião da Comissão Consultiva da EFTA, ontem iniciada em Genebra, e que terá como um dos principais objectivos analisar o desenvolvimento da acção do Fundo da EFTA de assistência à indústria portuguesa.

Por sua vez a missão permanente de Portugal na EFTA não tem poderes de representação nos trabalhos pois a delegação portuguesa tem de ser formada por representantes dos trabalhadores e das associações industriais, comerciais e de agricultores.

Na opinião da Direcção Económica da EFTA, Portugal é de todos os parceiros da organização, aquele que enfrenta maiores dificuldades, de que se salientam os elevados índices de desemprego e inflação, mas apesar disso e do aumento do défice da Balança de Pagamentos, o PNB português tem aumentado.

Greve nos aeroportos espanhóis obriga TAP a cancelar voos

A TAP cancelou, devido à greve nos aeroportos espanhóis, os seus voos para Madrid (8 e 10), Las Palmas (17 e 20) e Orly (10 e 5). O voo da Ibéria que deveria aterrar em Lisboa às 17 horas foi, naturalmente, cancelado. Em relação ao voo para Orly (Paris), o cancelamento em relação ao voo com partida de Lisboa, justifica-se por a rota atravessar o espaço aéreo espanhol, não havendo, com a paralisação dos controladores aéreos, condições de segurança.

Trinta e oito aeroportos espanhóis estão fechados ao tráfego durante 24 horas o que deverá acontecer todas as sextas-feiras, enquanto as suas reivindicações não forem aceites.

Os onze mil trabalhadores reclamam salários mínimos de trinta mil pesetas, o que ultrapassaria os máximos fixados pelo Governo no Pacto Económico de Moncloa. Esta greve custa cerca de quatro milhões de pesetas (cerca de 2296 mil contos) por dia ao sector turístico espanhol. Nos meios governamentais fala-se de uma possível requisição das Forças Armadas para assegurar o funcionamento do tráfego aéreo. Os trabalhadores dos aeroportos espanhóis voltaram a afirmar entretanto não estarem a ser dirigidos por qualquer das Centrais Sindicais.

No passado fim-de-semana, com uma greve de três dias, os aeroportos portugueses, especialmente o de Faro viu aumentar extraordinariamente o seu movimento (cerca de quatro mil passageiros) com a escala de aviões de várias companhias internacionais, cujos passageiros utilizavam depois os autocarros para chegar ao seu destino, em Espanha.

Madrid aprova substituição do Pacto Ibérico

O Governo espanhol aprovou hoje um tratado de amizade e cooperação com Portugal, a ser assinado durante a visita a Madrid, na próxima semana, do Primeiro-Ministro português, dr. Mário Soares, segundo anuncia a agência «Reuter».

O tratado substituirá o Pacto Ibérico de 1939 firmado pelos falecidos ditadores general Franco, da Espanha, e Salazar, de Portugal.

O dr. Mário Soares chega na segunda-feira a Madrid numa visita de dois dias.

Conversações sobre o novo tratado efectuaram-se durante uma visita à capital espanhola, em Maio passado, do presidente Ramalho Eanes.

Quarenta iniciativas do PCP no fim-de-semana

Entre a noite de hoje e o próximo domingo, o Partido Comunista Português efectuará quarenta sessões de esclarecimento, comícios, reuniões de órgãos partidários e espectáculos artísticos em todo o País.

Esta intensa actividade do PCP integra-se na movimentação geral que se vem desenrolando ao nível dos partidos, com especial incidência nas últimas semanas face ao agravar da crise política e ao recrudescimento das hipóteses de eleições gerais antecipadas.

Para hoje, estão previstas sessões em Cascais, Cova da Piedade, Monte da Caparica, Tomar, Pera de Baixo, Alcobaça, Samora Correia, Évora e Beja.

Assaltantes de bancos viram penas reduzidas pelo Tribunal Militar

Dois membros de uma quadrilha responsáveis pelo assalto, em 1974, a seis agências bancárias no Norte e ao escritório de uma firma comercial e ainda pelo tráfico de armas e furto de automóveis, num total de três mil contos, viram as penas a que haviam sido condenados reduzidas de alguns meses após recurso ao Supremo Tribunal Militar.

De acordo com a decisão final do STM, o furriel miliciano João Francisco Baptista foi condenado em 13 anos de prisão maior e dois anos de multa, sendo este meses a 20 escudos diários e os restantes a 60. Quanto a Ana Ferreira Marques, de 30 anos, solteira, doméstica, terá de cumprir, num cúmulo jurídico, 12 anos de prisão maior a seis meses de multa a 20 escudos por dia.

Ref.ª Comercial

EM VILAMOURA

POR 780 CONTOS

. Mesmo no Centro do **Fabuloso Empreendimento Turístico — Residencial de Vilamoura**, entre os campos de Golf, direccionado para a MARINA, e com panorâmica vista de mar, situa-se o elegante **Conjunto «Le-Club»**.

Deste conjunto (com cinco tipos de diferentes projectos aprovados e à escolha dos interessados em moradias de requintado conforto, com grandes livings, lareiras, terraços e magníficos jardins individuais circundantes), vendem-se ao preço único de 780 000$00 os restantes lotes de terreno do Empreendimento «Le-Club».

Solicitar por postal ou carta informações ou reserva de compra — nesta ocasião única com condições de pagamento a estabelecer e conformidade como programa financeiro dos interessados — ao procurador-geral do Conjunto Urbanístico «Le-Club», sr. Lúcio Marques, com escritórios na Praça do Chile, 15-1.º, Lisboa-1, e também em Vilamoura, mesmo no conjunto «Le-Club».

José de Castro na televisão

A pedido de várias centenas de amigos e admiradores do falecido actor José de Castro, a RTP exibe esta noite a peça de teatro «O rei está a morrer», numa realização de Oliveira e Costa.

Congresso do PAIGC

Continuação da pág 1

dos, notando-se perfeitamente o ar de festa que o III Congresso do PAIGC lhe transmitiu. As delegações continuam a chegar e na primeira sessão à tarde já haviam sido anunciadas 32 das mais diversas partes do Mundo e que bem podem dar uma ideia das linhas de força seguidas pelo PAIGC em política externa.

Entretanto, nos períodos em que será vedado o acesso à sala do Congresso aos convidados e delegações estrangeiras, foi preparado um programa de visita às principais unidades industriais.

Decorre paralelamente um programa cultural que abarca danças, bijagós, teatro, e saraus musicais, por conjuntos da Guiné e Cabo Verde. Está aqui também e deu um espectáculo na Sala dos Congressos a famosa cantora militante africana Miriam Makeba. Manuel Alegre, Rogério de Carvalho e Luís Moita, em nome dos partidos Socialista, Comunista e do CIDAC falaram ou vão falar no Congresso.

Qualquer deles fez declarações à chegada, sendo de destacar pelas ligações directas que estabeleceu com o passado de luta, do PAIGC, a declaração feita no aeroporto pelo secretário de Estado para os Assuntos Políticos. Manuel Alegre recordou a sua presença no funeral de Amílcar Cabral e o discurso que então proferiu em Conakry, enquanto adiantava também aos órgãos da Informação que o ouviram no Aeroporto de Bissalanca: «Nós estivemos juntos contra o regime fascista e colonialista e estamos de novo juntos na amizade e na cooperação para construirmos em cada um dos nossos países sociedades mais justas. As nossas relações têm um carácter exemplar e eu pessoalmente penso que se Amílcar Cabral fosse vivo, e como era um grande amigo do povo português, ele sentir-se-ia satisfeito com o nível actual das relações entre os nossos dois povos». Rogério Carvalho, do Comité Central do Partido Comunista Português, chegara mais cedo a Bissau. No sábado passado falou aos jornalistas, tendo o jornal «No Pintcha» reproduzido a sua afirmação de que estava em Bissau para reforçar os laços de cooperação entre o PAIGC e o PCP que estiveram empenhados na mesma luta contra o colonialismo, o fascismo e o imperialismo.

As representações do PCP e do PS (esta alternando Manuel Alegre com Pedro Coelho que também aqui está) ocupam lugares lado a lado na segunda das seis filas atrás da mesa da Presidência do Congresso. Na mesma linha senta-se, o delegado do MPLA e à sua frente delegações de Estados africanos vizinhos.

TIRAGEM MÉDIA DIÁRIA NO MÊS DE OUTUBRO
44 050 exemplares
(Hoje 24 páginas)

tome nota

LAVAR A FACE LAVAR AS MÃOS

Igreja de S. João de Deus, cujas paredes foram parcialmente lavadas de pichagens que a esmaltavam: largas manchas de branco ou azul celeste cobrem símbolos e dizeres, agora indecifráveis.

Todos? Não. É uma cobertura selectiva: além de uma ou duas graças «anarcas», de um insulto ao presidente Agostinho Neto, de um brado pela «liberdade» de Angola (o que lhes dói é ela ser livre e já não ser «nossa»...), ficaram (ou puseram agora?) dizeres que são como que a assinatura da «limpeza» praticada. A de partido de direita que propôs na Câmara de Lisboa que a cidade fosse limpa da propaganda política...

A incoerência é coerente naquele partido. E a igreja de S. João de Deus? É aquele o voto que lhe apetece? Deixa que lhe lavem a face esquerda do rosto, ficando suja a direita? Lava daí as suas mãos?...

DESINTERESSE

Na SNBA uma exposição encerrava um processo, uma aposta, um desafio. No início do, Verão, em Junho, levaram-se crianças das escolas a ver, a sentir, a pensar a degradação do ambiente nas areias do litoral.

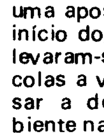
Houve entusiasmo, então, das crianças, que corresponderam com desenhos e histórias. Houve entusiasmo, depois, na selecção dos melhores trabalhos, houve entusiasmo de todos os que participaram no processo, na realização da exposição que encerrava o ciclo.

Houve desinteresse, na hora da inauguração, do secretário de Estádio responsável neste país pelo Ambiente não apareceu. Desinteresse de quê? Porquê? Agora, três anos depois de Abril, um desinteresse, um ontem que nos leva atrás.

Felizmente as crianças não estavam lá!...

CARLUCCI

Um semanário que demonstra ser bem informado em determinados assuntos, diz que o embaixador norte-americano em Portugal, Frank Carlucci, continuará em Portugal por mais algum tempo. Isto porque uma possível transferência para o Brasil teria falhado pela seguinte razão: os generais não lhe teriam concedido o necessário «agrément».



1 SEMANA EM ROMA

PARTIDAS:
Novembro 20
Dezembro 29 (Fim do Ano)
Fevereiro 5 (Carnaval)

Preços excepcionais desde 9.950$

ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA
abreu
fundada em 1840

LISBOA Av da Liberdade, 160 • Telef 371341
PORTO Av dos Aliados, 207 • Telef 317921
COIMBRA Rua da Sota, 2 • Telefs. 27011/2
FARO Rua Cons. Bivar, 65 • Telefs. 25035/6

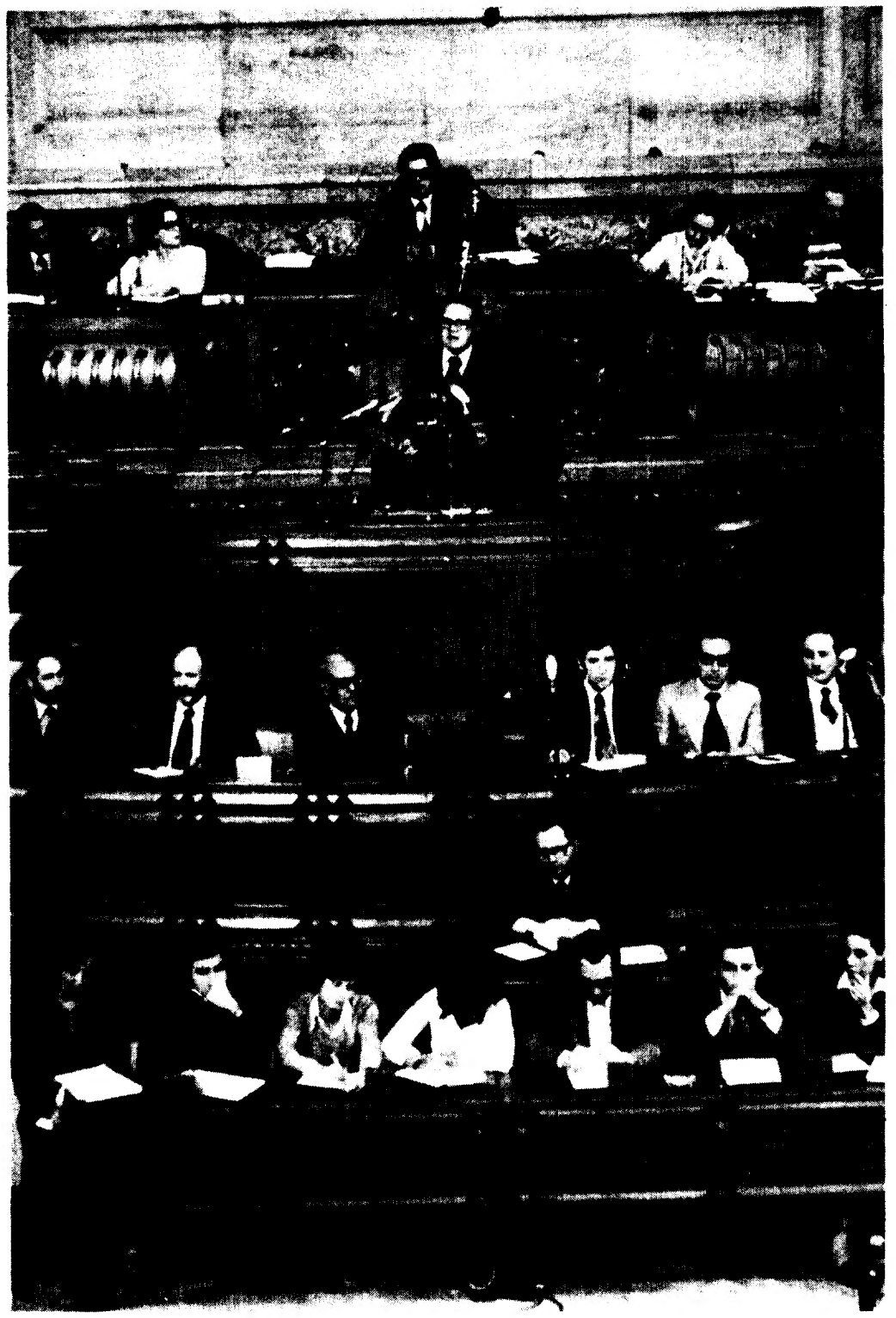
CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

DL

PLATAFORMA DO GOVERNO É "PONTE" PARA 1978

Treze dias para acordo com a oposição moção de confiança ou eleições antecipadas

«Alguns partidos têm-nos ameaçado com moções de censura, cuja concretização vitoriosa se afigura aliás bastante problemática. Mas o Governo está na disposição de lhes facilitar a tarefa: nos termos do Memorando ora apresentado, se até ao fim do corrente mês de Novembro se não perspectivarem condições para um ou vários acordos, que nos assegurem os apoios e os meios de actuação que julgamos necessários, o Governo apresentar-se-á nesta Assembleia e submeter-vos-á uma moção de confiança. Se esta for recusada, nos termos do artigo 198 da Constituição, demitir-se-à, como lhe cumpre» __ anunciou o Primeiro-Ministro, Mário Soares, em discurso ontem produzido na Assembleia da República.



Mário Soares quando se dirigia ontem ao Parlamento. Junto à tribuna a reduzida delegação governamental presente: Rui Vilar, Medina Carreira, Henrique de Barros, Jorge Campinos, Almeida Santos e Tito de Morais

«Não há nenhuma intenção de ameaça __ prosseguiu __ mas um propósito de clarificação». Soares adiantou que, embora o prazo fixado pelo Governo possa parecer curto, não pode, nem deve, ser alargado, dado que o tempo urge e a gravidade da situação não permite mais delongas.

RECURSO ÀS ELEIÇÕES

«Nas últimas semanas» __ salientou o Primeiro-Ministro __ «vem-se falando muito no recurso a novas eleições legislativas, o que pressuporia, como é evidente, a prévia dissolução da Assembleia da República. O meu Partido não teme a realização de novas eleições, como sempre o tem demonstrado. Mas não é isso que está em causa, a nosso ver, no actual, momento, mas sim o interesse nacional. Novas eleições __ que na mais favorável das hipóteses não poderiam ter lugar antes de quatro a seis meses, dado que urge actualizar o recenseamento, nos termos de uma proposta de lei que está pendente nesta Assembleia __ viriam repor tudo em causa e de novo paralisar, durante esse período, toda a vida económica nacional. Não sei se novas eleições podiam trazer uma repartição diferente na força recíproca dos diversos partidos, mas o que sei é que os empréstimos que estão pendentes das negociações com o FMI não se concretizariam, até que os resultados eleitorais fossem conhecidos e o novo Governo estivesse instalado. Estou certo que os Senhores Deputados fazem uma ideia bastante precisa do que isso poderá significar para Portugal: a delapidação completa das reservas de ouro do País. Porque a isso seríamos necessariamente obrigados para poder honrar compromissos externos inadiáveis».

Na parte final do seu discurso, Mário Soares, depois de sublinhar que o Memorando entregue na véspera aos partidos e parceiros sociais contém as condições do PS para continuar a assumir as responsabilidades do Governo, lembrou que o Orçamento terá que ser votado, segundo a lei, até 15 de Dezembro. «As negociações com o FMI recomeçam em princípios de Dezembro __ avisou __ e até lá precisamos de saber qual é o consenso nacional acerca dessas mesmas negociações __ em que termos e com que limitações as devemos ou não aceitar».

O «PUNCHING-BALL»

«Não aceitamos ser o «punching-ball» permanente de todos os partidos desta casa» __ frisou o chefe do Governo __ «e também não aceitamos que o PSD nos diga com quem devemos negociar».

Rejeitando a pretensão expressa por Sousa Franco (PSD) no sentido de se excluirem os comunistas de qualquer eventual acordo com o Governo, Soares insistiu em que o PCP «por aquilo que representa em relação a uma parte considerável dos trabalhadores portugueses, tem que ser ganho para a democracia e não excluído da democracia» (este lance da intervenção do chefe do Governo __ já no período de esclarecimento dos partidos __ seria aplaudido com particular vibração pelos deputados da bancada socialista).

ESFORÇO DOS TRABALHADORES

Respondendo, no encerramento dos debates, ao grupo parlamentar comunista, que manifestou apreensões e discordâncias quanto às propostas governamentais no tocante à solução da crise económica, Soares concordou com a afirmação do PCP apontando para a necessidade de um grande esforço nacional «vindo de todos os trabalhadores, mas pedido especialmente aos trabalhadores».

«Sem o acordo dos trabalhadores nada é possível neste País», acentuou o Primeiro-Ministro. Entretanto, a alternativa «venda maciça de ouro ou aceitação das condições impostas pelo FMI para a concessão do grande empréstimo», que seria classificada por Carlos Brito, do PCP, como um falso dilema, levaria o Primeiro-Ministro a insistir na sua tese sobre a necessidade imperiosa de negociações com o Fundo Monetário Internacional, acentuando embora que o Governo não fará o acordo sozinho.

Dirigindo-se depois ao «leader» do CDS, Freitas do Amaral, que verberara a actual fórmula governamental minoritária, o Primeiro-Ministro sublinhou que esta constituia a condição de alguma estabilidade democrática e de uma verdadeira paz social entre os portugueses».

«UMA SOLUÇÃO DÚCTIL»

Respondendo, por último, aos sociais-democratas, Soares sublinhou a possibilidade de serem firmados vários acordos com os partidos e os parceiros sociais, «desde que não sejam antagónicos entre si».

«É necessário __ disse __ encontrar uma fórmula suficientemente dúctil para que não seja entre si contraditória».

Durante a sua intervenção, o dirigente social-democrata Sousa Franco apontara a resolução do problema político como solução prévia para a crise económica e criticara uma eventual solução minoritária. O representante do PSD diria ainda que se assistia presentemente à «crescente incapacidade de um sistema que estava bem pensado mas que não foi exequível devido à incapacidade do executivo».

A terminar, Soares considerou que a linguagem dos partidos fora «serena, de abertura e apelo ao diálogo» e reafirmou a sua intenção de solicitar à Assembleia a aprovação de uma moção de confiança «se até ao fim do mês não houver uma perspectiva séria de acordo».

«Se não houver consenso __ declarou ainda __ não aceitamos continuar na posição de ir, apesar de tudo, resolvendo os problemas e ser acusados e criticados até por aquilo de que não somos culpados».

O MEMORANDO

Instrumento prévio para a elaboração de uma ou várias plataformas de acordo, o «memorando aos partidos e aos parceiros sociais», ontem apresentado na Assembleia da República, é iniciado por uma nota introdutória onde, a dado passo, se lê não ser possível «chegar à constituição de uma plataforma única», dada a irredutibilidade dos pontos de vista expressos, continuando, no entanto, o Governo «empenhado na concretização de um ou vários acordos globais, parcelares ou pontuais».

Além da nota prévia, o memorando divide-se em cinco partes: objectivo principal da plataforma, duração, pontos a esclarecer, termos da plataforma e considerações finais.

Ainda no preâmbulo, lê-se que a elaboração de um ou mais acordos tem em vista «clarificar a situação presente, que se reconhece estar a deteriorar-se, com perigo manifesto para a democracia».

«Importa, pois __ prossegue o documento __ admitir a necessidade urgente de criar um clima de estabilidade indispensável ao regular funcionamento das instituições democráticas, à recuperação económica do País e à superação das graves dificuldades financeiras», evitando que se difundam a desorientação e o indiferentismo». O Governo Constitucional aceita, com esse objectivo, «o diálogo com todos os partidos

Continua na página quatro

GOVERNO PS À NAÇÃO

"O próximo ano será para todos os portu

I — NOTA PRÉVIA

As considerações que se seguem são tópicos de reflexão que hão-de considerar-se como prévios à elaboração de uma ou várias Plataformas de Acordo. Dirigem-se aos partidos e aos diferentes parceiros sociais para melhor precisarem e explicitarem as suas posições recíprocas em face da alternativa ora proposta pelo Governo Constitucional.

Embora o Governo saiba já, pelas conversações até agora realizadas e pelas diferentes declarações públicas de intenção dos partidos e dos parceiros sociais que não é possível chegar à constituição de uma plataforma única — dada a irredutibilidade dos pontos de vista expressos, a sua contradição e até a incapacidade manifestada para, entre si, estabelecerem um diálogo mínimo — continua empenhado na concretização de um ou vários acordos globais, parcelares ou pontuais (conforme os casos, e as possibilidades que se abram) com a condição de não serem, obviamente, contraditórios.

A elaboração de tal Acordo ou Acordos tem como objectivo clarificar a situação presente, que se reconhece estar a deteriorar-se, com perigo manifesto para a democracia, em virtude da gravidade dos problemas financeiros e económicos e também devido à pressão política constante das oposições de sinal contrário e intransigentes.

Importa pois admitir a necessidade urgente de:

criar um clima de estabilidade indispensável ao regular funcionamento das instituições democráticas, à recuperação económica do País e à superação das graves dificuldades financeiras da actual conjuntura:

evitar que se difundam entre os portugueses a desorientação e o indiferentismo, com o consequente descrédito das instituições democráticas, bem como que aumentem as tensões sociais e regionais existentes e os estímulos à violência e a pseudo soluções de tipo autoritário, que nada resolvem nem resolverão:

desenvolver um ambiente social de paz civil, de tolerância e de compreensão perante as dificuldades, que a todos afectam, baseado no exacto conhecimento da realidade, no diálogo, na concertação e no respeito mútuo, e na busca de soluções que levem ao restabelecimento da confiança, entre os diferentes parceiros sociais, e propiciem o trabalho de todos — condições que se julgam absolutamente indispensáveis à superação da crise actual:

dar novo relevo e impulso à definição de um projecto nacional, claro, que possa ser bem compreendido e aceite pelo Povo português — e que o venha a mobilizar na terefa exaltante da reconstrução nacional — no momento preciso em que se lhe exigem pesados sacrifícios.

Tem-se em conta a situação relativa dos diferentes partidos com assento na Assembleia da República, tal como resultou do sufrágio popular, a sua desigual implantação nacional e regional e ainda a complexa relação de forças sociais existente na sociedade portuguesa, que continua em busca de um equilíbrio que ainda não adquiriu, bem como as diversas dinâmicas de transformação e de conservação, segundo as diferentes regiões do País.

Tudo isso aconselha um reforço de paciência e de determinação para se chegar a um ou vários Acordos, através dos quais se possa superar a crise, evitar o vazio político ou o prolongamento do impasse actual, os quais nas circunstâncias presentes necessariamente seriam de trágicas consequências para o País. Não basta criticar ou denunciar uma situação difícil. Interessa muito mais oferecer saídas que mereçam um consenso mínimo para a superação das dificuldades, sem que nos enquistemos em posições rígidas e sectárias.

O Governo Constitucional aceita o diálogo com todos os partidos e parceiros sociais, sem excepção, e não persiste na mera repetição dos seus pontos de vista de sempre. Está aberto a todas as sugestões construtivas e deseja ir mais longe na busca do diálogo e dos acordos possíveis. Daí as reflexões que se seguem, que procuram abrir caminho para a elaboração da **Plataforma** de momento exequível, com o objectivo de arrancar o País à situação em que se encontra.

II — OBJECTIVO PRINCIPAL DA PLATAFORMA

A consolidação e a estabilização da democracia pluralista existente, tal como resulta da Constituição, são o principal objectivo da Plataforma. Destina-se esta ainda a criar condições de funcionamento regular e de operacionalidade aos diferentes órgãos de soberania e designadamente à Assembleia da República e ao Governo. Sente-se a necessidade de passar das confrontações políticas estéreis — que têm caracterizado o autêntico diálogo de surdos a que temos assistido — para uma fase construtiva da vida nacional, em que acima de tudo se procurem equacionar e resolver os problemas concretos que afligem os portugueses. Sem isso a democracia estará condenada, a prazo mais ou menos curto.

III — DURAÇÃO

Em princípio o acordo deverá ter como duração o período da actual legislatura (1978-80), com possibilidade de ser revisto anualmente (em Novembro/Dezembro de cada ano, até 1980).

IV — PONTOS A ESCLARECER

1.º — Parte-se do princípio de que a delicada situação financeira que o País atravessa (com a inevitabilidade de contracção de empréstimos externos, única forma de evitar, a curto prazo, uma interrupção de pagamentos que comprometeria por completo a situação económica nacional), torna altamente perigosa e mesmo problemática a realização de eleições antecipadas, pelo menos durante o ano de 1978. Com efeito, o recurso a eleições antecipadas forneceria o pretexto ideal para que os países já dispostos a adiantar tais empréstimos, assim como o FMI, os não concretizassem ou então adiassem por tempo indeterminado a sua realização. Contudo, se não houver um entendimento mínimo entre os partidos, a nível pelo menos parlamentar, não haverá outra solução no quadro democrático, para além do recurso a novas eleições.

É uma primeira contradição, que importa conhecer e não perder de vista antes de buscar as soluções para o problema português.

Além de que um novo acto eleitoral — que seria o quinto sucessivo em menos de três anos — não seria certamente bem acolhido pelo Povo português nem constituiria para o mundo uma prova suplementar da nossa maturidade democrática.

2.º — Os partidos da Oposição afirmam que consideram esgotada a fórmula de governo homogéneo socialista (com independentes), fórmula que vigora há quase 16 meses e em que se baseia o Governo Constitucional. Todos propõem uma coligação:

— a três, PS, PSD, e CDS (proposta conjunta do PSD e do CDS):

— a dois, PS e PSD (admitida, em princípio, pelo PSD):

— a dois, PS e PCP (maioria de esquerda, proposta primeiro pelo PCP e depois por grupos de esquerda):

— a quatro, PS, PSD, CDS e PCP (aventada recentemente pelo PCP)

Nota fundamental: em todas estas hipóteses de coligação, figura sempre o PS.

Contudo, o PS não aceita entrar em nenhum Governo de coligação. Por duas razões, fundamentalmente:

porque tal posição representa um compromisso tomado perante o eleitorado e resulta inequivocamente da moção de orientação política geral aprovada no seu último Congresso. Aliás uma coligação interpartidos não pode ser uma decisão de cúpula, devendo antes resultar de algo sentido e vivido pelas bases dos partidos interessados. O que não é manifestamente o caso:

porque considera que um Governo de coligação, ainda que pudesse ajudar a vencer certas dificuldades no plano parlamentar, não teria operacionalidade e viria ainda agravar as tensões sociais e regionais já existentes, radicalizando perigosamente a política nacional. Bastará atentar em qualquer das formas de coligação propostas para se compreender que assim é. Qualquer delas viria agravar as divisões já existentes na sociedade portuguesa e anular o papel de intermediário, dialogante entre os extremos, que o PS tem desempenhado nos últimos 16 meses. Por outro lado, o PC isolado na oposição (numa espécie de **ghetto**, que lhe seria no plano social altamente propício) ou associado ao poder (a quatro ou a dois) seria sempre um factor ultracontroverso e de perturbação nas actuais circunstâncias político-militares.

Ao contrário do que se tem pretendido, dada a representação actual dos diversos partidos na Assembleia, um Governo minoritário (embora com algum consenso parlamentar) é a única forma capaz de obter um certo acordo, mesmo negativo, e alguma estabilidade democrática, assim política como social. Como aliás sucede em vários outros países da Europa.

Chega-se assim a uma situação de verdadeiro impasse: os partidos da oposição querem coligar-se com o PS, mas propondo formas incompatíveis entre si: e o PS recusa participar em toda e qualquer coligação.

Deste impasse, obviamente, só se poderá sair, no quadro democrático e sem recurso a situações autoritárias, por duas vias:

ou recorrendo a novas eleições, com os perigos que comportam (indicados acima) e a consequente paragem ou indefinição, por mais três a seis meses, da vida nacional — com a agravante muito provável dos resultados poderem vir a confirmar, com alterações insignificantes, os dados parlamentares e as posições recíprocas dos diversos partidos:

ou aceitando um acordo (político, económico e social) ou vários, desde que não contraditórios (visto haver partidos e parceiros sociais que se recusam a dialogar entre sid e até a sentar-se em conjunto à mesma mesa), **que não implique ou impliquem partilha do poder a nível do executivo** (isto é, um Governo de coligação). Esta última é a via proposta pelo Governo Constitucional e pelo PS. Adiantando, desde logo, o seguinte:

uma vez acordada a Plataforma, o PS compromete-se a respeitá-la, com as necessárias e eventuais adaptações, quer seja Governo quer seja Oposição:

o PS recusa a chamada maioria de esquerda, quer seja Governo quer seja Oposição.

V — TERMOS DA PLATAFORMA

a) No plano político

1) Acordo quanto ao respeito absoluto pela Constituição e pelo ordenamento político-jurídico democrático que dela resulta.

(Pôr em causa a Constituição, no momento presente, e uma vez que só pode ser revista numa nova legislatura, representa recusar o sistema em bloco e colocar-se à margem da legalidade democrática. Pode discordar-se da Constituição ou ter-se votado contra ela, em tempo oportuno: não se pode deixar de a cumprir e fazer cumprir).

2) Acordo quanto ao respeito absoluto pelos órgãos de soberania, desde que legitimamente constituídos, como é o caso.

(Reconhece-se a posição de particular relevância do Presidente da República, como garante principal da Constituição, árbitro e moderador essencial da vida política, sem intervenção directa nas orientações governativas. Tal posição não pode ser posta em causa sem grave risco para a estabilidade das instituições.

O mesmo se reconhece em relação aos demais órgãos de soberania. No que se refere ao Governo, insiste-se em que poderá evidentemente ser contestado e criticado pelas suas acções e omissões, em concreto, mas que tem de ser respeitado e prestigiado, como órgão legítimo da soberania que é. Ora não tem sido essa a prática de certas personalidades da oposição).

3) Acordo quanto à aceitação prática das leis fundamentais votadas pela Assembleia da República que ajudam a definir o sistema político-institucional português e lhe conferem viabilidade. Nomeadamente: lei da separação dos sectores público e privado; lei das indemnizações: lei de bases da Reforma Agrária: leis sociais e lei das competências das autarquias locais.

(O sistema institucional português é complexo e implica, nos termos da própria Constituição, a coexistência concorrencial entre os sectores público e privado, com o reconhecimento de formas de propriedade social (cooperativas, empresas em autogestão, unidades de exploração colectiva). Reafirma-se o interesse fundamental da iniciativa privada na reconstrução económica do País, coexistindo com um sector público que se pretende forte, dinâmico e desburocratizado.

Importa acima de tudo dinamizar cada um destes sectores, tornando-os ao máximo produtivos, nos seus actuais limites, sem outras transformações, o que terá de se compreender como condição de paz e do progresso possível).

Acordo igualmente quanto à opção europeia do Governo, expresso no pedido de adesão de Portugal à C.E.E., aprovado maioritariamente pela Assembleia da República.

4) O **Programa do Governo** Constitucional poderá manter-se em vigor, mas seria completado e explicitado nos termos da PLATAFORMA a acordar, que dele passaria a fazer parte integrante.

(Admite-se, contudo, a Constituição de um **II Governo Constitucional,** o qual teria de se apresentar de novo na Assembleia da República e ver aprovado o seu programa actualizado. Nesta hipótese, exigir-se-ia a votação de uma moção de confiança ao novo Governo, para lhe dar, positivamente, uma mais larga base de apoio.

A outra hipótese, seria discutir apenas a reestruturação do actual Governo para lhe conferir maior operacionalidade — o que não implicaria nova discussão do Programa na Assembleia da República e tão só a ratificação da Plataforma.

Em qualquer dos casos, porém, aceita-se discutir as estruturas mas não a composição do Governo, nem muito menos as pessoas que eventualmente o venham a integrar, que haverão de resultar da escolha do Primeiro-Ministro, a propor ao Presidente da República).

5) **Reforma administrativa.** Acordo quanto à constituição de uma Comissão para estudar e propor ao Governo e à Assembleia da República, em curto prazo, a reforma das estruturas administrativas do Estado e da função pública, de forma a dar-lhe maior eficácia (desburocratizar, economizar e despartidarizar, criando serviços e um corpo de funcionários altamente competentes, especializados e responsáveis, independentes das flutuações políticas próprias da vida democrática).

6) **Política de Informação.** Acordo quanto à lei de imprensa (nova versão a apresentar à Assembleia da República) e quanto às leis da radiodifusão e da televisão, igualmente a apresentar à Assembleia da República.

Reconhece-se a responsabilidade dos meios de informação na criação de um clima de desorientação e de golpismo político que visa levar o Povo a descrer da própria democracia. Tal circunstância, aconselha a adopção de regras deontológicas estritas, por forma a assegurar objectividade informativa e a máxima liberdade compatível com a máxima responsabilização.

Acordo também a estabelecer quanto ao estatuto da informação, incluindo o estatuto da imprensa estatizada ou intervencionada, oral e escrita, por forma a assegurar tempo e espaço proporcionais ao Governo, aos partidos e aos diferentes parceiros sociais.

7) **Conteúdo do Acordo Político.** A Plataforma que se propõe implica necessariamente um acordo mínimo de âmbito parlamentar e pode ou não implicar um acordo extraparlamentar.

- No plano parlamentar:

a) Na hipótese de simples reestruturação do actual Governo — acordo quanto à votação do Orçamento para 1978 e Plano para o mesmo ano (embora naturalmente qualquer das duas propostas de lei, a primeira das quais já apresentada na Assembleia fique sujeita a discussão e a eventuais emendas). Retirada para posterior acordo, a estabelecer em 1979, da proposta do Plano a Médio Prazo pendente na Assembleia da República. Consenso quanto ao acordo a estabelecer, com o F.M.I..

(Quanto ao Orçamento para 1978, ao Plano para o mesmo ano e ao Acordo com o FMI far-se-ão adiante as explicitações necessárias quando se abordarem os aspectos económico-sociais da Plataforma).

b) Na hipótese de constituição de um II Governo Constitucional, admite-se que o novo Programa (integrando e explicitando o actual e a estabelecer por acordo) não seja votado positivamente (como sucedeu em Agosto de 76): mas então exigir-se-ia a votação positiva e consequente de uma moção de confiança ao Governo, para alargar a sua base de apoio.

Em qualquer dos casos, prevê-se a elaboração em comum de projectos e de propostas de lei e uma planificação acordada da sessão parlamentar de 1978, segundo as grandes orientações políticas e económico-sociais inscritas na Plataforma.

Para tanto prevê-se a criação de uma **Comissão Mista** onde tenham assento representantes dos partidos signatários da Plataforma, os líderes parlamentares e o ministro encarregado das relações com a Assembleia. Uma tal Comissão reuniria semanalmente e teria como função principal velar pelo cumprimento da Plataforma, a nível parlamentar.

— No plano extraparlamentar

Sugere-se um acordo, entre os partidos signatários da Plataforma, de informação recíproca e, sempre que possível, de cooperação no âmbito das autarquias e em todos os assuntos de relevante interesse nacional. Para tanto, sugerem-se encontros regulares entre o Primeiro-Ministro e os presidentes ou os secretários-gerais dos partidos signatários, se necessário acompanhados por delegações de modo a dinamizar a cooperação interpartidária e a fornecer uma regular troca de informações sobre as grandes orientações e o modo prático de aplicação das políticas externa, de defesa nacional, económica, financeira e social.

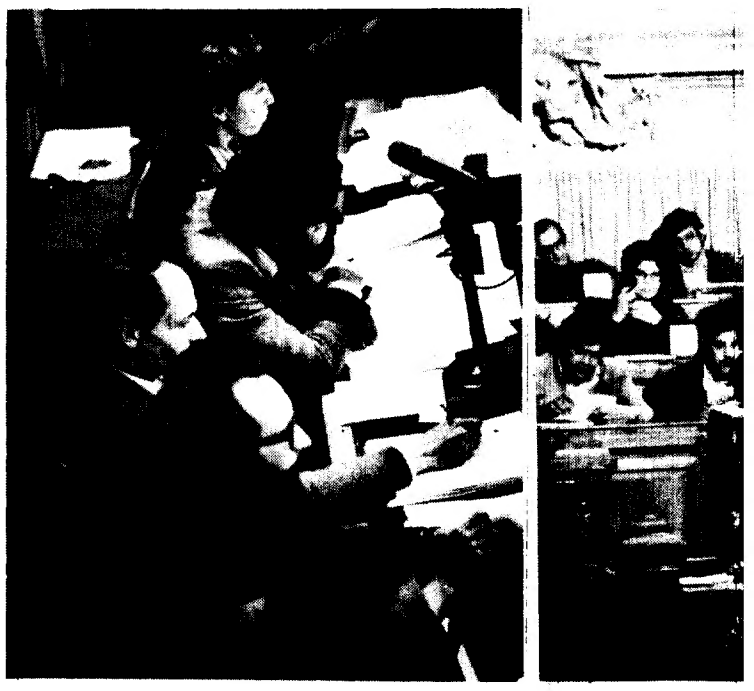
O Acordo ou acordos serão obviamente extensivos a todo o território nacional, com as adaptações que a especificidade das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, imponham.

Acordo quanto ao âmbito da autonomia dos Açores e da Madeira como forma de acelerar a construção democrática do novo ordenamento regional, designadamente através da transferência dos serviços periféricos do Estado. Deverá ser estabelecido um calendário para a rápida adopção, através das Assembleias Regionais e da Assembleia da República, de Estatutos definitivos que desenvolvam e concretizem os princípios consignados no Título VII da Constituição sobre o regime próprio das Regiões Autónomas. A reafirmação do repúdio expresso em relação ao separatismo, pelas Assembleias Regionais e pela Assembleia da República, contribuirá para clarificar o sentido da profunda descentralização político-administrativa que está a ser levada a cabo nos Açores e na Madeira e permitirá pôr fim a práticas de centralismo que ainda não foi possível eliminar.

B) No plano económico e financeiro

A situação económica e financeira do País traduz-se, fundamentalmente, pelo agravamento do défice da balança de pagamentos e pela persistência de níveis elevados de inflação e de desemprego.

Qualquer estratégia de ataque a esta situação, sem pôr em causa o sistema democrático, é fortemente condicionada no imediato, pela necessidade de financiar o défice externo e deverá visar a criação das condições indispensáveis para a recuperação e o desenvolvimento do País.



Na foto da esquerda o grupo dos cinco deputados independentes; na da UDP

Nas circunstâncias actuais, as alternativas imediatas que se nos põem reduzem-se à obtenção de apoio financeiro internacional, através da contracção de um ou vários empréstimos de vulto (o chamado grande empréstimo) ou à delapidação total das nossas reservas de ouro, através de vendas maciças (que aliás não dariam para mais de um ano). Exclui-se esta hipótese, por não constituir senão um adiamento inaceitável da decisão imperiosa de inflectir a curto prazo a situação do défice crónico da balança de pagamentos. Contudo, a obtenção de empréstimos externos, só é de admitir dentro de um quadro económico minimamente coerente, e, por outro lado, só é viável respondendo a severas exigências, (aliás justificadas), designadamente as que decorrem do acordo a estabelecer com o FMI.

A situação exige pois o estabelecimento dum clima de consenso e de responsabilização a nível político e social, quanto aos objectivos e orientações básicas de política conjuntural de austeridade, sem prejuízo do entendimento subjacente de que os sacrifícios no imediato são a condição indispensável para garantir, no futuro, a recuperação e o desenvolvimento, capazes de concretizar as aspirações populares de maior bem-estar e mais justiça social.

Assim, tendo em conta as condicionantes conhecidas e os objectivos a médio prazo, em 1978 o Orçamento e o Plano para o mesmo ano deverão respeitar um programa de estabilização económica em que seja dada prioridade aos seguintes objectivos:

a) redução do défice de transacções correntes com o exterior de um terço em relação a 1977:

á um ano difícil
ugueses"

b) redução significativa do actual nível de inflação;

c) crescimento positivo embora moderado, do produto interno (3,5 a4 por cento);

d) manutenção do nível global de emprego e minimização dos custos sociais daí decorrentes (subsídios de desemprego e outras garantias e benefícios sociais, nomeadamente em matéria de previdência, saúde e habitação).

Sendo a redução do défice externo o objectivo de maior prioridade (até porque faz parte das condições do FMI, para as quais se requer o consenso dos partidos signatários da Plataforma) não é possível prosseguir metas mais ambiciosas em matéria de expansão e de emprego pois teriam sempre reflexos negativos na balança de pagamentos. Pretender o contrário, significa ignorancia ou mero irrealismo.

s; ra da direita Acácio Barreiros,

A linha de austeridade acordada para 1978 será uma condição indispensável para assentar em bases sólidas uma política de expansão a m o prazo, único contexto em q se reconhece possível corrigir as graves deficiências estruturais e as assimetrias regionais da economia portuguesa, lançando o País, numa segunda fase, numa via de rmido desenvolvimento e progress cial.

As medidas de política económica e financeira que o Governo terá de levar a cabo, para tornar compatíveis os objectivos enunciados e as condicionantes existentes, deverão ainda permitir:

— reorientar os recursos para o investimento e para as actividades de exportação, admitindo ainda um crescimento muito moderado do consumo privado e a manutenção do consumo público em termos reais ao nível de 1977;

— reduzir o défice global do sector público para cerca de 5 por cento do PNB em 1978, pelo que o orçamento corrente deverá apresentar-se equilibrado, obrigando a um esforço fiscal adicional;

— limitar a expansão do crédito interno, por forma a que o acréscimo da massa monetária seja sensivelmente inferior ao crescimento do produto interno e adequar selectivamente, no âmbito da política global do crédito, as taxas de juro;

— realizar uma política selectiva de investimento, por forma a dar preferência a projectos com menor intensidade de capital e menor conteúdo importado e diferindo alguns projectos com maior dependência externa;

— promover a progressiva eliminação das restrições directas à importação (depósito prévio, sobretaxa e contingentação) transferindo as protecções existentes para a promoção da competitividade externa.

Não obstante as limitações acima indicadas, a possibilidade de não se exceder um défice de cerca de 800 milhões de dólares na balança de transacções correntes, está condicionada a um decréscimo das importações de bens e serviços e ao aumento significativo das exportações.

Uma política dinâmica de exportações constituirá assim uma das actuações de prioridade absoluta em 1978 e anos seguintes, procurando ultrapassar os obstáculos que se defrontam nos mercados tradicionais de exportação em parte ligados à própria situação de crise económica mundial. Igualmente continuará a ser dada prioridade ao aumento da produção nacional, nomeadamente na agricultura e pescas, sectores onde são mais salientes as nossas carências e nos sectores industriais voltados para a exportação.

Sem dúvida que as condicionantes estruturais internas da economia portuguesa, a crise económica internacional, bem como os compromissos decorrentes do acordo com o FMI, impõem vínculos e limitações rigorosas a uma política de expansão, que seria desejável, mas não impedem contudo que se defina uma política económica coerente que, compatibilizando todas as variáveis, não renuncie aos objectivos de desenvolvimento e transformação que nos permitam a construção de uma democracia moderna numa sociedade de progresso, mais justa e mais igualitária.

Os sacrifícios que serão exigidos no curto prazo, poderão assim contribuir decisivamente para a estabilização da situação económica portuguesa, permitindo ainda conseguir as mudanças estruturais de mais longo prazo que são necessárias à nossa integração na Comunidade Económica Europeia.

Nestes termos, e para a prossecução da política financeira e económica delineada, importa conseguir acordo quanto:

a) ao Orçamento para 1978 (já presente na Assembleia da República);

b) ao Plano para 1978, a enviar à Assembleia da República até 26 de Novembro;

c) às grandes linhas da negociação a estabelecer com o FMI (que decorrem naturalmente dos documentos atrás referidos).

C) No plano social

O futuro democrático das instituições exige que, a par do consenso no plano político e económico, se estabeleça um consenso no plano social.

Com efeito, impõe-se criar um clima de confiança para o qual muito concorrerá uma maior transparência das regras de funcionamento do sistema.

A clarificação das regras de jogo, a que se tem vindo a proceder, é particularmente necessária ao nível das relações de trabalho, de política de salários e rendimentos e da política de emprego.

a) No que respeita às relações de trabalho, a salvaguarda do essencial das conquistas democráticas que são o direito à greve, o controlo de gestão, os direitos sindicais e o reconhecimento da existência de comissões de trabalhadores, obriga à aceitação por parte dos trabalhadores de maior disciplina nas relações laborais, redução do absentismo, adequação dos horários de trabalho, incluindo o trabalho por turnos, e clarificação das normas relativas a despedimentos. Tudo isso terá que ser acordado não somente com os partidos como com os parceiros sociais;

b) A política de estabilização económica requer que a política salarial não agrave os custos unitários de produção e não concorra para o agravamento da inflação. Assim, o crescimento máximo da massa salarial bruta nas empresas terá que se situar entre os 15 por cento e 20 por cento, de acordo com normas específicas a definir pelo Conselho Nacional de Rendimentos e Preços (o qual terá que ser devidamente activado). Igualmente se deverão adoptar critérios claros no estabelecimento de uma norma salarial que permita uma política de progressivo nivelamento das diferenças hoje verificadas, quer no plano intersectorial quer no plano interprofissional;

c) No campo do emprego, apesar das fortes condicionantes impostas pela redução do défice externo e pelo combate à inflação, procurar-se-á seguir uma política de manutenção do nível global do emprego e de minimização dos custos sociais decorrentes do actual volume de desemprego (subsídios de desemprego e outros benefícios sociais).

VI — CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Governo Constitucional, temno dito sempre, não se demite das suas responsabilidades, enquanto tiver a confiança do Presidente da República e não for derrubado na Assembleia da República através dos mecanismos constitucionais normais. Mas não está disposto a permanecer no poder sem concitar um certo consenso activo dos portugueses, ficando sujeito ao desgaste constante provocado por uma situação de crise e de mal-estar evidente, que vem de trás e de longe, e para a qual não contribuiu, apesar dos partidos da oposição agora lha pretenderem imputar.

Durante 16 meses, o Governo Constitucional deu coerência a um sistema económico que a não tinha, assegurou as liberdades e a paz, trouxe confiança à maioria dos portugueses e suscitou uma recuperação económica manifesta e que ninguém, em Agosto de 1976, ousava sequer prever, num clima de verdadeira tranquilidade (sem excessivas greves e com um mínimo de agitação social).

É evidente, contudo, que as dificuldades em muitos casos não estão resolvidas, designadamente no plano financeiro, que há muito por fazer em variados domínios, que a máquina administrativa herdada do fascismo não teve capacidade para responder com eficiência e que as tensões não desapareceram como por encanto da sociedade portuguesa, embora se tenham consideravelmente atenuado. Mas há um rumo que está definido — a Revolução de Abril foi balizada aos seus parâmetros essenciais e não há mais lugar, na sociedade portuguesa, para o medo ou para a angústia do que nos reservará o futuro, uma vez que o nosso projecto colectivo passa pela integração na Europa e se baseia na Democracia.

Estão em curso, por outro lado, complexas negociações internacionais, com a CEE, com o FMI, com outros países aliados e amigos, com os novos países africanos de expressão portuguesa, abrindo-se-nos perspectivas de um enorme interesse, se tivermos o bom senso suficiente para evitar o regresso a novas formas de ditadura ou a confrontações violentas ou ainda à anarquia. Na cena internacional Portugal não é — nem será — um País de somenos importância.

Contudo, o próximo ano será um ano difícil para todos os portugueses, apesar do aumento previsível, e para níveis nunca atingidos antes, do turismo, das remessas dos emigrantes, e dos investimentos internos e externos. Não temos, pois, que estar excessivamente preocupados quanto ao futuro — embora tenhamos que lhe fazer frente, corajosamente e que o preparar com determinação e amor em relação ao que é português. Os problemas nacionais — dos quais o prioritário, e o mais agudo, é o financeiro — têm solução, como o Governo sempre afirmou, falando a linguagem da verdade e não a da demagogia. Com a condição de haver um mínimo de coesão e de solidariedade entre os portugueses e de os interesses nacionais passarem à frente dos interesses partidários ou sectoriais. Não podemos é deixarmo-nos diminuir pela descrença, pelo catastrofismo inconsequente e doentio, pela desorientação ou pelo indiferentismo.

O Governo não se demite, mas exige da oposição igual sentido da responsabilidade. A crítica é fácil e abundante, quase sempre contraditória e muitas vezes irresponsável, injusta ou inconsequente. Mais difícil é realizar, resolver os problemas, respeitando o direito dos outros, com espírito de tolerância, de equidade e sem violências. Se não houver um consenso para que o Governo PS, nas alternativas propostas no Memorando ora apresentado, possa governar, com um acordo político mínimo, pois que a oposição se disponha a ser ela Governo, como lhe cumpre. Será a altura de mostrar ao País o que vale e de se ver o que consegue no plano das negociações internacionais em curso e bem assim o consenso que suscita entre a população portuguesa e designadamente no mundo do trabalho.

O Governo Constitucional tem vindo a ser ameaçado pela oposição com a apresentação de moções de censura, que nunca até agora se concretizaram, não havendo sequer, como resulta claríssimo, condições objectivas para virem a ser aprovadas alguma vez. O Governo poderia, pois, constitucionalmente manter-se no poder, enquanto merecesse a confiança do Presidente da República. Mas não é isso que deseja, tendo em conta apenas os superiores interesses do Povo português. Chegou, assim, a altura de pôr os partidos da oposição, que aliás entre si se não entendem, perante as suas responsabilidades próprias. O Governo não aceita continuar a ser passivamente o alvo permanente de ataques intempestivos ao mesmo tempo que os seus críticos mais severos se põem de fora, se demitem das suas responsabilidades ou só visam governar com o apoio e à custa do partido que tão gravemente acusam de incompetência. É uma situação absurdamente ridícula que não se pode perpetuar.

O Governo viu-se obrigado a pedir a suspensão das negociações com o FMI — apesar da sua grande urgência e importância — dada a situação de indefinição política existente e as contraditórias declarações de política económica feitas pelos responsáveis oposicionistas. Ora é urgentíssimo clarificar a situação e assegurar ao País uma saída que o poupe a sacrifícios tremendos. Teremos que nos decidir sobre se aceitamos ou não as negociações com o FMI, e dentro de que limites, até ao final do corrente mês. Se optarmos pela negativa, teremos que saber qual a alternativa que nos resta. Deixar passar o tempo sem tomar opções de fundo — que não podem ser adiadas por mais tempo — com a consequente deterioração psicológica do clima político e social do País, pactuando com jogos subtis de ambição pessoal ou partidária e deixando os problemas reais em suspenso, é trabalhar em favor dos inimigos da democracia, daqueles que sonham com o regresso ao neo-salazarismo ou ao golpismo, quaisquer que sejam as justificações utilizadas.

Assim, se ao Memorando ora apresentado se não seguirem, até ao dia 30 do corrente mês de Novembro, negociações que viabilizem concretamente um ou vários acordos, nos termos e com as condições propostas, o Governo apresentar-se-á à Assembleia da República, solicitando-lhe a aprovação de um voto de confiança. Dão-lhe ou não os partidos nela representados, positivamente, os meios de governar? E se o não fizerem, dispor-se-ão a assumir as responsabilidades do poder? A moção de confiança terá, nessa hipótese os efeitos indicados no Art.º 198.º da Constituição, ou seja — implicará a imediata demissão do Governo, no caso da confiança ser recusada.

A situação ficará assim clarificada. A cada partido ou homem público caberá então a sua responsabilidade perante o País.

Lisboa, 15 de Novembro de 1977

Mário Soares
Primeiro-Ministro

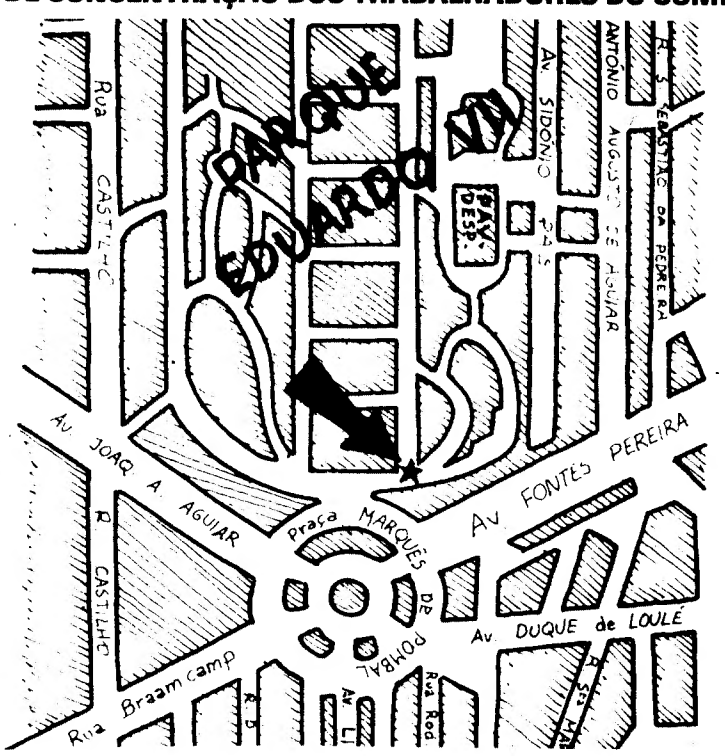
Pub

SINDICATO DO COMÉRCIO DE LISBOA
TODOS AO MARQUÊS DE POMBAL
DIA 19 — ÀS 15,30
GRANDE MANIFESTAÇÃO
Por uma nova política ao serviço dos trabalhadores

PALAVRAS DE ORDEM:

— Contra a repressão, liberdade de expressão!...
— Não queremos aqui, o F. M. I.!...
— Trabalho Sim! Desemprego Não!...
— Em Portugal, Independência Nacional!...
— Custo de vida aumenta, o povo não aguenta!...
— Contra a repressão, defender a Constituição!...
— Com os trabalhadores governar, para a crise ultrapassar!...
— A luta continua, Barreto para a rua!...

LOCAL DE CONCENTRAÇÃO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO



Pub

JORNADA DE LUTA DE 19 DE NOVEMBRO

- Cada dia que passa cresce a adesão dos trabalhadores da região de Lisboa e de Setúbal à grande manifestação convocada pela USL, USS, CIL e CIS e pelos secretariados das empresas intervencionadas e em autogestão para o próximo sábado, 19 de Novembro, com início às 15 horas no Marquês de Pombal, em Lisboa.

O enorme apoio e combativo entusiasmo que está a rodear a preparação desta grande manifestação traduz bem a profunda determinação dos trabalhadores da região de Lisboa e Setúbal de lutarem em defesa dos seus direitos, a sua firme vontade de intervirem de forma positiva e construtiva na vida nacional, a sua patriótica exigência de uma **nova política ao serviço dos trabalhadores e do País.**

No próximo sábado, em Lisboa, os trabalhadores desfilarão unidos **em defesa do pão e do trabalho**, contra os despedimentos e c desemprego, **em defesa das liberdades sindicais,** contra a repressão e as violências patronais, **em defesa da recuperação económica do País**, contra uma política de afundamento da economia nacional, **em defesa da independência nacional**, contra as exigências antinacionais do imperialismo.

No próximo sábado, em Lisboa, os trabalhadores com a sua unidade, serenidade e firmeza, elevarão a sua voz para exprimir a grande aspiração nacional **de uma nova política que conte com o apoio dos trabalhadores, respeite as conquistas da revolução e a Constituição e que por isso mesmo permita ao País sair da crise e dar resposta aos mais agudos problemas que hoje afectam todas as camadas laboriosas da população.**

Os últimos acontecimentos da vida nacional nomeadamente o recrudescimento das actividades fascistas e a conspiração reaccionária contra o regime democrático e a Constituição, tornam ainda mais imperioso que a manifestação do próximo sábado constitua uma grande jornada de unidade e de luta, uma grande jornada democrática contra as manobras e ameaças da reacção.

Todos os que amam a liberdade, todos os que estão com o 25 de Abril, todos os que querem ver defendida e aplicada a Constituição da República, todos os que justamente protestam e se indignam com o adiamento de uma solução democrática para a crise, todos os que entendem que na procura dessa solução patriótica, a vontade e aspirações dos trabalhadores têm que ser consideradas, devem sem hesitações ocupar o seu lugar na grande manifestação do próximo sábado.

Jornada em defesa dos interesses vitais e dos direitos dos trabalhadores, a grande manifestação do próximo sábado será também uma grande resposta democrática à conspiração e ofensiva reaccionária contra a Constituição, uma grande manifestação em defesa dos interesses, da dignidade e da independência nacionais, em defesa do regime democrático, **pela saída da crise com os trabalhadores.**

A Comissão Coordenadora da Manifestação lança um grande apelo a todos os trabalhadores, a todos os democratas da região de Lisboa e Setúbal para que compareçam massivamente na grande manifestação do próximo sábado para afirmar claramente, numa só voz e numa só vontade, que os problemas do país se podem resolver não com as forças que manobram contra a liberdade, contra a economia nacional e contra a Constituição, mas com as forças do trabalho, da democracia e do progresso social e da independência nacional.

Lembra-se uma vez mais que a Manifestação terá início pelas 15.30 horas no Marquês de Pombal, com desfile até ao Terreiro do Paço, onde se seguirá um Comício com o qual termina a Jornada de Luta.

As palavras de ordem que serão entoadas durante a Manifestação são:

— Contra a repressão, liberdade de expressão!
— Não queremos aqui o F.M.I.!
— Trabalho sim, desemprego não!
— O custo de vida aumenta, o povo não aguenta!
— Em Portugal, independência nacional!
— Salvar a economia, defender a Democracia!
— Contra a reacção, defender a Constituição!
— Com os trabalhadores governar para a crise ultrapassar!
— A luta continua, Barreto para a rua!
— Avante, avante, com a Reforma Agrária!
— Direito à habitação, está na Constituição!
— Direito à educação, manda a Constituição!
— A produção dá pão, os pacotes não!
— Parar a repressão, liberdade e produção!
— Os trabalhadores são, a força da Nação!
— Democracia sim, Fascismo não!

Lisboa, 18 de Novembro de 1977

A COMISSÃO COORDENADORA

USL, USS, CIL, CIS, Secret. Emp. Intervencionadas e em Autogestão

Reacções dos partidos ao documento governamental

. Em declarações prestadas depois da intervenção do Primeiro-Ministro, os partidos parlamentares expressaram as suas impressões iniciais.

O Partido Comunista Português considera inaceitável todo o capítulo sobre estratégia económica constante do memorando entregue aos partidos.

Carlos Brito, líder parlamentar comunista, disse que há todavia outros aspectos do documento, coincidentes com as posições do PCP.

Sobre a estratégia económica proposta pelo Governo, Carlos Brito afirmou que «enquanto no documento se aponta para a restrição da expansão económica e para a liberalização das importações, nós pensamos que a estratégia económica terá que ser a oposta:: há que aumentar a produção e reduzir as importações».

«Só com estas medidas», disse, «poderemos sair das dificuldades, só através delas será possível reduzir os défices das Balanças Comercial e de Pagamentos e resolver os problemas económicos.»

. «Só com esta política económica poderemos conseguir a mobilização nacional e patriótica capaz de levar de vencida os graves problemas com que nos defrontamos e de ter a ampla participação dos trabalhadores.»

. Carlos Brito considerou positivo o propósito governamental e do Partido Socialista de encetar negociações com vista a uma plataforma.

A proposta governamental, frisou, «tem muitas ideias com as quais coincidimos, mas também tem outras que não podem ter a nossa aprovação».

DÚVIDAS DO PSD

Sousa Franco, presidente da Comissão Permanente do Conselho Nacional do PSD, afirmou, por seu turno, que existe uma «diferença de tom» entre o texto da plataforma e o discurso de Mário Soares na Assembleia da República.

E explicou: «O discurso, por ser mais vago, é muito mais conciliatório e dialogante, enquanto a proposta, além de ser muito insuficiente, tem considerações e revela atitudes para com os partidos da oposição que não parecem constituir uma base muito sã de diálogo.»

. Na opinião de Sousa Franco o documento é pouco mais do que uma «agenda de trabalhos com comentários genéricos», que, por manifestar «diversas interpretações e várias ambiguidades não permite entender se é um sim, um não, ou um talvez à nossa proposta de Bragança».

Por outro lado, o dirigente social-democrata, referindo-se ao prazo estipulado para o acordo, acentuou que «aceitar negociações que propomos há 15 meses e pretender que elas se concluam em treze dias não é posição realista nem construtiva».

E adiantou: «Para negociar não podemos aceitar imposições de qualquer ordem, nem prazos que sejam irrealistas.»

. Sousa Franco manifestou, entretanto, a opinião de que o mês de Dezembro não é propício a uma mudança de Governo, que — disse — «iria recolher instrumentos exclusivamente preparados pelo PS».

Em seu entender, qualquer que seja o Governo em Dezembro, deverá assumir «as responsabilidades face à posição cambial grave, às negociações com o FMI e às decorrentes do Plano e do Orçamento».

No entanto, admitiu que, durante o corrente mês, independentemente da questão de confiança, se torne possível descobrir novas pistas ou perspectivas de resolução do problema político nacional.

Sousa Franco, depois de prometer para breve uma resposta pública, declarou: «A nossa posição está ainda muito afastada da posição do Governo.»

«INDÍCIOS POSITIVOS»

No entender de Jaime Gama, o Primeiro-Ministro, Mário Soares apresentou à Assembleia da República «as linhas essenciais de um projecto de plataforma, que permitirá a concretização de uma solução concertada».

«Pelo teor das declarações», continuou, «depreende-se que há indícios de um acolhimento positivo e nesse sentido existem esperanças fundadas de que se encontre uma solução positiva.»

POSIÇÃO DO CDS

Freitas do Amaral, presidente do CDS, afirmou à ANOP que a iniciativa governamental de dar notícia do memorando à Assembleia da República e ao País «é importante, significativa e muito relevante».

«O que é mais importante neste momento», prosseguiu, «é o facto de o Governo e o Partido Socialista terem decidido aceitar a ideia da necessidade de uma plataforma.»

. Freitas do Amaral disse ainda que não considera reduzido o prazo dado pelo Primeiro-Ministro, justificando que o CDS «temos assuntos muito amadurecidos e pode perfeitamente expor as suas posições nestes quinze dias».

OPOSIÇÃO DA UDP

Na opinião de Acácio Barreiros, deputado da UDP, o discurso do Primeiro-Ministro não veio introduzir dados novos na situação.

«Ele constitui», disse, «a manifestação do isolamento governamental e da incapacidade para enfrentar a situação política, económica e militar.»

. E acrescentou: «O Primeiro-Ministro disse ser preciso ter coragem. Na altura em que a direita reaccionária avança com as manobras de Sá Carneiro, Pires Veloso ameaçando o 25 de Abril, é necessário ter coragem para responder à pergunta: onde é que eles têm vindo a ganhar forças?»

. Acácio Barreiros considerou que, a origem do «avanço da direita reaccionária» está na política «antipopular e antinacional do Governo e no golpe reaccionário do 25 de Novembro».

«UMA INJECÇÃO DE MORFINA»

Por sua vez, a deputada independente Carmelinda Pereira disse que «o problema não se resolve com as propostas do Primeiro-Ministro, nem com as do PCP».

«O Primeiro-Ministro», sublinhou Carmelinda Pereira, «propõe-se fazer acordos à volta de propostas do FMI cujo conteúdo se traduz na recessão da economia, na redução da produção, desvalorização do escudo, inflação, contenção dos salários e aumento do custo de vida e ainda despedimentos em massa».

Por outro lado, «estes empréstimos constituem uma injecção de morfina para protelar uma situação que degrada cada vez mais a crise do País».

Plataforma do Governo é "ponte" para 1978

. Continuação da página um

e parceiros sociais, sem excepção».

O acordo deverá ter «como duração o período restante da actual legislatura (1978-1980), com possibilidade de ser revisto anualmente, em Novembro/Dezembro de cada ano».

ACORDO OU...

Em «pontos a esclarecer», salienta-se que «a delicada situação financeira que o país atravessa» torna «altamente perigosa e mesmo problemática a realização de eleições antecipadas, pelo menos durante o ano de 1978».

A antecipação de eleições forneceria «o pretexto ideal para que os países já dispostos a adiantar empréstimos, assim como o Fundo Monetário Internacional, os não concretizassem ou então adiassem por tempo indeterminado a sua realização».

Porém, se não houver «entendimento mínimo entre os partidos», não restará «outra solução no quadro democrático, para além do recurso a novas eleições».

Depois de se frisar que «o PS recusa a chamada maioria de esquerda, quer seja Governo, quer seja oposição», adianta-se, no plano económico e financeiro, que a situação do País se traduz, fundamentalmente, pelo agravamento do défice da Balança de Pagamentos e pelos níveis elevados de inflação e desemprego, dizendo-se que «qualquer estratégia de ataque a esta situação, sem pôr em causa o sistema democrático, é fortemente condicionada no imediato», reduzindo-se, nas circunstâncias actuais, as alternativas imediatas «à obtenção de apoio financeiro internacional».

CONCILIAR INTERESSES ANTAGÓNICOS

No plano social, o documento refere que se impõe a criação de «um clima de confiança» e a salvaguarda «do essencial das conquistas democráticas». Contudo, para que não se verifique «um agravamento da inflação», o «crescimento máximo da massa salarial bruta nas empresas terá que se situar entre os 15 e 20 por cento, de acordo com normas específicas a definir pelo Conselho Nacional de Rendimentos e Preços». Recorda-se que a taxa de inflacção e erosão do poder de compra atingirá, até ao final do ano, segundo cálculos benignos, os 30 por cento.

«Se ao memorando ora apresentado — conclui o documento — se não seguirem, até ao dia 30 do corrente mês de Novembro, negociações que viabilizem concretamente um ou vários acordos, nos termos e com as condições propostas, o Governo apresentar-se-á à Assembleia da República, solicitando-lhe a aprovação de um voto de confiança. Dão-lhe ou não os partidos nela representados, positivamente, os meios de governar? E se o não fizerem, dispor-se-ão a assumir as responsabilidades do poder? A moção de confiança terá, nessa hipótese, os efeitos indicados no artigo 198 da Constituição, ou seja — implicará a imediata demissão do Governo, no caso da confiança ser recusada».

Resta saber como irá ser possível, com vista ao acordo desejado e necessário, firmado à beira do abismo, conciliar os interesses dos grandes capitalistas e latifundiários com os dos trabalhadores, o 24 com o 25 de Abril.

Pub

SINDICATO NACIONAL DO PESSOAL DA INDÚSTRIA DE DOÇARIA DO DISTRITO DE LISBOA

MANIFESTAÇÃO DIA 19

Apelamos a todos os trabalhadores para participarem nesta grande jornada de luta em defesa dos seus interesses.

A CONCENTRAÇÃO DO NOSSO SINDICATO FAZ-SE NO MARQUÊS DE POMBAL, JUNTO AO «DIÁRIO DE NOTÍCIAS», ÀS 15 HORAS.

TODOS À MANIFESTAÇÃO

A DIRECÇÃO